

FRANCISCO ARTUR PINHEIRO ALVES

O PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO  
DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA EM CARQUEIJA, MUNICÍPIO DE  
CAPISTRANO - 1965 A 1975.

*Dissertação apresentada ao  
curso de Mestrado em Educação, da  
Universidade Federal do Ceará,  
como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Mestre.*

*Fortaleza, 1993.*

O PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO  
DA ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA EM CARQUEIJA, MUNICÍPIO DE  
CAPISTRANO - 1965 A 1975.

FRANCISCO ARTUR PINHEIRO ALVES

Dissertação aprovada em 1993, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Mestre do curso de Mestrado em Educação  
da Universidade Federal do Ceará.

ORIENTADOR:

COMITÊ:

*A. Machado*

Prof<sup>o</sup>. Antonio Carlos de Almeida Machado, PHD.  
Presidente

*Tarcísio Santiago de Almeida*

Prof<sup>o</sup>. Tarcísio Santiago de Almeida, Dr

*Francisca Simões Souza*

Prof<sup>o</sup>. Francisca Simões Souza, M.S.

Tudo vale a pena  
se a alma não é pequena

(Fernando Pessoa)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
CAPÍTULO 1 - PERCURSO METODOLÓGICO	
1.1 Pelos Trilhos da História Oral .....	17
1.1.1 As Entrevistas .....	19
1.1.2 Os Depoimentos .....	21
1.1.3 As Conversas Informais .....	22
1.2 Fotografia enquanto documento histórico .....	24
1.3 Outros Passos da Pesquisa .....	24
CAPÍTULO 2 - O PROJETO CARQUEIJA	
2.1 - Localização .....	28
2.2 - Características Sócio-Culturais da População Local à época da Instalação do Projeto.....	29
2.3 - Origem do Projeto Carqueija .....	34
2.4 - O Projeto Carqueija e o Momento Político Nacional ..	40
CAPÍTULO 3 - ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO - A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO PROJETO CARQUEIJA	
3.1 - A COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE CARQUEIJA -- CAMICA .....	44
3.1.1 - A Efemeridade da proposta Cooperativista.....	49
3.2 - SOCIEDADE AGROPECUÁRIA LTDA - SAPEL .....	53
3.2.1 - Os Diferentes Discursos dos Protagonistas da SAPEL .....	59
3.2.2 - O Projeto SAPEL e a Questão da Terra .....	64

3.3 - CLUBE DE MÃES .....	70
3.3.1 - Organização, Estrutura e Funcionamento .....	73
3.3.2 - Assistencialismo Como Atividade Fundamental ...	77
3.4 - A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE VIA CLUBE 4S .....	82
3.4.1 - Reação da Comunidade Ao Clube 4S .....	91
3.4.2 - Pontos Positivos .....	92
3.5 - NASCE UM SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS	
3.5.1 - Antecedentes da Ação Sindical da Igreja no Ceará.....	97
3.5.2 - A Criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capistrano .....	99
CAPÍTULO 4 - A EDUCAÇÃO FORMAL NO PROJETO CARQUEIJA	
4.1 - Escolas Reunidas de Carqueija .....	103
4.1.1 - Papel Social da Escola .....	111
4.1.2 - Decadência Sem Capitulação .....	112
4.2 - As Escolas Radiofônicas Noturnas do MEB .....	117
CAPÍTULO 5 - A DIMENSÃO LÚDICA DO PROJETO CARQUEIJA	
5.1 - Trabalho e Diversão como Forma de Luta .....	122
5.1.1 - As Festas Juninas .....	123
5.1.1.1 - Quadrilhas.....	124
5.1.2 - Festas Dançantes .....	126
5.1.3 - Festas Natalinas .....	128
5.1.4 - Piqueniques e Excursões .....	129
5.1.5 - Quermesses .....	132
5.1.6 - Futebol .....	134
5.1.7 - Reflexão Acerca destes Eventos Históricos ...	135

CAPÍTULO 6 - MEMÓRIA ICONOGRÁFICA DO PROJETO CARQUEIJA . . . .	138
À GUIZA DE CONCLUSÃO . . . . .	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS . . . . .	167
ANEXOS . . . . .	178

## RESUMO

O presente trabalho pretende resgatar a memória de um Projeto de Desenvolvimento Comunitário e Educação Popular vivenciado pela comunidade de Carqueija, no município de Capistrano, a 100 quilômetros de Fortaleza, no período de 1965 a 1975.

A reconstituição histórica do projeto foi possível graças a depoimentos de ex-participantes do mesmo, utilizando-se o método da História Oral. Também foram analisados documentos diversos e fotografias de modo a completar o elenco das fontes documentais.

O trabalho está dividido em seis capítulos. No primeiro capítulo é traçada a metodologia da pesquisa. O segundo capítulo é dedicado à localização espacial do projeto, registrando-se as principais características da região. No terceiro capítulo analisa-se o papel dos diversos grupos associativistas e do sindicato, que desempenharam um papel fundamental no Projeto Carqueija. O quarto capítulo privilegia o papel da educação formal. No quinto capítulo são feitas considerações sobre o lado lúdico do projeto, com o registro das manifestações artísticas, de recreação e entretenimento da comunidade. Registrando-se, no sexto capítulo, algumas das principais fotografias colhidas do projeto, as quais retratam as lideranças e os momentos mais importantes do projeto.

O trabalho é precedido por uma introdução que indica as linhas gerais e introduz alguns questionamentos sobre o tema. No final registram-se algumas conclusões do autor sobre o objeto de estudo, no capítulo CONCLUSÃO.

O trabalho é uma pequena contribuição à bibliografia da Educação Popular regional e à história local.



## SUMMARY (\*)

This study intends to rescue the memory of a Project of Community Development and Popular Education experienced from 1965 to 1975 by the community of Carqueija in Capistrano, Ceará.

The historic reconstitution of the Project was made possible through testimony of former members, using the method of Oral History. It was also analysed a number of documents and photographs to supplement the list of documental sources.

This study is divided into five chapters. The first chapter deals with the research methodology. The second is dedicated to the area where the project takes place, highlighting the principal characteristics of the region. The third analyses the different associate groups and the work union which played an important role in the Carqueija Project. The fourth chapter favors Formal Education. The fifth chapter makes some considerations concerning the playful side of the project, registering the artistic manifestation of entertainment in the community. The six chapter includes some of the main photographs of the project, which show the leaders and some important moments of the Project.

This work is preceded by an introduction that indicates the general guide lines and introduces some questions about the theme. At the end in the chapter Conclusion there are some considerations about the studied subject.

This work is a small contribution to the bibliography  
of Regional Popular Education and to the local history.

(\*) Tradution: Maria Conceição Marques F. Lima.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio recebido para realizar este trabalho. Em especial à minha mulher Socorro e meus filhos Artur e Emanuel.

Também quero registrar meus agradecimentos aos moradores de Carqueija e aqueles que participaram do Projeto em estudo, que não se negaram a colaborar comigo. Destaco, dentre estes, e em nome dos demais aos amigos Maete, Cleide, Rute, Dulce e Lourdenise (minha mãe). Aos amigos: Toinho Ramos, Manuel Rufino, Sassá, Nonato, Sinoca, Rogério, Hélder, Raimundo Alves (meu pai), Messias, e todos aqueles que de uma forma ou de outra colaboraram com este pesquisador.

Agradeço também aos meus orientadores, Prof<sup>o</sup>. Antonio Carlos, Prof<sup>o</sup>. Simone Sousa e Prof<sup>o</sup>. Tarcísio Santiago; que aceitaram desde o primeiro momento participarem do meu comitê e muito contribuíram com suas orientações valiosíssimas.

Por último agradeço aos professores e colegas do Mestrado, pelo incentivo.

## INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos o curso de Mestrado em Educação nesta Universidade, pretendíamos escrever nossa dissertação sobre a Educação no município de Capistrano, enfocando a influência do poder local no sistema escolar do município. Porém, com o andamento do curso, mais precisamente ao cursar a disciplina Educação Popular, estudamos a educação nos anos 60, com destaque para o Movimento de Educação de Base da Igreja e os movimentos de Cultura Popular, foi aí que percebemos que naquele município se desenvolvera, nos anos sessenta, um movimento comunitário, de educação popular vinculado à Arquidiocese de Fortaleza, através do movimento de Educação de Base, da Cáritas Diocesana etc.

Tal projeto se incluía em um projeto maior, de caráter nacional, de uma determinada época. O que ocorreu em Carqueija, não foi um caso isolado, apesar das peculiaridades locais, de ser numa nova fase de atuação do MEB e da Igreja no pós 64. O movimento era fruto de várias experiências anteriores vividas pelos ideólogos, ligados à Igreja, os chamados Movimentos de Cultura Popular, como bem descreveu Vanilda Pereira Paiva <sup>(1)</sup>. A partir das reflexões e questões suscitadas na disciplina Educação Popular passamos a nos interessar pelo assunto e resolvemos

(1) Ver: PAIVA, Vanilda Pereira "Educação Popular e Educação de Adultos" - terceira parte: A Educação de Aultos - a autora faz uma análise dos movimentos de cultura Popular da década de 60 no Brasil e dos movimentos e grupos de educação de Adultos, tais como: MEB, Cruzada ABC e MOBREAL.

delimitar a proposta inicial, culminando com o projeto de pesquisa sobre o trabalho que a Arquidiocese de Fortaleza desenvolveu em Carqueija a partir do ano de 1965.

Para melhor desempenho metodológico, resolvemos periodizar o estudo, situando-o entre os anos de 65 e 75, início e decadência do movimento, embora não tenha deixado de existir, mesmo a partir de 75, algum tipo de trabalho da Igreja e de órgãos públicos naquela comunidade. O título da dissertação (O PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA ARQUIDIOCESE EM CARQUEIJA - CAPISTRANO - 1965 A 1975) <sup>(2)</sup> foi também de nossa iniciativa. Talvez esta informação pareça desnecessária, mas é porque este título sugere que o projeto assim fosse chamado, o que não é verdade, ao contrário não encontramos nenhuma informação sobre um nome do projeto da Arquidiocese, haja vista existir vários grupos e ou movimento com nomes diferentes, no mesmo projeto. <sup>(3)</sup>

Isto posto, podemos dizer que o presente trabalho consta de um relato crítico sobre o movimento comunitário de Carqueija, procurando identificar suas contradições, mas sobretudo, registrando os momentos mais importantes de sua história, trazendo à luz os atores do processo histórico ali

(2) Para facilitar a leitura utilizaremos doravante a expressão PROJETO CARQUEIJA, para designar o movimento.

(3) Todos os grupos criados pela Arquidiocese e comunidade no local, funcionavam na casa-grande da fazenda, que recebeu o nome de Centro Comunitário. Talvez a Arquidiocese não tenha dado um nome específico ao projeto, por considerar o termo Centro Comunitário abrangente e suficiente.

vivenciado. Por outro lado, ressalta-se a importância do movimento para a população local, identificando pontos positivos, principalmente no aspecto educacional, cultural e de organização política.

Talvez pudéssemos caracterizar este trabalho como uma "micro-história" (4) de Educação Popular ou de Ação Comunitária, campo de ação do Projeto Carqueija. Enquanto, por exemplo, o trabalho de Vanilda Paiva versa sobre a História da Educação Popular a nível nacional, analisando programas, projetos e campanhas e, principalmente, fazendo um longo histórico sobre o tema no Brasil desde o período do império, nossa pesquisa se situa em uma comunidade interiorana do Ceará, entretanto procura relacionar os fatos ali ocorridos, com o momento histórico nacional e internacional.

O fato de trabalharmos um tema a partir de um estudo de caso facilita a observação mais precisa do movimento, o seu cotidiano, enfim como as relações sociais se processam a nível local. O pesquisador que se interessa e dá importância

(4) Este termo, de origem italiana, foi aplicado "ao estudo de Carlo Ginburg, 1976, sobre a visão de mundo de um moleiro do séc. XVI". Também, é utilizado por Peter Burke para classificar o trabalho do historiador francês Le Roy Ladurie, sobre uma comunidade do sec.XIV no sudoeste da França, denominado "Montaillou". Trata-se de um estudo histórico de comunidade no sentido antropológico.

à história local, encontra, no presente caso, uma maneira de contribuir para a historiografia local, comunitária e de educação popular (5) .

Gostaríamos de registrar a satisfação com que desenvolvemos este trabalho, ele foi muito significativo para a minha vida acadêmica além de se constituir numa realização pessoal. Esta satisfação percebemos também naqueles que abordamos para nos fornecer dados sobre o movimento, principalmente quando se tratava de pessoas humildes.

O trabalho consta desta introdução, de um capítulo sobre a metodologia e de mais cinco outros, assim distribuídos: Capítulo I - Apresentação do Projeto nos seus aspectos gerais; Capítulo II - os grupos de origem sindical, associativista e cooperativista; Capítulo III - a educação fundamental; Capítulo IV - o aspecto lúdico do projeto. O Capítulo V foi dedicado à memória fotográfica do projeto e de sua gente. Por último fazemos uma breve conclusão, que complementa algumas idéias desenvolvidas ao longo do trabalho.

Esperamos ter atingido os nossos objetivos: contribuir para a pesquisa da História da Educação Popular de nossa região, no resgate da História e memória local, e, por

(5) Educação Popular, considerada aqui, como as mais diversas formas que o homem encontra para aumentar os seus conhecimentos políticos, técnicos, culturais etc, seja através das associações de moradores, dos sindicatos, dos partidos políticos, da escola etc.

outro lado, para a formação sócio-cultural de nosso povo, em especial daqueles com quem tivemos oportunidade de conviver e muito aprendemos.



# CAPÍTULO 1

## MÉTODOS METODOLÓGICOS

En el presente trabajo se describe con  
detalle los métodos que se utilizarán  
para el estudio de la historia de la  
ciudad de Sevilla, en particular  
de su evolución urbanística y  
social, desde el siglo XV hasta  
el presente. Se utilizarán  
principalmente los métodos  
de la historia documental y  
de la geografía histórica.

(Figueroa)

## CONTENIDO

### CAPÍTULO 1

## CAPÍTULO 1

### PERCURSO METODOLÓGICO

"A história faz-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando os há. Mas também pode fazer-se, e há de fazer-se, sem documentos escritos se estes não existirem. Com tudo aquilo, que com o seu engenho, o historiador souber utilizar para fabricar o seu mel, quando lhe fizerem falta as flores habituais"

(Febvre)

#### ELEMENTOS DA PESQUISA

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que teve como fonte os seguintes documentos <sup>(1)</sup>: o depoimento de pessoas que vivenciaram uma experiência de trabalho comunitário em Carqueija (História Oral), atas de reuniões do Clube de Mães, certidões do Cartório de Imóveis de Baturité, matérias jornalísticas, fotografias, etc. procurando privilegiar os sujeitos do processo histórico em estudo.

(1) O conceito de documento utilizado neste trabalho é o da História Nova, que ampliou o conceito positivista de documento histórico. Para Jacques Le Goff "A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Eignobos, fundadas essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavação arqueológica, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto, são para a história nova, documento de primeira ordem" (Le Goff, 1990, p. 28/29).

De uma forma global, os elementos que em última instância definiram esta pesquisa foram oriundos de metodologias da História a saber: História Oral<sup>(2)</sup> quando utilizamos o depoimento de pessoas como documento, História Imediata<sup>(3)</sup>, por serem os depoentes os protagonistas do movimento (Projeto Carqueija) e a pesquisa iconográfica<sup>(4)</sup>, privilegiando fotografias da época do projeto e de hoje. Esta diversidade de fontes documentais aceita hoje pela Nova História<sup>(5)</sup>, possibilita um enriquecimento à pesquisa, que

(2) O método da História Oral não é recente, já na Grécia Antiga, os historiadores Heródoto e Tucídides lançaram mão de depoimentos para fazerem suas narrativas históricas. Na segunda metade do século XX houve um renascimento do método. No Brasil a experiência do CPDOC a partir de 1975 contribuiu bastante para a ampliação deste método (Verena 1989, ps. 01 à 03).

(3) Sobre História Imediata, recorremos ao trabalho do historiador Jean Lacouture: "Observamos de saída que a imagem da "história imediata" tal como a percebemos não pára de se mexer, recusando um verdadeiro enquadramento, bem como uma acomodação satisfatória. Do jornalismo bem pouco rigoroso, praticado por homens imersos no acontecimento a ponto de serem, ao mesmo tempo, praticantes e reflexos dele, a pesquisa propriamente histórica que tem por objeto um período bastante recente e recorre aos métodos da enquete-entrevista..." (Le Goff 1990 p 216) Consideramos que nossa pesquisa se enquadra neste último.

(4) Os fundamentos teóricos que possibilitaram a utilização desta metodologia, são os expostos por Boris Kossoy em seu trabalho Fotografia e História, editora Ática, 1989. O autor ressalta a importância da fotografia enquanto documento histórico e propõe uma metodologia para este tipo de trabalho. Ele se enquadra dentro de um grupo de historiadores que se afinam com os princípios da Nova História.

(5) A Nova História é uma corrente historiográfica, que se originou com a Escola dos Annales na França em 1929. Os fundadores desta escola, que não é uma escola propriamente dita, com visão única, mas plural, foram: Marc Bloch e Lucien Febvre. A Nova História Francesa tem como expoente máximo, os historiadores Jacques Legoff e Pierre Nora (Lopes, 1989, p. 26 a 28).

tem como uma das finalidades proporcionar aos sujeitos históricos do processo em estudo, serem partes ativas na construção de sua História (escrita) <sup>(6)</sup>, como foram na história de sua comunidade. O pesquisador, faz um trabalho intelectual e atuando mais como mediador e manipulador deste mecanismo metodológico. Evidentemente é também um sujeito histórico e como tal carrega sobre si a marca ideológica da sua formação, do seu tempo, de sua história.

Estabelecemos assim o marco que estruturou o presente relatório necessitando, obviamente, de uma maior discussão sobre o papel de cada elemento citado neste contexto. Começaremos discorrendo sobre a História Oral e a importância deste método para o resgate da história social, local.

### 1.1 — PELOS TRILHOS DA HISTÓRIA ORAL

A História Oral, segundo Verena Alberti:

"... é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo... Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições,

(6) Como o termo HISTÓRIA é polissêmico, utilizaremos neste trabalho História, para a disciplina (a História que fazem os historiadores, o conhecimento de uma matéria) e história para a história que fazem os homens em sua prática social (a matéria daquele conhecimento) (Cardoso, 1986, p. 26).

grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. à luz de pessoas que deles participaram ou os testemunharam." (Alberti, 1989 ps.3,4)

É importante registrar, que grande parte dos documentos escritos sobre o Projeto Carqueija não foram devidamente preservados, de forma a permitir uma incursão do pesquisador sobre eles. Diante desta realidade partimos para a recuperação histórica do projeto, através das pessoas que dele participaram e que, às vezes, muito mais que um documento escrito, elas, pudessem nos oferecer subsídios para o estudo a que nos propomos. Foi aí que entrou o método da História Oral, que nos permite registrar o depoimento das pessoas sobre a sua vida, e no caso específico sobre a experiência vivida naquele movimento.

Antes de nos debruçarmos sobre os detalhes da aplicação desta metodologia queremos dizer que, no caso presente, foi de uma riqueza sem par, haja vista ter proporcionado uma visão global do objeto estudado, dada a dialeticidade da técnica, que permite ouvir os diversos protagonistas do processo, fazendo com que as suas contradições se evidenciem.

De outra parte, queremos registrar que não nos aprisionamos à camisa de força daqueles que classificam a técnica da história oral somente aquela gravada em fitas cassetes, devidamente transcritas, e que para ser documento deva ser autorizada pelo entrevistado. Fomos além destas regras, sem que com isso queiramos rechaçá-las. Assim

sendo, colocamos como contribuição da história oral aquilo que ouvimos e que no momento não tínhamos como gravar, mas posteriormente registramos em nossos relatórios e parte destes compõem este relatório final ou contribuíram para a sua conclusão. Dito isto passamos a enumerar os principais pontos de aplicação desta metodologia, que nos permitiram acumular informações para o presente trabalho, a saber: entrevistas, conversas informais e depoimentos.

#### 1.1.1 - ENTREVISTAS

Realizamos ao longo de nossa pesquisa entrevistas, na sua maioria com dirigentes do projeto. Foram incluídos neste grupo o coordenador geral, assessores do Arcebispo de Fortaleza, D. José Delgado e dirigentes locais, que eram recrutados segundo critérios da Coordenação seguindo um método comum praticado pela Igreja naquele momento, que consistia em detectar os líderes da comunidade e treiná-los para o trabalho comunitário. Esta prática foi bastante utilizada pelo MEB (Movimento de Educação de Base).<sup>(7)</sup> Na nossa compreensão o grupo cumpria-se de dois tipos de

(7) Encontramos depoimentos de pessoas que dirigiam o MEB nessa época, e é comum o registro destes contactos iniciais (Costa, 1986). Sobre o MEB aprofundaremos a discussão quando analisarmos o papel das Escolas Radiofônicas locais.

intelectuais orgânicos <sup>(8)</sup>. Havia um grupo de dirigentes locais, eram aqueles que serviam de ponte entre a direção geral e a comunidade e, como tal, funcionavam como intelectuais orgânicos do campesinato local. Ao mesmo tempo traziam para os dirigentes as preocupações, as sugestões e críticas da base. Não podemos imaginá-los só emitindo o pensamento, as diretrizes da cúpula há de ter uma via de retorno neste processo, embora, fosse majoritária a emissão no das diretrizes da coordenação geral. Por outro lado, os coordenadores do projeto, representantes do governo e da Igreja, constituíam outro tipo de intelectual orgânico, ou seja, os intelectuais orgânicos das classes dirigentes.

Sobre as entrevistas em si, podemos dizer que elas não foram difíceis de serem realizadas, tivemos acesso imediato aos entrevistados e acreditamos que entrevistamos um contingente representativo para o que nos propúnhamos. Iniciávamos as entrevistas solicitando as informações de cunho pessoal, um pouco da história da pessoa, até chegar ao momento de sua inserção naquele trabalho. Esta técnica permite que as pessoas fiquem à vontade e que o pesquisador possa ter um mínimo de conhecimento sobre a trajetória de vida do seu entrevistado. Em seguida passávamos a um elenco de perguntas que estavam diretamente ligadas ao assunto e dependendo da capacidade de relatar da pessoa, demorava-se

(8) Intelectuais orgânicos são intelectuais que fazem parte de um "bloco intelectual" ou "bloco ideológico", que por sua vez estão ligados a uma classe fundamental e ao bloco Histórico. (Portelli, 1977, ps. 89 à 97)

nesta ou naquela questão. Como já tínhamos um conhecimento superficial do problema, por termos assistido a alguns de seus momentos, quando criança, foi-nos fácil conduzir a pesquisa.

Estas entrevistas são inseridas ao longo do texto, sempre que achamos oportuno registrar a opinião de algum participante. Elas foram transcritas observando-se a acentuação, e na maioria dos casos com a grafia correta, permitindo-se apenas alguns erros de concordância, haja vista terem sido cometidos pelos entrevistados e isso ser comum entre as pessoas.

### 1.1.2 DEPOIMENTOS

Além das entrevistas e das conversas informais registramos alguns depoimentos de pessoas que participaram do Projeto.

Para ouvir estas pessoas organizamos um seminário no Centro Comunitário de Carqueija em Julho de 1990. Foram duas noites de debate, com a franca participação dos moradores locais, notadamente aqueles que participaram do Projeto. Foi um momento de revisão da sua própria história, e aqueles que não a conheciam, como os mais novos, ficavam interessados em saber como tudo havia ocorrido.

Apesar do debate ter sido gravado, não foi possível recuperar tudo o que eles falaram, mas o essencial foi registrado. Como é comum em seminário, muitas vezes há



várias falacões ao mesmo tempo, em paralelo, principalmente com pessoas que não estão habituadas à rotina acadêmica e ou política. Mas o que o nosso gravadorzinho pôde captar foi recuperado. Estas falacões classificamos como depoimentos, posto que não foram entrevistas individuais, como nos casos anteriores.

Predominou neste seminário a franqueza dos participantes que chegavam a fazer duras críticas aos dirigentes do projeto e às autoridades eclesiásticas proprietárias da terra. Não se limitaram a comentar sobre o período em estudo, colocaram elementos novos da luta pela aquisição da terra que de direito ainda é da Arquidiocese, mas de fato a eles pertence.

Além dos depoimentos dados neste debate, tivemos outros por escrito, e alguns que nos foram dados, mas que não permitiram que fossem gravados. Ao longo do texto, ao nos referirmos a estes casos, citamos os nomes dos depoentes em cada situação.

### 1.1.3 CONVERSAS INFORMAIS

Procuramos recuperar um pouco das conversas informais que tivemos oportunidade de ouvir e de travar com pessoas da comunidade. Não se trata de termos optado pela pesquisa

participante, (9) não é bem o caso. É que por uma circunstância especial, somos da localidade, apesar de termos saído de lá há mais de vinte anos, conhecemos grande parte dos moradores, pelo menos daqueles que participaram do Projeto Carqueija, e temos mantido com eles uma relação próxima que nos permitiu ouvi-los em diversos momentos. Apesar de nem sempre essas conversações estarem embuídas do propósito de pesquisa, elas foram fundamentais ao processo de elaboração deste relatório. Estas informações perpassam todo o corpo do trabalho, mas são mais evidentes no item sobre as atividades lúdicas do Projeto Carqueija, onde novamente chamamos a atenção para este aspecto da metodologia.

Para melhor caracterizá-las podemos dizer que as conversas informais são aquelas realizadas nos ônibus, nos caminhões pau-de-arara, nas noites escuras e enluaradas, nas bodegas, nos roçados, nas margens dos açúdes etc. Como pesquisador que privilegia a história local, dando ênfase ao seu aspecto popular, não poderia deixar de recuperar estes elementos e dar a eles o destaque que julgamos merecer. Como não se trata de registros escritos documentais, no sentido restrito do termo, os tratamos aqui como elementos de História Oral.

(9) O que queremos dizer é que não fomos residir por algum tempo na localidade com objetivo de fazer nossa pesquisa, nos envolvendo na vida da comunidade.

## 1.2 - A FOTOGRAFIA ENQUANTO DOCUMENTO HISTÓRICO

Apesar deste trabalho não ser de natureza iconográfica, e de não termos especialidade nesta área do conhecimento histórico, entendemos que seria interessante e bastante útil, do ponto de vista da preservação e resgate da memória dos que fizeram o Projeto Carqueija e da comunidade local o registro de alguns fragmentos e flagrantes do seu passado, quer de forma espontânea quer de maneira intencional. Pois como afirma o grande historiador francês Jacques Legoff, teórico da Nova História:

"A fotografia(...) revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica" (Kossoy, 1989 p98).

Destarte, como um de nossos objetivos era o resgate da história e da memória local, achamos que deveríamos incluir no nosso universo metodológico, a análise de algumas fotografias que julgamos importantes, de forma a dar ao trabalho um caráter mais histórico e de ser mais completo.

## 1.3 OUTROS PASSOS DA PESQUISA

Apesar de termos dado ênfase à história oral, à memória iconográfica da comunidade, não ficamos só neste método. Como não poderia deixar de ser, buscamos outros meios que

nos fornecem mais elementos para compor o universo pesquisado. Foram eles: jornais, relatórios, <sup>(10)</sup> documentos cartoriais e, evidentemente, a pesquisa bibliográfica que nos forneceu elementos para uma fundamentação teórica. Estes registros estão contidos ao longo do texto, com as referências simplificadas. Na bibliografia, porém eles são elencados de forma completa.

De posse de todo esse material passamos à descrição do Projeto Carqueija, de forma analítica, procurando registrar os principais momentos e atividades do projeto, ao mesmo tempo em que analisávamos cada passo dessa trajetória. Procuramos conceder aos protagonistas deste processo histórico, os espaços devidos para que expressassem, também no texto as suas colocações como sujeitos históricos que o são. Fizemos questão de proceder assim para que nosso trabalho, que não é só nosso, mas o resultado de uma produção coletiva, ficasse com a marca deste povo que foi o seu verdadeiro autor, cabendo a este pesquisador o mérito de coordenar tais registros e, evidentemente, como dirigente do processo metodológico, emitir o seu parecer. Como pesquisador, como educador, posto que esta é a nossa função como intelectual. Mas o princípio norteador de todo o trabalho foi evidenciar a história de um povo de uma comunidade na construção de sua história. Acreditamos que

(10) Existe um excelente acervo documental, principalmente relativo a relatórios, na Biblioteca da EMATERCE, Centro Administrativo do Cambéba. Foi lá que encontramos uma razoável documentação sobre o Clube Quatro S.

este procedimento seja o correto para quem pretende contribuir com a elevação do nível intelectual e cultural de seu povo, como bem definiu Antonio Gramsci. <sup>(11)</sup>

Por outro lado podemos dizer que procuramos, como historiador municipal <sup>(12)</sup>, dar ênfase a uma experiência histórica de uma comunidade rural. Nosso objetivo é a contribuição desta disciplina acadêmica para a História da Educação Popular, restringindo-a ao âmbito da história local, por absoluta preferência, utilizando para este fim os meios e recursos acima citados.

(11) Elevação do nível intelectual é uma das questões fundamentais propostas por Gramsci para a libertação das classes subalternas (Gramsci, 1978, p.27).

(12) A expressão Historiador Municipal é utilizada pelo historiador inglês Heric R. no livro "A Era das Revoluções". Já o historiador José Honório Rodrigues emprega o termo **Local** para designar a mesma categoria de Historiador (Rodrigues, 1978, p. 149 a 151). As duas expressões têm o mesmo significado, que é: aquele historiador que se dedica a História local, regional ou municipal. E é neste grupo que estamos vinculados, daí a auto-conceituação.

CAPÍTULO 2

DO PROJETO DE LEI Nº 10.000

2.1 - REALIZAÇÃO DO PROJETO

2.1.1 - ROL DO REVISOR DO PROJETO DE LEI

2.1.1.1 - O Revisor do Projeto de Lei é o membro do Conselho de Estado responsável por analisar o projeto de lei submetido ao Conselho de Estado.

CAPÍTULO 2

2.1.1.2 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.3 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.4 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.5 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.6 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.7 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.8 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.9 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.10 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.11 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.12 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.13 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.14 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.15 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.16 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.17 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.18 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.19 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

2.1.1.20 - O Revisor do Projeto de Lei deve ser nomeado pelo Conselho de Estado para um mandato de dois anos.

## CAPÍTULO 2

### O PROJETO CARQUEIJA

#### 2.1 - LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

##### 1.1.1 - MICRO REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ

O município de Capistrano pertence à Micro Região do Maciço de Baturité, que comporta mais 12 municípios (1), englobando uma área de 2.822 km<sup>2</sup>. Uma característica básica da região do Maciço de Baturité, é o fato de possuir dois climas e dois tipos de relêvos distintos. Uma área elevada, (800m de altitude) composta pelo maciço onde a temperatura média anual é de 20 graus centígrados e a outra área na parte do sertão e pé de serra, (com 100 a 150m de altitude), na qual a temperatura média é de 30 graus centígrados ao ano.

A economia da região do Maciço é, basicamente, a agricultura, sendo que na serra a produção majoritária é de horticultura e fruticultura e na região mais baixa, sertão e pé de serra, predomina a cultura do milho, feijão e algodão. A Pecuária é praticada com maior intensidade nos municípios

(1) Nas décadas de 60 e 70 só existiam 10(dez) municípios. Nos anos 90 foram criados mais três municípios: Barreiras e Acarape, desmembrados do município de Redenção, e Ocara (do município de Aracoiaba).

de Aracoiaba e Itapiúna <sup>(2)</sup>, entretanto não se constitui atividade principal da região.

### 2.1.2 - O MUNICÍPIO DE CAPISTRANO

O município de Capistrano possui uma área de 252 km<sup>2</sup>, sendo a maioria no pé da serra e sertão. Possui algumas pequenas serras como a de Cajuás, dividindo-a com o município de Itapiúna e a serra do Vicente na divisa com Aratuba. Está situado a, aproximadamente, 98 km de Fortaleza; localizando-se entre os municípios de Mulungu e Baturité ao norte; Itapiúna ao sul; Baturité a Leste e Aratuba a Oeste.<sup>(3)</sup>

A economia do município de Capistrano é essencialmente agrícola, sendo as principais culturas a do milho, feijão, algodão e mandioca<sup>(4)</sup>. Carqueija e Pesqueiro são as localidades que mais contribuem para a produção agrícola do município. Ultimamente tem-se introduzido o cultivo de hortaliças, mas a produção ainda é incipiente. A estrutura fundiária é basicamente composta de minifúndios, em especial

(2) No Censo pecuário de 1980 o rebanho ovino de Aracoiaba e Itapiúna era de 20297 cabeças, enquanto que os outros municípios juntos somavam 15551 cabeças, deste destacavam-se Redenção, Baturité e Capistrano com mais de 75% da produção.

(3) Podemos acrescentar ainda a sua latitude: 4°28', e longitude: 38°54'. A altitude é de 159,98m. (Sampaio, 1987 p. 41)

(4) Produção segundo o Senso de 1980:



no núcleo da localidade, onde funcionou o projeto objeto deste estudo. A maior propriedade local era a fazenda do Sr. Pierre Aon <sup>(5)</sup> doada à Igreja em 1930, sendo a posse em 1965. Hoje a terra está repartida entre seus moradores, apesar destes ainda não terem obtido o título de posse.

Criado em 1951 <sup>(6)</sup>, o município de Capistrano tem sua evolução econômica e social ligada à implantação da estrada de ferro ainda no final do século XIX, quando o povoado de Riachão passou a ser o centro por onde passava grande parte da produção agrícola e de hortaliças da região,

(5) Pierre Aon foi quem doou as terras à Arquidiocese, apesar de, como veremos a seguir, a documentação cartorial aparecer como venda. Sobre Pierre Aon sabe-se que era suíço e que chegou a Capistrano no início do século. Casou-se com D.Emília Freire, filha de um proprietário local e se instalou na base da serra dos Cajuás ou Serra da Carqueija. Foi adquirindo glebas de terra de herdeiros e pequenos proprietários e formou uma propriedade de tantos hectares. Segundo os que o conheceram era muito severo no trato com os trabalhadores, e austero no gasto de seus bens. Católico fervoroso, hospedava em sua residência, por temporadas, padres e missões da Igreja. Transformou sua fazenda em um sítio, cultivando várias fruteiras que ainda hoje existem no local, como é o caso das mangueiras e dos coqueiros gigantes, estes em extinção. No plano político era integralista, chegando a fazer parte de um batalhão de "camisas verdes" de Baturité. Antes do Brasil declarar guerra à Alemanha, ouvia em sua residência as transmissões nazistas de Hitler (Sr. Pierre Aoun era um admirador de Hitler). Não tinha família, razão por que teria deixado seu patrimônio para a Igreja.

(6) O município de Capistrano foi criada pela lei Nº. 1153 de 22 de novembro de 1951. Até então, figurava como distrito do município de Baturité. Ainda como distrito teve o seu nome mudado de Riachão para Capistrano de Abreu (1933). Em 1938, porém, é suprimida a palavra Abreu, passando a denominar-se Capistrano.

compreendendo a área do atual município e do município de Aratuba, este incravado totalmente na serra. <7>

### 2.1.3 - A COMUNIDADE DE CARQUEIJA

A localidade de Carqueija<sup>(8)</sup> está situada, aproximadamente, a 9 km a oeste da sede do município de Capistrano. Mais precisamente no sopé da Serra dos Cajuás, um dos ramais da Serra de Baturité. Carqueija é de uma beleza natural singular. As colinas das pequenas serras transformam a localidade em um verdadeiro cartão postal. Foi ali que, em 1965, o bispo metropolitano de Fortaleza, D. José de Medeiros Delgado, reuniu a comunidade local na casa-grande da fazenda, para dar início a um trabalho de ação comunitária que congregaria a grande maioria das famílias

(7) IBGE - Enciclopédia dos municípios - Município de Capistrano.

(8) A palavra CARQUEIJA não existe no dicionário, pelo menos com esta grafia. Existe carqueja: "designação de várias plantas medicinais compostas (gênero *Bacharis* da seção *genistelloides*), também conhecidas sob o nome pouco usado de *carque*. (bras.) ave da família das rálidas (*Fulica armillata* viell) espécie de galinha d'água." (Holanda, 1974, p. 246). O termo utilizado neste trabalho é propositadamente CARQUEIJA. Pode estar ligado às plantas medicinais ou à ave a que se refere o leccicógrafo, mas não há nenhum registro destas espécies na localidade, ou pelo menos com este nome. Há uma versão entre os mais velhos segundo a qual existia um velho, talvez um ancestral, que morava no sopé da serra dos Cajuás, local denominado Mocó, que teria a aparência de um monstro. Pelo seu aspecto moribundo, dizia-se que era "velho carqueijo", expressão popular, local, que designaria pessoas e coisas muito antigas. Daí o local ficar conhecido como Carqueija. Porém não é nosso objetivo aprofundar esta discussão neste trabalho.

locais, direta ou indiretamente. A sede do projeto seria a casa grande da fazenda que está instalada no centro da mesma.

## 2.2 - CARACTERÍSTICAS SÓCIO-CULTURAIS DA POPULAÇÃO LOCAL À ÉPOCA DA INSTALAÇÃO DO PROJETO.

Em sua maioria, as pessoas que residiam na comunidade de Carqueija, mais precisamente na fazenda do sr. Pierre Aon, quando esta passou para o controle da Igreja em 1965, estavam em um estágio cultural que se caracterizava por um isolamento substancial da vida urbana e, conseqüentemente, de suas influências sócio-culturais. Diferentemente de hoje, em que a ligação com a cidade por meio de transporte de massa e indiretamente pelos meios de comunicação social proporcionam uma influência substancial do modelo cultural urbano no cotidiano das pessoas da comunidade.

Porém, na época do início do projeto, a situação era outra. Uma análise do Movimento de Educação de Base-MEB sobre as comunidades rurais brasileiras de então, nos possibilita compreender a dimensão do nível de isolamento e de pobreza em que estas viviam. Segundo o MEB o trabalhador rural no Brasil, sobretudo nas regiões mais subdesenvolvidas, vivia:

"Sem possuir as mínimas condições para responder às suas necessidades básicas, deixando-se dominar, quase sempre, pela própria natureza. Preocupado quase que exclusivamente com sua sobrevivência e de sua família, centralizando nisso todo o seu esforço e sua preocupação, vivendo, em geral, inteiramente mergulhado em problemas diários e sendo incapaz de fugir da rotina.

(... ..)

Não vive a sua dimensão histórica, desconhecendo seu valor como pessoa humana e, conseqüentemente, como ser capaz de criar."

( Favero, 1983 p.203)

O nível cultural da população da comunidade de Carqueija nos meados dos anos sessenta, se situava mais ou menos dentro destas características. Por exemplo, com relação à rejeição de novos hábitos, podemos citar o caso da agricultura, onde havia resistência à orientação técnica. Ainda com relação à agricultura, o camponês local, na sua maioria, nesse período, não utilizava, sequer, o arado como instrumento para o uso agrícola, tamanha era a sua falta de conhecimento, e, evidentemente de orientação técnica. Os hábitos alimentares denunciam a falta de informação a que a população estava submetida. Por exemplo: foi uma novidade a inclusão do tomate cru, na alimentação, como também a utilização do seu suco. Aliás, houve até restrições a este novo hábito introduzido por técnicos do projeto. E não é de se admirar, haja vista que, com relação ao tomate, o seu cultivo era praticamente inexistente, à exceção de uma espécie pequena, mais ou menos do tamanho de uma pitanga, que era utilizada como tempero na alimentação.

De outra parte, percebemos que a situação paupérrima da maioria daqueles camponeses, preocupados sobretudo, com

R.597210



a sua subsistência, os faria participar de qualquer programa de educação sanitária e popular, no estilo do desenvolvimento comunitário, desde que vislumbrassem nestes um espaço no qual pudessem angariar alguns dividendos para resolver ou minorar as suas condições de vida, de imediato. Por este ângulo compreende-se a adesão das pessoas às propostas dos técnicos de fundarem cooperativa, associação, grupo de mães e de jovens, como ocorreu em Carqueija.

### 2.3 ORIGEM DO PROJETO

Logo nos primeiros momentos  
 O bispo foi à Carqueija  
 Recebeu de D.Emília  
 A fazenda, de bandeja  
 Iniciou-se o trabalho  
 Numa festa, sem cerveja  
 (Alves,1990)

Em 1930 o casal Pierre Aon e Emília Freire Aon, talvez por não terem filhos e, certamente, por serem católicos fervorosos, decidiram doar <sup>(9)</sup> para a Arquidiocese de Fortaleza, os imóveis de sua propriedade denominados Sítio São Pedro, Lagoa Seca e Pau de Sebo (vide anexo 1). Os

(9) Doar talvez não fosse bem o termo, se considerarmos o documento cartorial, o qual assegura ter havido um contrato de compra e venda dos imóveis. Entretanto, sabe-se que foi uma doação e que o registro como venda à Arquidiocese, foi uma mera formalidade e que asseguraria a posse pela mesma sem maiores problemas, o que não ocorreria, por exemplo, num testamento.

referidos imóveis localizavam-se em Carqueija, mais precisamente, entre o rio do Pesqueiro e a serra dos Cajuás, zona rural do município de Capistrano. Entretanto a posse da propriedade por parte da Arquidiocese só se deu de fato no ano de 1965, quando a proprietária veio a falecer. O então arcebispo de Fortaleza, D. José de Medeiros Delgado,<sup>(10)</sup> ao receber a informação da existência do imóvel de Carqueija,<sup>(11)</sup> demonstrou um enorme interesse em conhecê-lo. Ainda segundo as informações de que dispomos o arcebispo teria interesse de fazer uma reforma agrária na propriedade da Igreja.

Com o falecimento de d. Emília, a Arquidiocese assume a administração da fazenda, menos o sítio denominado Lagoa Seca, que ficou para um filho adotivo de D. Emília conforme assegurou o bispo, à mesma, antes do seu falecimento.

(10) D. José de Medeiros Delgado foi arcebispo de Fortaleza na época. Foi o precursor dos trabalhos de comunidade, especialmente nas zonas rurais de sua Diocese. No caso de Carqueija foi o grande incentivador do projeto. Pretendia desenvolver uma trabalho com a comunidade de forma que ela no futuro gerenciasse a fazenda, fazendo na prática uma Reforma Agrária. Comenta-se que era bastante extrovertido, seu caráter expansivo, no meio eclesial, causou um certo mal estar entre o clero local. Este mal estar se acentuou quando da alienação de alguns bens adquiridos nos bispados anteriores, como foi o caso do palácio do bispo, na rua São José N.º. 01, no centro de Fortaleza. Seu contato direto com o povo faziam-no muito popular, pelo menos em Carqueija.

(11) Segundo nos informou o professor Raimundo Nonato Pinheiro Alves, à época seminarista e acólito do arcebispo, teria sido ele próprio quem informou ao bispo a existência do imóvel, ao se identificar como morador de uma propriedade vizinha à da Arquidiocese, em Capistrano. Foi a partir daí que o bispo se interessou pelo assunto, enviando-o para Capistrano para preparar sua visita à fazenda, juntamente com o vigário local.

Naquele momento iniciavam-se as conversações para instalação de um projeto amplo de ação comunitária abrangendo diversos setores da área econômica e sócio-educativa. A nível de Arquidiocese fora criada a Fundação João XXIII <sup>(12)</sup> que iria administrar os projetos desta natureza em todas as propriedades da Arquidiocese e desenvolver as atividades relacionadas à ação comunitária e de sindicalização, sob o controle da Igreja, na área metropolitana da Arquidiocese.

É a partir daí que foi organizado o que denominamos de PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA ARQUIDIOCESE EM CARQUEIJA - Projeto Carqueija - no interior do qual surgem os seguintes grupos de natureza sócio - educativa e econômica: CLUBE DE MÃES D. FRANCISCA DELGADO, CLUBE 4 S, SOCIEDADE AGROPECUÁRIA LTDA - SAPEL, que depois de um ano de funcionamento passou a denominar-se CIA. AGROPECUÁRIA DE CARQUEIJA, A COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE CARQUEIJA, ESCOLAS REUNIDAS DE CARQUEIJA E SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAPISTRAND. Além destes grupos, funcionaram outros de existência efêmera ou sem organização formal como os citados. Um exemplo destes é o time de futebol Carqueija Esporte Clube.

A maioria dos grupos existentes passou a funcionar na própria Casa-Grande, sede da fazenda. Depois foram construídas as sedes da escola e da SAPEL, conforme veremos a seguir, nos capítulos referentes a estas entidades.

(12) A Fundação João XXIII foi criada exclusivamente para dar suporte às atividades comunitárias da Arquidiocese de Fortaleza.

Para colocar em funcionamento todo esse projeto a Arquidiocese, através da Fundação João XXIII, fez convênios de cooperação com organismos governamentais como a Universidade do Ceará, o Banco do Nordeste do Brasil, o Governo do Estado através da ANCAR-CE o próprio governo municipal.<sup>(13)</sup> Cada qual participando da forma que lhe conviesse. Estes contactos foram indispensáveis para a edificação do ambicioso projeto que teve a acolhida imediata da população local, que via nele a sua redenção econômica e sócio-cultural. A coordenação do projeto ficou a cargo do agrônomo Raimundo Holanda Farias,<sup>(14)</sup> que contava com a colaboração de professores e técnicos da fundação, dentre eles o Pe. Alberto Viana, a advogada Maria José Acário, o advogado e radialista Everardo Sobreira, o Pe. Giovane

(13) Praticamente todos os entrevistados registram a participação dos órgãos citados e de outros nos diferentes grupos de ação comunitária em Carqueija, como veremos nos capítulos seguintes. Este registro se faz necessário, haja vista não termos documentação sobre estes convênios, e como foi uma informação quase que unânime dos entrevistados, passam a ser válidas como verdadeiras.

(14) Raimundo Holanda Farias foi o primeiro coordenador e principal dirigente do movimento. Filho de Mulungu, município do Maciço de Baturité, formou-se em agronomia em 1963. Ainda como universitário trabalhava no Movimento de Educação de Base. Em 65 ingressou no Programa de Desenvolvimento Para o Nordeste na Universidade do Ceará. Foi neste período que a Universidade firmou convênio com a Arquidiocese de Fortaleza e o Banco do Nordeste para desenvolver um trabalho comunitário na localidade de Carqueija. É quando começa a sua participação no movimento de Carqueija. Em 69 ele se afasta de Carqueija para fazer um curso em São Paulo, não retornando mais à direção do Movimento. (Informação do próprio R.H.F.)



Sabóia, ex-vigário de Capistrano, <sup>(15)</sup> dentre outros. A nível local, participaram da coordenação do projeto as professoras Lourdenise Pinheiro Alves, Cleide dos Santos Custódio, Maria Suzete Santos e os srs. Antonio Alves Custódio, Raimundo Narciso de Lima, João Firmino dos Santos <sup>(16)</sup>, dentre outros.

Podemos dizer que o Projeto Carqueija teve um início muito concorrido. A participação popular em suas ações era elevada. Evidentemente que a população local participava, mas era induzida pelos idealizadores e dirigentes <sup>(17)</sup> do

(15) Estes outros participantes não tiveram uma ação contínua de direção efetiva no projeto, eram como que colaboradores, assessores da Arquidiocese, formadores de quadros, vamos dizer assim. Podemos distinguir o Pe Giovane Sabóia como uma pessoa que sempre esteve ligada à Carqueija, por continuar dentro da Igreja e por ser alto funcionário do INCRA, portanto, envolvido com problemas de terra em geral e, em particular, com esta propriedade da Igreja. Segundo os moradores ele foi contrário à divisão da terra no processo posterior.

(16) Neste grupo de dirigentes locais podemos destacar uma família que teve grande participação no Projeto Carqueija, que foi a família Santos. O sr. João Firmino dos Santos, presidente da Cooperativa, tinha ainda no mesmo as filhas Maria Suzete Santos, e Maria Suzena Santos professoras, a esposa D. Belisa, vice presidente do Clube de Mães na primeira gestão e presidente na gestão seguinte. Era também sua sobrinha a professora Cleide Santos Custódio, professora cujo marido, Antonio Alves Custódio, foi gerente da fazenda e primeiro presidente do Sindicato, tinha um irmão Roberto dos Santos professor da escola noturna. Convém ressaltar que estes sobrinhos tinham uma certa rivalidade com a família do tio. A família Lima teve também uma certa participação no Projeto Raimundo Narcísio de Lima era gerente da Sapel e suas irmãs Zenaide de Lima e Rute de Lima participaram da diretoria do Clube de mães sendo esta presidente nos últimos anos de sua existência.

(17) Na nossa compreensão, estes dirigentes funcionavam como intelectuais orgânicos das classes dirigentes da sociedade ali representadas pela Igreja, pelo Estado nas suas mais variadas formas e diretamente pela ANCAR-CE que era um órgão criado pelas elites empresariais do Ceará, conforme veremos nos capítulos seguintes.

movimento, no momento de tomada de decisão. Assim, a legitimação de suas propostas estava garantida. Após os dois anos iniciais, tudo funcionando relativamente bem, os primeiros obstáculos começam a surgir e vão se avolumando. No quinto ano de existência, o Projeto entra em decadência e vai se demolindo parte a parte, ficando reduzido à escola, ao Clube de Mães, e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capistrano, que se transferiu para a sede do município. Enquanto que a fazenda fora entregue a um administrador que a gerenciava como uma fazenda qualquer. Com o passar dos anos as famílias que permaneceram na localidade reivindicaram o direito de propriedade à Arquidiocese e hoje a terra está dividida entre estes moradores. Este fato ocorreu na década de 1980, portanto está fora da periodização que definimos para nosso estudo, que é de 1965 a 1975, o que não impede porém que o registremos.

Podemos inferir que foi grande a importância do Projeto Carqueija para a comunidade local, posto que abriu as possibilidades para muitos se inserirem num processo de mudança social de forma mais rápida, contribuiu para a escolaridade da maioria das crianças, despertou o espírito de organização na comunidade e lhe trouxe muitos ensinamentos, até mesmo naquilo em que ela, a comunidade, se sentiu traída ou explorada.

Uma visão mais precisa de cada grupo que funcionou em Carqueija bem como a análise de cada um dentro de uma ótica crítica, é o que pretendemos elaborar nos capítulos

seguintes, antes, porém, vamos fazer uma contextualização do movimento procurando identificar as relações do mesmo com o momento político nacional.

#### 2.4 - O PROJETO CARQUEIJA E O MOMENTO POLÍTICO NACIONAL.

A instalação do projeto Carqueija se dá logo após a tomada do poder pelos militares, em 64. Como se sabe, o governo João Goulart havia adotado uma política populista e nacionalista, ampliando a participação das lideranças populares e sindicais no cenário político nacional. Incomodadas, as forças reacionárias da sociedade com o apoio das Forças Armadas no plano interno e dos EUA a nível externo, decidiram romper com o pacto populista, golpeando a constituição, e instalando um regime de força, de caráter militar, que durou até 1985. Este ato abrupto e violento ficou conhecido como Golpe Militar de 64, e o seu período de duração denominado Ditadura Militar.

O novo governo era francamente contrário à organização das forças populares, optando por uma política de repressão às organizações de esquerda, quer fossem partido político, entidade sindical e ou popular. De outra parte procurou consolidar o avanço do capital estrangeiro no país. No plano educacional optou por uma pedagogia tecnicista inspirada no

modelo americano, renegando toda uma experiência de educação popular ocorrida no governo anterior.

É dentro deste quadro político profundamente autoritário, de limitação extrema do exercício democrático e da cidadania, que se instala o Projeto Carqueija. Este programa estava dentro dos limites e das diretrizes da "nova ordem", posto que a Igreja, no primeiro momento, apoiou o golpe militar. No caso do Ceará, D. Delgado, arcebispo de Fortaleza, foi um dos que manifestou seu apoio explícito ao Golpe, como podemos comprovar neste seu artigo publicado pelos Jornais O Nordeste e Correio da Semana, órgãos de divulgação da Arquidiocese de Fortaleza e de Sobral, respectivamente:

ORDEM E VIGILÂNCIA

D. José de Medeiros Delgado

"Todo mundo sabe, mas é prudente se repita que a paz armada paira sobre o Brasil. É o começo da paz íntima que estava faltando em quase todas as almas em razão da guerra preparada em cada coração, a toda hora, em todos os quadrantes da Pátria. O ódio avassalava, crescia de dois lados, conduzindo o país a uma luta que já era esperada. Se o Exército não tivesse tomado a atitude que tomou, o choque entre esquerda e direita teria ensanguentado tudo. Cumpre reconhecer que o papel do Exército foi preventivo. Com ação relâmpago e eficaz, sem derramamento de sangue, sem um tiro, o Exército fez parar a marcha irremediável do embate fratricida" (Correio da Semana)

Nosso objetivo aqui não é analisar o golpe de Estado de 64, nem o papel da Igreja frente ao mesmo, até porque, para tanto teríamos que dispor de outros elementos, que um artigo, como o citado, não nos oferece. O que queremos com

esta citação é colocar o posicionamento da Igreja local frente ao governo emergente, para melhor compreendermos a relação destas duas instituições entre si (Estado e Igreja), posto que iriam atuar em conjunto no Projeto Carqueija. Neste sentido, a opinião de D. Delgado, expressa neste artigo, nos assegura afirmar que as relações Igreja e Estado, nos primeiros momentos do Golpe de 64, eram de cooperação. Ou seja, a Igreja local não contestou o Golpe, pelo contrário o apoiou explicitamente. Assim sendo, do ponto de vista político, o novo governo não teria motivos para não apoiar um projeto da Igreja, principalmente conhecendo o teor do seu conteúdo. É a partir desta ótica que percebemos a participação da Universidade, do Banco do Nordeste, a nível federal, e da Secretaria de Agricultura e ANCAR, a nível estadual, no Projeto Carqueija.

CAPÍTULO 3

### CAPÍTULO 3

## ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO - A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO PROJETO CARQUEIJA

### 3.1 A COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE CARQUEIJA - CAMICA

No ano de sessenta e seis  
 Depois que o bispo chegou  
 O povo se organizou  
 O bispo, por sua vez  
 A todos incentivou  
 Começou a discussão  
 E após muita reunião  
 Criaram a cooperativa  
 Foi uma iniciativa  
 De muita repercussão  
 (Alves, 1991)

Mantidas as primeiras conversações com a comunidade local, a Arquidiocese, que teria como objetivo a realização de uma reforma agrária na fazenda de sua propriedade,<sup>(1)</sup> optou, possivelmente influenciada pelos seus técnicos, por

(1) Pelo que nos informou o professor Raimundo Nonato, como nos referimos anteriormente, o arcebispo ao ser informado desta propriedade teria manifestado um interesse em desapropriá-la, fazendo a reforma agrária a partir de sua "própria casa". Ainda segundo ele, na primeira reunião que o bispo fez na sede da fazenda teria reafirmado este propósito, o que contrariou d. Emília, que ouvindo aquela proposta murmurava (não podia falar), demonstrando sua preocupação com o seu filho adotivo, Sr. Moscardo. O bispo a tranquilizara, assegurando que este ficaria com a Lagoa Seca. Neste momento não se falava em cooperativa nem em outros grupos. Mas com a discussão do problema surge a idéia da cooperativa, que nos parece, uma forma de administrar uma futura repartição da terra, trabalhando na educação do povo e, evidentemente, controlando o processo de transição e

organizar inicialmente uma cooperativa agrícola. Foi definida uma área que seria reservada ao patrimônio da mesma, ( 15 000 m<sup>2</sup> ), englobando a sede da fazenda e seus arredores, conforme documento cartorial. (Vide ANEXO 2). A consumação deste projeto, tomando por base a data do registro em cartório do imóvel, foi no início de 1966, mais precisamente no mês de fevereiro. A diretoria da CAMICA era presidida pelo Sr. João Firmino dos Santos. (2)

A criação desta entidade associativa, na ótica da coordenação do projeto, iria proporcionar aos agricultores locais, especialmente aos moradores da fazenda, uma variedade de benefícios, dentre os quais recursos para investir em suas plantações e a garantia da aquisição dos produtos na época da colheita com preços justos, o que via de regra não ocorre com o pequeno produtor e o camponês em

certamente adiando-o. Na verdade, foi o que ocorreu, posto que a reforma agrária, aqui entendida como repartição da terra, só veio acontecer, na gestão de D. Aloísio, depois de muita luta dos moradores, pois contrariava a opinião de muitos padres, dentre eles o Pe. Giovane Sabóia, um dos participantes do Projeto Carqueija no seu início, e ironicamente, um dos altos funcionários do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

(2) Vale ressaltar que o Sr. João Firmino dos Santos era esposo da vice-presidente do Clube de Mães, D. Belisa Santos, e pai da professora Maria Suzete Santos, que liderava a ala feminina do Clube Quatro S. Os demais membros da direção da cooperativa estão listados e com fotografia no capítulo Memória Iconográfica.



geral. A decisão de criar a entidade, bem como os objetivos a que se propunha, é descrita da seguinte forma pelo agrônomo Raimundo Holanda, primeiro coordenador do Projeto:

"Com a implantação do "projeto de Ação Comunitária," nossa preocupação inicial foi reunir as famílias para discutirem os objetivos do projeto e com eles descobrir como atingi-los.

Foi aí que identificou-se a necessidade de uma associação que coordenasse as atividades produtivas e sócio-educacionais. A saída proposta foi constituir, uma cooperativa... que garantisse o financiamento e comercialização da produção, além de se responsabilizar pela educação, saúde, lazer, etc. Foi criada a CAMICA (Cooperativa Agrícola Mista de Carqueija) registrada e instalada na sede da Fazenda, com aproximadamente 50 sócios, os 25 moradores e mais outros pequenos proprietários da vizinhança. Nossa preocupação inicial foi com o treinamento gerencial da diretoria e dos associados. Para isto foram ministrados vários treinamentos pelos técnicos do serviço de assistência ao cooperativismo, do Ministério da Agricultura, coordenado pelo Jayme Cavalcante e pelo Pe. Giovane Sabóia." (R.H.F.)

A criação da cooperativa, optada pela coordenação do projeto se, por um lado, adiava a reforma agrária pretendida por D. Delgado, estava dentro da filosofia da Igreja enquanto instituição, que estabelecera através de sua autoridade máxima uma política social que optava pelo associativismo, como podemos constatar nos trechos seguintes da carta Encíclica Mater Et Magistra do papa João XXIII:

"Solidariedade e Colaboração: 143. Repare-se ainda que no setor agrícola, como aliás em qualquer outro setor produtivo, a associação é atualmente vital; e muito mais, quando o setor se baseia na atividade familiar. Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns dos outros, e colaborar na criação de iniciativas cooperativas e associações profissionais ou sindicais. Uma e outras são necessárias para tirar proveito dos progressos científicos e técnicos na produção, contribuir eficazmente para a defesa dos preços, e chegar a um plano de igualdade com as profissões ordinariamente organizadas de outros setores produtivos, para que a agricultura consiga fazer-se ouvir no campo político e junto dos órgãos de administração pública. Porque hoje as vozes isoladas quase não têm possibilidade de chamarem sobre si as atenções e muito menos de se fazerem atender.

... , ... , ... , ... , ... , ... , ...  
 145. É-nos grato expressar aqui a nossa complacência àqueles filhos nossos que nas diversas partes do mundo se ocupam em organizações cooperativas, profissionais e sindicais, tendentes à produção econômica, social de todos os cultivadores da terra. (João XXIII, Papa. 1961, pág. 49 e 51).

Percebe-se que a orientação da Igreja enquanto Instituição multinacional, prevaleceu, no caso em estudo. Além da cooperativa, vários outros grupos foram criados, e todos dentro dessa filosofia associativista constante da Encíclica citada. Esta idéia de se criar a cooperativa e os outros grupos não foi difícil, de ser vendida para os moradores pelos dirigentes do projeto que viam nestes grupos uma forma de ter as suas vidas melhoradas, principalmente no que se refere à possibilidade de terem apoio para as suas plantações e um preço justo na hora da colheita.

Com relação ao apoio no período da plantação, ele se configuraria em empréstimos financeiros e orientação técnica de cuja carência o camponês se ressentia, como ainda ocorre nos dias atuais<sup>(3)</sup>, bem como na possibilidade de financiamento da implementação destas técnicas, por mais artesanais que pudessem ser. Por exemplo, a aquisição de insumos, equipamentos agrícolas, agrotóxicos etc, para uso na lavoura. A cooperativa teria, teoricamente duas possibilidades: a de adquirir recursos junto a instituição financeira, no caso o Banco do Brasil, e repassá-los a seus sócios, ou emprestar dinheiro do seu próprio patrimônio e ainda de adquirir equipamentos, sementes, insumos e outros e emprestá-los aos seus associados. O que de fato veio a ocorrer foi este último prognóstico. A CAMICA teve um papel importante no auxílio ao pequeno produtor rural, tipo característico dos seus sócios.

Quanto à aquisição da produção dos sócios (que tinham a sua produção desvalorizada no momento da colheita em até 75% do preço da época de estiagem), ela passaria a adquirir estes produtos por um preço justo. Assim sendo, a

(3) Em estudo realizado recentemente sobre a comunidade de São Mateus, no então município de Aracoiaba, a Prof<sup>a</sup>. Maria Nobre Damasceno constata, com muita precisão, esta carência de apoio financeiro para os pequenos proprietários e trabalhadores rurais, bem como o problema da desvalorização do produto na hora da colheita pelo camponês (Damasceno, 1990). Outra constatação do continuísmo desta anomalia é frequentemente relatada pelos próprios agricultores hoje e pelos técnicos da EMATERCE e agrônomos atuantes na região do Maciço de Baturité. Eles orientam o camponês mas este não tem as mínimas condições de implementar qualquer tipo de tecnologia por absoluta falta de recurso. Constata-se pois que pouca coisa mudou.

cooperativa ocupara um espaço importante na organização, defesa e conseqüentemente valorização do trabalho e produção do seus associados.

Foi vislumbrando todas estas possibilidades, evidentemente que demonstradas com entusiasmo pelos dirigentes técnicos do projeto que os moradores da fazenda e da adjacências acataram e apoiaram a criação da CAMICA. Se a organização nem de longe atingiu todos os seus objetivos iniciais, na sua plenitude, foi por conta de diversos fatores externos e internos que interferem num programa desta natureza, que serão objetos de nossa análise a seguir.

### 3.1.1 - A EFEMERIDADE DA PROPOSTA COOPERATIVISTA

Apesar de ter trazido esperança para a comunidade de sócios e também ter tido um papel importante inicialmente junto à produção agrícola local, uma vez que chegou a oferecer alguns empréstimos e a fornecer, também por empréstimo, alguns equipamentos para os seus sócios, tais como arado, máquina de pulverizar, sementes selecionadas etc, a CAMICA não teve condições de ampliar o seu patrimônio e, portanto, a sua ação junto aos seus associados. Por seus sócios serem todos pequenos produtores (proprietários e moradores) e por conseguinte não disporem de condições

financeiras para contribuírem com a ampliação do patrimônio da cooperativa, pelo contrário esperavam retirar dela o mais que pudessem para viabilizarem as suas produções, a CAMICA começa a ter dificuldades para funcionar. De outra parte, faltou-lhe o apoio financeiro governamental. Apesar de ter a carta de anuência do Banco do Brasil, <sup>7</sup> (5) este não chegou a dar à cooperativa um respaldo financeiro e o acompanhamento técnico compatível com a necessidade da sua eficaz aplicação.

Diante deste quadro de dificuldades enfrentado pela CAMICA os planos iniciais projetados por seus fundadores começam a sofrer uma profunda dificuldade. A comercialização da safra torna-se praticamente inviável, o programa de empréstimo de equipamentos agrícolas torna-se limitado e sem condições de ampliação, o patrimônio financeiro entra em decadência frente à falta de reinvestimento por parte da instituição bancária competente e pela própria inadimplência dos seus associados. O inadimplemento ocorria em dois níveis: no que se refere à falta de pagamento da contribuição mensal e na falta de ressarcimento de uma dívida no período de seu pagamento ou para sempre. O não pagamento das taxas, empréstimos, pelos sócios deve ser debitada às próprias condições econômicas e culturais dos sócios. Do ponto de vista econômico, a situação de grande parte deles era de tanta pobreza que muitas vezes aplicava o dinheiro conseguido em uma operação financeira, na própria

(5) Informações do professor Raimundo Holanda Farias.

51

manutenção da sua família, comprando a alimentação ou até roupa, calçado, remédio etc. A questão cultural não pode ser desvinculada da questão financeira, ou seja, muitas atitudes tomadas pelo camponês são pela natureza da sua própria sobrevivência como é o caso de pegar o empréstimo e gastar na alimentação de sua família. Mas há também a questão da resistência à orientação técnica. Por exemplo, a não aceitação da plantação com curva de nível, a insistência na não utilização do arado, a baixa capacitação técnica até para a plantação e limpa do roçado. Além destes dois fatores, temos que considerar o problema da qualidade da terra, que para aqueles que a tinham em maior abundância poderiam selecionar os locais mais apropriados para uma determinada cultura, enquanto que os que dispunham de pouca terra ou a utilizavam em regime de parceria com um proprietário não teriam muita escolha a fazer. Não entra neste grupo da cooperativa aquele grupo de trabalhadores rurais que vivem do trabalho alugado, pagamento por diárias, posto que os sócios da cooperativa já constituíam um grupo selecionado e por conseguinte com condições mais favoráveis que aqueles. Ainda sobre a questão cultural há de se levar em conta (apesar da iniciativa dos coordenadores do projeto em levar técnicos para orientar os membros e a diretoria da cooperativa na gestão da entidade), o fato de que a história daquela gente não lhes havia permitido nenhuma forma de associação anterior, o que contribuiria para uma

possível dificuldade na administração de uma entidade daquela natureza.

Dentro desta linha de raciocínio, da falta de experiência com a convivência comunitária e também em face dos exemplos históricos da utilização do patrimônio público para a satisfação do privado, o que é comum no Brasil, onde se consolidou toda a estrutura de poder local ao longo de nossa história, não podemos descartar que tenha havido na CAMICA favorecimento àqueles que estavam mais próximos de sua direção, ou a integravam. Há indícios de que isso tenha havido, mas nas entrevistas isso não ficou claro de como acontecia nem quem os teria praticado.

Estamos seguros de que todos estes fatores vieram a contribuir para a debilidade e conseqüente falência da cooperativa, uma instituição que dificilmente sobreviveria por muito tempo, dadas as condições de dificuldade em que foi gerada. Possivelmente por não representar os interesses das classes dirigentes regionais, pois, em outros momentos históricos o governo socorreu grandes produtores de algodão, que em momentos de crise, com a retirada do capital internacional do financiamento da cotonicultura, foram obrigados a se reunir em cooperativas(6) e tiveram o apoio financeiro do Estado. (Burztn, 1984, ps. 67 a 69.)

(6) São exemplos destas cooperativas no Ceará a COCENTRAL - Cooperativa Central dos Produtores de Algodão em Fortaleza e a COOPAG- Cooperativa Agrícola de Quixadá Ltda, para citar apenas dois exemplos.

### 3.2 - SOCIEDADE AGROPECUÁRIA LTDA - SAPEL

A agricultura e a suinocultura foram atividades desenvolvidas no campo da produção do Projeto Carqueija. Para tanto foi constituída uma associação com 20 famílias denominada Sociedade Agropecuária de Carqueija LTDA- SAPEL, depois Companhia Agropecuária de Carqueija S.A. - SAPEL (7). O objetivo principal da SAPEL era desenvolver a cultura agrícola e a suinocultura, na medida do possível, dentro das técnicas exigidas para o setor. A agricultura teria como função fundamental a produção de milho, mandioca, algodão e outras culturas com sementes selecionadas e iria servir de suporte para a alimentação dos porcos. Foi um projeto inédito na região e teve o apoio de órgãos como a UFC, BNB e ANCAR-CE. Cabia a cada instituição a seguinte tarefa, segundo o coordenador, dr. Raimundo Holanda:

"... A Arquidiocese entrou com a parte do terreno... em torno de 100 ha... esses 100 ha. ficaram em nome da associação. A Universidade entrou com toda a parte de suínos... O Banco do Nordeste com o financiamento da construção de pocilgas, de outros equipamentos e o financiamento, durante algum tempo, dessas famílias..." (R.H.F.)

A SAPEL, teve um excelente começo. Com a aquisição de sementes selecionadas, especialmente de milho. Preparou-se a terra dentro dos requisitos mínimos para a plantação, ou

(7) A SAPEL foi criada em 1965. Considerando o depoimento dos entrevistados, haja vista, até o momento não termos encontrado nenhum documento oficial, nem no cartório de Baturité, sobre a sua criação.



seja, devidamente destocada e aradada, procedeu-se ao plantio em esquadro, o que nunca se havia feito no local. A produção foi excelente. Além de servir como ração para os porcos, passou a ser vendido aos moradores locais como semente. A agricultura não se constituía na principal atividade da SAPEL, sem dúvida fôra a criação de porcos a principal atividade da associação, entretanto, por ser fundamental na manutenção destes, a agricultura foi importantíssima.

Com relação à porcilga, após a conclusão das instalações, foram adquiridas as matrizes, em torno de 60, todas importadas dos EUA, conforme declaração do coordenador: " ... Fui apanhá-las no Aeroporto..." (idem) Os animais se adaptaram ao clima e a produção inicial foi muito boa, gerando um certo otimismo no grupo. Ainda segundo o depoimento do coordenador, que passamos a relatar:

"... Elas tiveram um nível de adaptação excelente... a primeira produção foi tão grande que o mercado ficou praticamente saturado... tivemos alguns problemas de comercialização, mas foram superados quando a gente começou a comercializar através do FRIFORT." (idem)

O sucesso da produção inicial fez aflorar alguns problemas fundamentais numa atividade econômica deste gênero:

1º. O aumento da produção de suínos na região com a entrada no mercado da produção da SAPEL requeria um mercado consumidor à altura da oferta. Esse mercado tinha que ser Fortaleza, pois o pequeno município de Capistrano, até mesmo

Baturité, não atendia à demanda. No caso específico de Capistrano alguns fatores contribuiriam para a não absorção do produto: a) Capistrano tinha a sua oferta de carne suína regularmente assegurada por produtores locais<sup>(8)</sup>. b) O consumo deste bem era muito pequeno, tanto pelo reduzido poder de compra da população como pelo reduzido contingente populacional do município, na época em torno de 12.464 pessoas. ( IBGE, censo de 1960 ) mesmo entre aqueles que poderiam adquirir o produto existia um problema de ordem cultural: o gosto da carne era diferente do gosto da carne do porco comum, o chamado "pé-duro". Portanto, reduzindo ainda mais as possibilidades de venda.

2º. Sendo Fortaleza o mercado ideal para o produto, ele oferecia alguns problemas, que na época eram bem mais difíceis de serem sanados. O principal deles a comunicação, que influenciaria nos demais. A principal via de acesso a Capistrano na época era ferroviária e esta não era a mais apropriada para viagens rápidas, como por exemplo para adquirir material, remédios, ração etc. nem mesmo para o transporte do suíno vivo ou abatido. Portanto o transporte mais usado era o rodoviário e este padecia de um grave problema: as estradas. A estrada Fortaleza-Capistrano vivia em péssimas condições, não era pavimentada. Para se ter uma

(8) A produção do município de Capistrano, em suínos era de 1449 unidades assim distribuídas: menores de 6 meses 549, matrizes 268, varões, de engorda 572. Isso em 1960. Em 70 houve uma decadência para 1250. ( IBGE Senso de 1960/70 ) Não está contemplada aí a produção da SAPEL que é entre os dois períodos, portanto pode-se assegurar que esta era a média da produção do município no início do projeto.

idéia, em 1965 é que se inicia o asfaltamento da estrada de Baturité, sendo que até o início daquele ano só haviam asfaltado, apenas 2 km, segundo o depoimento de um observador (O POVO 27/01/65). Para complicar mais a situação das estradas o inverno de 1964 foi muito pesado, contribuiu para piorar mais o quadro. A estrada Capistrano-Carqueija nem se fala, não havia uma ponte sequer, sobre o principal rio local, o riacho do Pesqueiro. Isso implicava no represamento de qualquer tipo de carga num dia em que o rio estivesse cheio. Por outro lado, ainda sobre o problema das comunicações, praticamente não havia serviço de telecomunicações, ficando o município na dependência do serviço de telégrafo da estrada de ferro. Sem o telefone todo contato que implicasse em maiores detalhes, como compra de material, pedidos de orientação técnica etc, tinha que ser feito pessoalmente em Fortaleza, pelos dirigentes locais da SAPEL.

Todas estas questões contribuíam para dificultar a comercialização do produto, no caso a carne de leitão, por ser um produto perecível. Poder-se-ia optar pelo transporte do animal vivo, mas este também era problemático pelo seu volume, era um animal sensível a qualquer variação no seu cotidiano, enfim, difícil de ser acomodado e, portanto, de ser transferido sem as condições ideais.

Outra dificuldade encontrada pelo projeto SAPEL dizia respeito à sua pequena estrutura administrativa. Seus membros, agricultores, sem o menor preparo para a questão

administrativa, sem prática alguma de trabalho em associação e ainda por cima envolvidos na produção agrícola para garantir o seu sustento e dos animais. Esta sobrecarga de tarefas para quem não tinha aptidão, ou melhor, não estava preparado para este tipo, de trabalho, a nosso ver, contribuiu para que não houvesse um melhor desempenho na atividade final de sua associação que era a comercialização do produto.

Identificamos também uma certa apatia no que concerne ao exercício democrático na SAPEL. Não ficou claro para nós se havia esta pré-disposição da sua direção em praticar esta conquista universal. Percebe-se que as decisões eram tomadas por um grupo restrito da diretoria e que os resultados destas eram comunicados aos sócios, quando eram, sem que estes pudessem alterar ou sustar o processo em andamento. Isso porque não havia tradição democrática entre os seus membros.

Voltando à questão das dificuldades que a SAPEL encontrou para o seu desenvolvimento, ainda com relação aos porcos em si, é sabido que eles careciam de um tratamento muito rigoroso, acompanhado de veterinários, ração selecionada etc. A carência, de alguns elementos na ração provocava reações as mais diversas nos animais. Houve casos de devoração de filhotes por parte de algumas matrizes.

A questão da alimentação e da manutenção dos animais guardava relação direta com a questão do transporte, e com a potencialidade financeira da associação. Sobre o problema do

transporte da ração básica, o depoimento de um dos gerentes da SAPEL clarifica como estas dificuldades eram reais:

"...A gente vinha aqui para Fortaleza, comprar farelo de trigo, torta de algodão, farinha de sangue ( que se comprava no FRIFORT). Toda essa matéria prá chegar lá, se balancear uma ração. Mas aí as dificuldades que a gente tinha de chegar a Fortaleza e comprar essa ração e depois chegar até lá...era um período de inverno, sem acesso, sem nada. Eu sei que era cheio de dificuldade..."(R.N.L.)

Estas dificuldades que ele menciona foram responsáveis pelo não atendimento das necessidades alimentares dos animais, acarretando o que já mencionamos acima, ou seja, casos de autofagia, se não vejamos:

"...os animais chegaram a um ponto que a gente não podia dar a ração ...necessária pra eles,...começaram a ter carência, e começaram a se devorar uns aos outros, a ponto de uma porca daquelas dava uma cria, se não tivesse cuidado os leitãozinhos eram comidos. ..." ( Idem)

Como se pode notar a SAPEL teve problemas enormes para o seu porte e conseguiu administrá-los até um certo tempo. Com a saída de Raimundo Holanda da coordenação do Projeto Carqueija essas dificuldades começaram a ficar intransponíveis e a SAPEL veio a fracassar definitivamente, ficando a Arquidiocese com o prejuízo de grande parte do empréstimo feito ao banco.

### 3.2.1 - OS DIFERENTES DISCURSOS DOS PROTAGONISTAS DA SAPEL

Durante as entrevistas, fonte principal de nossa pesquisa, encontramos vários pontos de vista em relação ao funcionamento e fracasso da SAPEL. Neste item, tentaremos analisar aqueles que nos pareceram mais contudentes e em alguns momentos, conflitantes.

No que se refere à questão do salário ou melhor da remuneração dos trabalhadores da SAPEL, há divergência no discurso das partes envolvida no assunto. No caso, a coordenação do projeto e os próprios trabalhadores. Segundo o professor Raimundo Holanda, no seu período à frente do projeto, as famílias que pertenciam à SAPEL recebiam um salário.

"...Com o advento da SAPEL, toda a produção gerada na área da SAPEL era ... das vinte famílias. Isso aí ninguém tirava. Eles além de receberem um tipo de salário, um salário mínimo na época,... . A venda da produção era repartida entre eles. Tirava-se as despesas de manutenção, as despesas de custo, e os lucros eram repartidos entre eles." ( R.H.F.)

Percebemos neste discurso a intenção de se fazer um trabalho, se não coletivizado, pelo menos comunitário. O fato de se determinar na área da SAPEL a divisão da produção, sem dúvida, constituía um fato bastante inovador, por que antes o que havia na fazenda era uma parceria favorável ao proprietário da fazenda, como sempre aconteceu no interior. Aliás, diga-se de passagem, este tipo de ação estava dentro do plano inicial da Igreja em fazer a reforma

agrária na fazenda. Pelo que estamos sabendo, o arcebispo ao tomar conhecimento da existência da fazenda teria se entusiasmado para realizar ali uma reforma agrária. (9)

Já o depoimento de ex-sócios, é diferente em alguns aspectos. Eles nos informaram o quanto recebiam, quanto ficava para a associação, e o que era feito da produção. Segundo um dos participantes, apoiado pelos demais colegas, no seminário, a situação era a seguinte:

"... Nós começemo esse projeto assim. Nós ia começando aí o dotôr disse assim: vocês vão ganhar um conto de réis... a gente recebia, parece que 20% do que ganhava e o resto ficava pra comprar o terreno. Isso nós trabalhamo dois ano nessa arrumação. Aí quando foi no fim vei esse dr. Raimundo, inventando que tudo que a gente produzia era pros porcos comer e uma parte ia ajuntando lá. O gerente era o cumpade Narciso, ia ajuntando a mercadoria, algodão, aquilo que não servia pros porcos. Juntando lá, dizendo que no fim era pra repartir com os sócio... aí isso nunca aconteceu... vendêro o algodão, num sei nem quem foi... Eu sei é que dero fim nesse dinheiro, e no fim, quando nós pensava que não, já tava só a pocilga... e acabou-se a conversa." (M.A.C.)

Sobre a questão do salário, é evidente que o trabalhador não poderia precisar a moeda da época. Vê-se aí a presença da tradição oral do trabalhador que permanece com

(9) Segundo o então seminarista Raimundo Nonato Pinheiro Alves, cujos pais moravam vizinho à fazenda, teria sido ele próprio quem avisou a D. Delgado sobre a existência da fazenda da Igreja naquele local. Esta informação foi possível, por ser aquele seminarista acólito do sr. Arcebispo. E em uma das conversas com ele, teria lhe feito referência à fazenda e, para surpresa do jovem, o bispo não dispunha destas informações. Ainda segundo o seminarista, o primeiro impulso do bispo foi de fazer a reforma agrária nesta fazenda. Esta idéia foi explicitada na primeira reunião do bispo com a comunidade. (Depoimento prestado pelo professor Raimundo Nonato Pinheiro Alves ao autor em 04 de maio de 1991).

moeda imperial na cabeça, mesmo não tendo sido contemporâneo dela. Mas um conto de réis na tradição popular seria mil cruzeiros na moeda de hoje (27/05/91). Este é o valor de uma diária hoje, na zona rural. Agora se eles recebiam só 20%, não foi possível saber, mas deduz-se que eles davam uma quota para pagar o terreno, e manter a SAPEL.

Com a criação da SAPEL, a Arquidiocese deixa de recolher a produção e a SAPEL passa a fazê-lo com a seguinte divisão: uma parte para a manutenção da porcilga, no caso os produtos utilizados como ração e a outra parte para acumulação do patrimônio da entidade.

O desejo de repartição da produção não teria sido bem sucedido, pelas dificuldades que o projeto enfrentou com a expansão do criatório de porcos. Assim sendo, a produção da fazenda passou a ser um componente fundamental da ração dos porcos, que a absorvia em grande parte. Nesta circunstância a motivação para a continuidade do trabalho parece ter diminuído bastante, contribuindo para um breve tempo de vida da associação.

Quando se chega a este nível começam a surgir as desconfianças, supõe-se que alguém está sendo desonesto. Isso é comum e há, quando evidências para se chegar a estas conclusões, mesmo que não haja comprovação explícita. No caso em análise, houve por parte dos sócios este clima de incerteza, concorrendo para o esvaziamento completo da SAPEL.



O depoimento dos trabalhadores, membros das vinte famílias sócias da SAPEL, dá ênfase aos prejuízos obtidos no projeto. Há, nestes depoimentos, um sentimento de revolta e uma certa frustração no desejo que tiveram e na esperança da imediata posse da terra, sentimento que movia a todos:

"...Quando nós tava nesse tipo de trabalho, tudo enquanto nós fazia não dava lucro prá nós. Porque o projeto que nós tinha era um projeto que justamente era pra ser beneficiado a gente, e com pôco ano nós ter aquela terra prá nós. Mas o que vêi. O que vêi foi a criação de porco, foi empregado um bocado de gente nisso aí, que justamente só deu foi prejuízo...O que nós produzia os porcos comia tudo. Por exemplo, o milho era coisa pra gente comer... mas os porcos comia tudo. A mandioca é coisa pra fazer farinha da batata e o porco comia a batata e a maniva (caule da mandioca) se perdia lá no roçado. A cana, a cana você sabe ... é prá fazer rapadura e outros tipo de coisa, era prá fazer ração pros porcos.... Então, nada foi coisa de ser aproveitado, não por que no lugar de se aproveitar aquilo que justamente era necessário para os porcos. Aproveitava na verdade, mas era uma coisa que justamente fosse ôto tipo de criação se daria mais. O porco só comia o que se fazia..."

E finaliza:

"Foi tudo acabado, vendido, e a diretoria que pegou esse dinheiro... e nós ficamo só com o prejuízo mermo" (M.T.N.)

A primeira observação que fazemos do depoimento deste membro ativo do então projeto SAPEL é que ele reflete o pensamento da maioria das famílias envolvidas no mesmo, posto que o depoente funcionou como uma espécie de intérprete do grupo no seminário que organizamos para discutir e resgatar a História do projeto. Digo intérprete porque ao dar o seu depoimento era apoiado pela maioria dos participantes, que muitas vezes complementava sua fala ou

lembrava alguns tópicos negligenciados. Podemos afirmar que esta opinião representa o pensamento médio da maioria dos participantes, posto que não houve, pelo menos neste item das declarações, contestação alguma a este participante.

Quanto ao conteúdo de sua fala, podemos identificar alguns pontos de discordância do discurso da coordenação, bem como alguns pontos de vista que refletem a compreensão da realidade por parte do discursante, e ainda a esperança que nutriam pelo projeto e que foi rechaçada embora estivesse em fase de concretização no momento, no que se refere à divisão da terra. Vamos analisar por partes.

Pelo que se pode notar a produção da colheita era praticamente absorvida pelo criatório, à exceção do algodão que ficava armazenado. O controle desta produção e da administração da associação não era estendido à totalidade do grupo, havia uma diretoria que controlava tudo. Assim sendo os membros da associação se achavam fora do processo de administração da entidade, servindo apenas de mão-de-obra. Em assim sendo, havia mudado o proprietário do meio de produção, que agora era entidade coletiva, mas esta estava acima do controle dos seus membros ou da maioria deles. Esta nova modalidade de propriedade e de produção não atendeu aos anseios do grupo no seu desenvolvimento.

Como enfim não havia democratização da entidade, debate permanente sobre as dificuldades e, principalmente, sobre o risco de cada empreitada, sobretudo da criação de porcos, foram tomadas decisões importantes, como aquela de criar

porcos sem o devido cuidado de analisar a viabilidade do empreendimento, dentro das condições gerais da comunidade, do município e da economia regional. Hoje os participantes percebem que se tivessem optado por ovinos, ao invés de suínos, possivelmente o resultado teria sido melhor, teriam aproveitado mais o trabalho e a produção e conseqüentemente um retorno mais seguro. Naquele momento, no calor do sentimento desenvolvimentista, acreditando ter a fórmula certa para trabalhar os problemas das comunidades e elevar o seu padrão de vida, de cultura, de desenvolvimento, <sup>(10)</sup> os intelectuais orgânicos do projeto incutiram na mente dos moradores que este era o caminho certo, tendo que admitir, posteriormente o fracasso de sua empreitada, pelo menos do ponto de vista de seus objetivos específicos.

### 3.2.2 - O PROJETO SAPEL E A QUESTÃO DA TERRA

Outro aspecto interessante suscitado nos discursos dos trabalhadores citados diz respeito à esperança que eles nutriam pelo projeto que em suma seria a resolução dos seus problemas econômicos. De certa forma este pensamento foi

(10) Este objetivo estava contido, por exemplo, no plano de ação da ANCAR-CE, conforme podemos observar quando analisamos a atuação do Clube Quatro S. Ele refletia o pensamento médio das classes dominantes nacionais. Ele teve seu ápice no período de governo do presidente Juscelino. Sua matriz intelectual era o ISEB.

apropriado pelos dirigentes para venderem as idéias ali desenvolvidas, quer no campo quer na porcilga. Pensavam os trabalhadores terem sua liberdade econômica (o suficiente para a alimentação de sua família, bem como a possibilidade de vestir-se, ainda que modestamente, e poder, também, divertirem-se, na sua concepção de divertimento: uma festa, "um gole de cana" etc.) Sair da sujeição miserável do trabalho alugado, da parceria a ele desfavorável. E por fim, a esperança de ser proprietário, um sonho atávico do trabalhador rural.

Nestes depoimentos e em outros momentos da conversa com os moradores sente-se esta necessidade de possuir a terra. Mas, para nós, o trabalhador pensa em ter a terra, um pedaço de terra, se não vejamos como o nosso entrevistado se manifesta: "Um projeto, que justamente com pouco ano nós ter aquela terra prá nós". Vê-se que ele não questionou a autonomia do grupo, na possibilidade de crescimento em conjunto. Não havia este sentimento comunitário, muito menos coletivo. Este sentimento se manifesta posteriormente durante a luta para repartir a terra entre os moradores. Mas a luta é por um pedaço de terra, individualizado, privado. É tanto que, a organização mais forte da comunidade ao longo destes 25 anos desde a posse da terra pela Arquidiocese, foi na luta pela sua terra, e este desejo está se concretizando, à medida que a própria Arquidiocese decidiu pela repartição

da terra, diante da pressão da comunidade local, articulada com os movimentos que atuam neste campo.<sup>(11)</sup>

Portanto a questão da terra, ao que nos parece, foi o que mais motivou a aceitação da comunidade participar da SAPEL; foi, sem dúvida, a esperança de poder possuir um "pedaço de terra". A chance de ser proprietário daquilo que na prática ou no seu raciocínio era seu. Por ter sido o berço da sua família: seus avós, seus pais, de si próprios e de seus filhos. Terra que em última análise era o instrumento de produção dos meios de vida de cada um e de toda a comunidade. E acima de tudo, por ter o sr. Arcebispo prometido na própria fazenda, quando de sua visita ao local, que iria dividir a terra.

Sobre esta questão da terra, a professora Maria Nobre Damasceno em estudo realizado na localidade de Ocara, analisa com muita propriedade a questão fundiária no Nordeste. Extraímos um pequeno trecho de sua obra, onde ela afirma este sentimento do homem pela terra:

"... a posse da terra para o camponês é uma questão fundamental, posto tratar-se de seu meio de trabalho por excelência."

E prossegue:

"Por ser a terra o elemento básico de trabalho e o meio de produção fundamental, ela está na raiz dos demais problemas enfrentados pelo camponês. Não estamos afirmando, no entanto, que a falta de terra é o único problema, e que resolvido este problema mediante uma reforma agrária distributiva fique equacionada a problemática que envolve o camponês. Certamente a realidade é bem mais complexa." (Damasceno, 1990, p. 78.)

(11) A análise deste processo, que data mais ou menos a partir da segunda metade da década de 70, não é objeto de nosso trabalho, embora pretendamos no futuro analisá-lo.

Sendo a terra o princípio fundamental da luta cotidiana<sup>(12)</sup> dos trabalhadores, aquela era a oportunidade de ver este problema solucionado, com a devida repartição da terra para os moradores, especialmente para aqueles da associação, por serem suas terras, ou melhor as terras reservadas para a entidade, as de melhor qualidade. Tudo isso concorreu para que houvesse uma grande motivação para que todos participassem da SAPEL. Com o passar do tempo, como esta esperança não se concretizava na prática e como, por outro lado, se estava tendo muito trabalho, sem um retorno compatível, imediato, que redistribuísse os lucros da organização, pelo contrário os problemas começaram a aumentar, houve um desinteresse geral. Hoje eles chegaram a conclusão de que tiveram muito prejuízo.

Outro aspecto que observamos na fala dos protagonistas acima, é o fato de limitar a utilização das culturas. Uma visão bastante restrita do uso da terra, em todos os aspectos. Como se mandioca servisse apenas para fazer farinha, e cana-de-açúcar só para rapadura etc. Este dado reflete o despreparo do agricultor para com o uso da terra

(12) Nossa interpretação de luta não se restringe à luta organizada institucionalmente, dirigida a partir de uma organização, seja ela sindicato ou partido. Diariamente o homem empreende uma luta que parece imperceptível, manifestada em relações menores contra aquilo que lhe é antagônico ou para conquistar sua liberdade, um padrão melhor de vida etc. No caso da luta pela terra, ela ocorre quando o trabalhador reage de forma silenciosa a esta imposição que lhe foi colocada pelas classes dominantes. Aí também se situa a luta de classes. "nesse sentido a luta de classe é, ao mesmo tempo, e na mesma medida, luta de interesses e de valores" (Vieira e outros, 1989, pg. 7).

e revela o quanto eram atrasadas as técnicas utilizadas no local e o completo despreparo do agricultor para uma ação múltipla e diversificada no cultivo agrícola.

3.3 - CLUBE DE MÃES D. FRANCISCA DELGADO - PRIMEIRA  
EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO FEMININA DE CARQUEIJA

Começava em Carqueija  
Um empreendimento arrojado  
Com muitas reuniões  
O clube de mães é fundado  
As mulheres se associam  
Num trabalho organizado.  
(Alves, 1990)

Procurando congregar as mulheres locais ao Projeto Carqueija, a coordenação tratou logo de organizar um Clube de Mães, o mesmo recebeu o nome da mãe do arcebispo: D. Francisca Delgado. Sua fundação data do dia 12 de junho de 1965 (13). A criação do Clube de Mães estava dentro do projeto da Igreja de desenvolver este tipo de atividade assistencial. Na nossa compreensão, o clube de mães, que tinha uma função predominantemente assistencialista, principalmente nos últimos anos de sua existência, teve também sua importância para a emancipação e socialização da mulher camponesa. Evidentemente que, guardadas as proporções desta afirmativa, pois não era essa a função básica do clube. Mas, sem dúvida, este grupo veio proporcionar, pela primeira vez, uma oportunidade de organização às mulheres da localidade e circunvizinhança.

Em linhas gerais podemos dizer que o clube de mães funcionava como uma espécie de extensão da escola pois

(13) Fonte: Livro de Ata do Clube de Mães, um dos poucos documentos escritos que conseguimos resgatar.



desenvolvia um trabalho social com uma clientela que basicamente se compunha de mães de alunos. No início, a presidente do Clube de Mães era a professora que respondia pela direção da escola.

Reiteramos o papel do Clube de Mães como instrumento de socialização da mulher local, embora não fosse esse seu objetivo. Presa nos seus afazeres domésticos, a mulher camponesa não passava de uma empregada doméstica de sua família. Sua função era a de cozinhar, lavar roupa e engomar para os filhos e o marido, além de, nos períodos de plantação e safra, contribuir com a força de trabalho da família, na plantação ou colheita de legumes. Isso quando não contribui diretamente no orçamento familiar, quer costurando, ou lavando roupa para terceiros ou trabalhando nas residências dos proprietários locais ou na cidade. Outra função da mulher no campo, quando lê e escreve razoavelmente bem é a de professora. Na época que estamos estudando, esta função representava um certo status social, e apesar de ter sido sempre mal remunerada, não se compara com o que hoje se paga a uma professora municipal, pelo menos no município em estudo. A questão da professora municipal, do seu salário, analisaremos no item sobre a escola local.

Podemos inferir que naquele grupo as mulheres tiveram oportunidade de se reunir, de discutir seus problemas, enfim, de conversar pela primeira vez em grupo. Procurava-se encontrar solução para alguns problemas. Era uma oportunidade de se aprender alguma coisa nova do tipo

artesanal, tais como: tricô, crochê, bordado, etc. Acreditamos também que o fato de as mulheres se reunirem, de se organizarem em grupo, de estruturarem este grupo (com direção, secretaria, tesouraria) de forma eleitoral, periodicamente, tudo isso contribuiu para um aprendizado político da mulher. As sócias do Clube de Mães tinham uma referência social que até então não existia para as mulheres da localidade, pois a participação política historicamente pertenceu ao homem. Outro fator que contribuiu para um certo aprendizado político, foi o grupo ter discutido as regras da sua estruturação, de suas eleições, as tarefas das associadas e da diretoria, através da aprovação de um estatuto <sup>(14)</sup>. Pois antes o único grupo que a mulher fazia parte era a Igreja, como filha de Maria ou em organização de caridade, o que não era o caso de Carqueija.

Aliás, diga-se de passagem que houve inclusive resistência de alguns maridos em permitir que suas esposas, de início, participassem das reuniões, principalmente quando essas se amudavam no decorrer da semana, segundo depoimento do coordenador do projeto. O que contribuiu para quebrar a resistência destes maridos, acreditamos ter sido a atração pelas mercadorias distribuídas. A referida mercadoria representava uma contribuição concreta no problema imediato da maioria das famílias locais, que era a questão da alimentação.

(14) Convém ressaltar que no livro de atas não encontramos o Estatuto, fala-se nele, entretanto, não tivemos acesso a este documento, aqui reproduzimos o depoimento dos entrevistados e as atas que a ele se reportam.

A distribuição de alimentos e roupas era a mola mestra da participação das sócias no grupo. Acreditamos que em torno dele é que as outras atividades giravam. Tanto é que o Clube de Mães foi o grupo que teve a maior duração no local, à exceção da escola, que foi encampada pelo município. O último ano de funcionamento do Clube de Mães foi 1975 e sua extinção foi motivada pela suspensão do fornecimento de mercadorias pela Cáritas Diocesana de Fortaleza, conforme veremos a seguir.

### 3.3.1 - ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

A estrutura organizacional do Clube de Mães era a seguinte: Uma direção formada por presidente e vice-presidente, secretária, tesoureira e zeladora <sup>(15)</sup>. A Assembléia Geral, ou equivalente, era formada pelo corpo de sócias. A eleição era direta, por aclamação. Na primeira eleição houve disputa para a presidência. Numa habilidade política do coordenador, foi concordado que a segunda mais

(15) É importante destacar a participação da zeladora na diretoria da entidade. O normal é que as pessoas que ocupam estas função figurarem apenas como funcionário ou membro sócio da entidade. Mas neste grupo a zeladora compunha a diretoria e encontramos a sua presença na diretoria até o ano de 1970.

votada ocuparia o cargo de vice-presidente. (16) Um estatuto votado pela assembleia, que não chegamos a conhecer, continha as regras de funcionamento do grupo. Este documento foi elaborado mediante proposta do coordenador do projeto e assistentes sociais de Fortaleza. As reuniões da diretoria eram semanais, ao passo que as da assembleia eram mensais. Todas as reuniões eram lavradas em atas. No livro de atas registravam-se as contribuições das sócias. Havia uma contribuição mensal estipulada pelo próprio grupo, mas quem não pudesse pagar total o fazia parcialmente, caso não tivesse como fazê-lo era dispensado pelo grupo. A renda proveniente destas contribuições era utilizada no auxílio das sócias mais carentes ou para socorros médicos, como afirma a primeira presidente do grupo:

(16) A primeira diretoria teve a seguinte composição: **Presidente:** Lourdenise Pinheiro Alves; **Vice-presidente:** Maria Belisa Santos; **Secretária:** Cleyde Santos Custódio; **Tesoureira:** Maria Zená Pereira; **Zeladora:** Francisquinha Oliveira Viana; **Fiscais:** Rute Martins Cruz, Maria Luisa Barbosa Alves e Terezinha Batista Rodrigues. As demais diretorias do Clube de Mães foram ocupadas pelas seguintes sócias por mandato: **segundo mandato (14/04/67 a 05/07/68):** Presidente: Cleide Santos Custódio; secretária: Lourdenise Pinheiro Alves; tesoureira: Maria Luiza Barbosa; zeladora: Margarida Mateus Cruz; fiscais: Maria Alice Lima, Iaiá Oliveira Viana, Rute Martins Cruz. **Terceiro mandato (05/07/68 a 19/07/69):** Presidente: Maria Alice de Lima; vice-presidente: Maria Luiza Barbosa Alves, secretária: Lourdenise Pinheiro Alves; tesoureira: Iaiá Oliveira Viana; zeladora: Francisca Mateus Cruz, fiscais: Rute Martins Cruz, Francisquinha Oliveira Viana, Francisca Maria Araujo. **Quarto e último mandato (início em 19/07/69):** Presidente: Rute Martins Cruz, que permaneceu até 1975; vice-presidente: Maria Alice Lima; secretária: Isaltina Alves Barbosa; zeladora: Margarida Rodrigues Matos; fiscais: Neucy Saraiva Alves, Martinha Alves Barbosa, Margarida Mateus Cruz. Não ficou registrado em ata o período de 1970 a 1975, por isso não temos a composição da diretoria neste período, o que sabemos é que a presidente foi a mesma durante os 6 anos. (Fonte: livro de atas do Clube de Mães.)

"... A tesoureira ficava com o dinheiro, e quando a gente precisava do dinheiro pedia a ela. Na ata constava aquele dinheiro que ela tinha dado e também o que tinha em caixa. Às vezes tinha uma mãe que estava doente, muito doente, precisava de remédio, precisava se deslocar daí atrás de recurso, nesse tempo tudo era muito difícil, porque só tinha médico em Baturité, Capistrano não tinha nada, só um posto de saúde, só para constar mesmo, ... e as vezes precisava para o parto de uma sócia, ou para criança doente também, filho de uma sócia, e a gente dava dinheiro para comprar o remédio, ou fazer qualquer coisa..." (L.P.A.)

Como se vê, o Clube de Mães tinha uma função social que deveria ser do Estado, mas como a própria depoente relata, no município de Capistrano não existiam as condições necessárias ao atendimento médico, nem de socorro de urgência, como uma ambulância. As pessoas, nesta questão de saúde e educação, assistência social em geral, viviam no mais completo abandono na zona rural. Neste quadro obscuro, uma instituição como esta, servia de paliativo, como "quebra galho" para os problemas das pessoas. Aí é que se compreende o apoio do Estado, incentivando este tipo de ação, para despojar-se de sua função fundamental, que é proporcionar ao cidadão os serviços de educação e saúde de forma integral. Diante deste quadro caótico, o Clube de Mães, por algum tempo, foi uma das esperanças da comunidade, notadamente das mães carentes da localidade, se não na resolução, mas, pelo menos na amenização de algumas questões que as aflingiam. Convém ressaltar que estas pessoas viviam, muitas vezes, em condições sub-humanas.

Retomando a discussão sobre a estrutura de poder no Clube de Mães, podemos dizer que durante o auge do

funcionamento do Projeto Carqueija, entre 1965 e 1969, sua autonomia era relativa em relação à coordenação geral. A figura do coordenador do projeto aparece como uma espécie de "pai" do movimento e como tal do próprio Clube de Mães. Sente-se nas entrevistas que havia muito respeito e muita atenção ao coordenador, de forma involuntária até. Por outro lado, tudo nos leva a concluir que ele procurava respeitar ao máximo as decisões do grupo, como fica bem claro neste depoimento: "... ele ficava à disposição de cada um. Se por acaso a presidente fizesse uma coisa lá, ele não desaprovava não..." (L.P.A.). É evidente que o coordenador procurava respeitar as decisões do grupo ou da direção também para não haver quebra de hierarquia e para manter a sua posição confortável na coordenação, pelo menos a nível local.

Com a saída do Dr. Raimundo Holanda, coordenador geral do projeto em 69, ao que tudo indica, o poder de decisão ficou nas mãos da diretoria do clube. Há um considerável declínio na dinamização do grupo. Também pode-se notar que a partir de então, diminuiu a concorrência para a direção do grupo, que só teve mais uma presidente, até 1975, no caso, a Sra. Rute Martins de Lima Cruz. Segundo ela, o motivo do esvaziamento do Clube de Mães teria sido a suspensão dos alimentos distribuídos pela Cáritas Diocesana. Isso confirma a tese de que o principal motivo da permanência do Clube de Mães foi sem dúvida a distribuição de alimentos, roupas, etc.

### 3.3.2 - ASSISTENCIALISMO COMO ATIVIDADE FUNDAMENTAL

Concluindo a apreciação sobre o Clube de Mães, podemos inferir que a principal atividade deste grupo social era mesmo de natureza assistencialista. Este grupo servia de ponte na distribuição de donativos, conforme já descrevemos, pela Cáritas, do programa americano para a América Latina, Aliança Para o Progresso. (17)

Sobre este aspecto da relação dos EUA com o Brasil, na época, podemos dizer que o quadro era o seguinte. Os EUA, preocupados com a possibilidade de influência socialista na América Latina, representada pela difusão do Partido Comunista na região, ligado a URSS, o que se materializou com a Revolução Cubana, em 59/60, procuram, dentre outras coisas, traçar um programa de assistência social, distribuindo alimentos, roupas, etc às populações pobres do

(17) ALIANÇA PARA O PROGRESSO: "...Após a vitória da revolução comunista em Cuba, os norte-americanos passaram a dar maior atenção aos problemas da América Latina, temerosos de que o exemplo cubano fosse seguido por outros países do hemisfério. Vultosos empréstimos foram feitos aos governos da região. Além disso, procurou-se dinamizar o papel da OEA, no sentido de transformá-la num instrumento do desenvolvimento capaz de promover reformas urgentes nos países latino-americanos. Essa idéia foi apresentada pela primeira vez por Juscelino Kubitschek, e recebeu a denominação de OPERAÇÃO PAN-AMERICANA. Ela constituía uma alternativa à política norte-americana de neutralidade na região. Tais idéias foram postas em práticas por John Kennedy, através da ALIANÇA PARA O PROGRESSO, que estabeleceu uma cota de ajuda de dois bilhões de dólares anuais por um período de dez anos. Tais investimentos seriam acompanhados por investimentos privados, quatro vezes superior àquele. Sua finalidade última era assegurar a hegemonia econômica e política dos Estados Unidos na América Latina..." (Arruda, 1982, pg. 411)

continente. A miséria reinante aqui poderia ser capitalizada pelos comunistas servindo de aliado incondicional para a propagação de suas idéias e, conseqüentemente, da revolução. Este quadro é ilustrativo da luta travada entre as duas grandes potências, pelo poder e pela influência no cenário internacional. Estamos no limiar da Guerra Fria <sup>(18)</sup> entre EUA e URSS. É dentro deste cenário maior que se incluíam os trabalhos de assistência social e extensão rural das décadas de 50 e 60. Sobre esta questão voltaremos a discutir quando analisarmos o Clube Quatro S e os demais grupos sociais de Carqueija.

Estas constatações, não invalidam aquelas proposições que defendemos no início deste item, de que o Clube de Mães teria contribuído na socialização da mulher local. Mas, por outro lado mostra, com clareza, a limitação desta socialização, no sentido da conscientização política. Esta última vai chegar à região na segunda metade da década de 60

(18) Sobre a Guerra Fria, assim comenta Edgar Luiz de Barros: "Como não poderia deixar de ser, a linguagem truculenta da Guerra Fria impregnaria o discurso político nos países da América Latina, dependentes dos EUA, e definiria em grande medida, suas situações internas. Entre os militares latino-americanos, que começaram a enviar oficiais e treinamentos não só para a América, mas principalmente para uma famosa escola militar norte-americana criada em 1946 na zona do Canal do Panamá, afirmou-se a crença de que era impossível uma postura neutra entre os dois gigantes, tornando-se necessário um total alinhamento ao lado dos dos EUA. Reforçaram-se as antigas posições anticomunistas que frequentemente se identificaram com o conservadorismo puro e simples. As intervenções armadas e golpes militares depois de 1948 viriam impregnados da doutrina anticomunista contribuindo para a liquidação dos regimes populistas e apoiadas nas bênçãos das classes dirigentes latino-americanas ao capital estrangeiro." (Barros, 1984, p. 66)



com um trabalho desenvolvido pela FASE, <sup>(19)</sup> mas que não é objeto de nosso estudo. O trabalho do Clube de Mães, que era acompanhado pela Arquidiocese, teve um caráter conformista, de esforço comunitário (mutirão), sem ter a preocupação com as causas dos problemas que aflingiam suas sócias ou a comunidade como um todo. Ora, se assim não o fosse certamente não teria apoio da ANCAR, da própria Arquidiocese, pelo menos naquele momento político que era de repressão a todo e qualquer movimento de conscientização política e de organização popular. Ainda assim foi meritório para uma comunidade que carecia das mais rudimentares noções de educação sanitária, que não dispunha da menor habilidade de se reunir para discutir qualquer problema em grupo, que sempre viveu sob o domínio, quase que absoluto, de proprietários autoritários, sob o signo do compadrio, do "sim senhor", etc. Negar a contribuição, inclusive de ordem material mesmo, de socorro, seria não compreender o grau de sub-humanidade que padeciam as famílias interioranas naquela região. Mas a principal contribuição que o Projeto Carqueija deixou e que hoje se faz sentir na comunidade local foi a prática da reunião, a resolução dos problemas em comum. Isso contribuiu, por exemplo, para que empreendessem com relativo sucesso a luta pela terra, especificamente pela terra deixada pelo sr. Pierre para a Igreja, mas que na verdade,

(19) FASE - Federação de Orgãos para a Assistência Social e Educacional. A FASE desenvolveu um trabalho em Carqueija após a desativação do Projeto Carqueija, por volta de 1975.

de fato, pertencia aos seus moradores que lá estavam desde o início de tudo, ou seja desde a aquisição das terras pelo proprietário. Esta discussão e luta não foi travada somente pelos homens, mas pelas mulheres também, uma prova de que a mulher local teve uma relativa ascensão na vida social da comunidade. E no caso da mulher, tudo começou com o Clube de Mães, que foi uma instituição superada pelas próprias sócias. Superada por que chegou um momento em que o único interesse que lhes movia era o de receber donativos, mas que como locus de luta, de libertação ou emancipação, não servia mais. O novo espaço eram as próprias reuniões da comunidade, sem a égide da Igreja, embora com outros organismos tutelares ou de orientação, como foi o caso da FASE.

De outra parte, compreende-se os limites de ação de um grupo dessa natureza, principalmente quando se sabe que a Igreja era o organismo que o tinha criado e que alimentara a sua existência ao longo dos anos. Neste sentido, sendo a Igreja a gestora do programa desenvolvido na sede de sua própria fazenda, seria difícil, acreditar na viabilização de projeto com fins revolucionários em sua propriedade. Se assim o fizesse estaria negando a sua própria condição de hegemônica. Por outro lado, naquele momento político, 1965, a Igreja, através de sua direção local apoiava o regime Militar instalado no ano anterior, como já tivemos oportunidade de analisar no artigo de D. Delgado, publicado no jornal da Diocese de Sobral. Era regra no governo militar

desestimular e reprimir todo e qualquer movimento de conscientização política, todo movimento popular. Temeroso de uma articulação maior das forças populares no Brasil, o que não era de seu interesse, conforme já foi amplamente estudado por historiadores, sociólogos e cientistas sociais em geral que se detiveram na análise deste período da história brasileira.

Neste quadro de limitação do exercício democrático, qualquer grupo social, rural ou urbano, para permanecer funcionando tinha que atender as diretrizes impostas pela ditadura militar. O que, evidentemente, contribuiu para a inibição de iniciativas desta natureza. Estas colocações se fazem necessárias, quando queremos reafirmar o caráter conservador dos grupos do Projeto Carqueija, especialmente o Clube de Mães.

### 3.4 A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE VIA CLUBE QUATRO S

"...Um trevo verde mostrando a esperança  
Da juventude rural  
E desta terra, tão grande, tão linda,  
Pra fazer um Brasil melhor ainda"

(Trecho do hino do Clube 4S)

Visando atrair a juventude para o Projeto Carqueija, a coordenação criou na localidade o Clube QUATRO S. O grupo tinha o apoio e a orientação da ANCAR-CE, (20). Tratava-se de uma organização de jovens rurais, criada no Brasil seguindo modelo norte-americano, (segundo o depoimento de vários entrevistados). (21) O objetivo básico do Clube Quatro S era de ser indutor do desenvolvimento e modernização do campo, trabalho este desenvolvido junto à juventude rural, de forma programada, utilizando recursos técnicos e de natureza sociológica para atingir esse fim.

(20) ANCAR-CE, era o nome do Serviço de Extensão Rural do Ceará, empresa que antecedeu a Ematerce. A ANCAR-CE era uma das filiadas da ABCAR, empresa, que, a nível nacional, traçava a política agrícola, no plano da pesquisa e extensão rural. Segundo seus próprios estatutos o objetivo da ANCAR era: "...o desenvolvimento de um trabalho cooperativo, baseados em princípios educacionais, destinado a levar aos adultos e jovens do meio rural ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, bem como orientação sobre os seus deveres como cidadãos e membros de uma comunidade, visando modificar hábitos e atitudes das famílias nos aspectos técnico, econômico e social a fim de possibilitar-lhe obter maior produção e melhor produtividade, elevando-lhe a renda, melhorar o seu nível de vida e sua participação na vida da comunidade" ( ANCAR-CE, Estatuto;- Cap. II - Finalidade e Objetivos)

(21) Os entrevistados a que nos referimos são: professor Raimundo Holanda Farias, Antonio Alves Custódio e Raimundo Narciso de Lima.

Este objetivo se tornou mais claro a partir do Golpe Militar desfraldado no Brasil em 1964. Os objetivos do Clube QUATRO S são expostos num dos documentos básicos da ANCAR-CE que era o órgão oficial que coordenava as atividades do grupo aqui no Ceará. Segundo este documento:

\* Clubes 4 S são grupos de jovens com idade de 10 a 20 anos organizados no meio rural, cuja ação educativa, orientada por líderes voluntários, e desenvolvida através de trabalhos individuais e conjuntos de caráter econômico e social, trabalhos comunitários e atividades sócio-recreativas.

OBJETIVOS GERAIS:

a- Orientar a juventude para a vida, de modo que cumpra e exercite seus direitos em relação à família, à comunidade e à nação, integrando essa juventude, assim no processo de desenvolvimento;

b- Contribuir para que o jovem tome consciência de seu valor como pessoa humana e reconheça esse valor nas pessoas que o cercam;

c- Ajudar o jovem a ajudar-se, a desenvolver-se integral e harmonicamente, capacitando-o para as responsabilidades atuais e para as que terá que assumir na idade adulta;

d- Complementar a educação familiar e escolar através de métodos dinâmicos que proporcionem oportunidade de auto educação, desenvolvimento dos predicados de liderança e a formação de hábitos saudáveis de vida;

e- Desenvolver nos jovens conhecimentos, habilidades e atitudes, dinamizando a sua capacitação para um melhor desempenho dentro das funções diretivas, cooperadas e administrativas que terão que enfrentar no futuro. ... (ANCAR-CE, 1969, p. 5)

Seria ingênuo imaginar que uma organização criada pelo Estado e pelas classes produtoras dominantes, regionais como

era o caso da ANCAR-CE, <sup>(22)</sup> que seguia o modelo americano de extensão rural, portando dentro dos moldes da modernização <sup>(23)</sup> capitalista do campo, tivesse o objetivo de elevar o nível cultural das classes populares para torná-las hegemônicas e conseqüentemente dirigentes. <sup>(24)</sup> Entretanto, possivelmente sem perceber a dimensão de tal proposta, ou talvez para enriquecer o conteúdo do seu discurso, colocou-se como um dos objetivos do Clube QUATRO S desenvolver no jovem conhecimentos e habilidades,

(22) A ANCAR-CE era um organismo criado pelas classes dirigentes do Estado, obviamente interessadas na modernização do campo. Os membros fundadores da ANCAR: 1- Governo do Estado do Ceará; 2- ABCAR; 3- Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural ANCAR; 4- BNB; 5- Universidade do Ceará; 6- Associação Comercial do Ceará; 7- FACIC; 8- Federação do Comércio do Ceará; 9- Federação da Indústria do Ceará; 10- Federação do Comércio Atacadista do Ceará; 11- União das Classes Produtoras; 12 -Centro dos Exportadores do Ceará. ( ANCAR-CE - Estatuto, 1964)

(23) "A visão fundamental que caracteriza o conceito [de modernização] não obstante suas variações terminológicas, é que a modernização de sociedades no mundo subdesenvolvido é um processo de trânsito da tradição para a modernidade, entendendo-se por isso a repetição de características econômicas da estrutura social, psicossociais e de organização política das sociedades norte-ocidentais contemporâneas." (Dicionário de Ciências Sociais / F.G.V. 1987, p. 773).

(24) "...O proletariado não pode se erigir em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação. A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si; um momento negativo, que consiste na crítica da concepção dominante (a ideologia burguesa), e um momento positivo, que significa trabalhar o senso comum de modo a extrair o seu núcleo válido( o bom senso) e dar-lhe expressão elaborada de uma concepção do mundo adequada aos interesses populares. (Saviani, 1980 p.10)

capacitando-o para o desempenho de funções diretivas, conforme consta no ítem E do documento citado.

Percebemos que há algumas contradições entre os objetivos do programa do Clube Quatro S, a sua literatura didática e a prática cotidiana do movimento. Esta última só podemos nos referir ao grupo existente em Carqueija, que é onde pesquisamos. Por exemplo: no caso da literatura, que orientava os sócios, havia uma certa discriminação entre o trabalho da mulher e do homem, sendo este o que iria cuidar dos produtos para o mercado, como já enfatizamos anteriormente, enquanto, que à mulher caberia o trabalho doméstico ou que viesse assessorá-la nele (Ex: horta caseira, aprender a fazer toalhas de retalhos, fazer escorredor de pratos etc). Tudo isso era orientado em pequenos manuais de leitura fácil ilustradas com desenhos, formando assim a literatura didática do projeto. Ao homem, era reservado o papel principal: de dirigente do lar, de responsável pelos negócios e produção rural, e à mulher o papel de dona-de-casa.

Os princípios democráticos que aparecem nos objetivos também não são perceptíveis, a nível local. Não se identificou nenhuma ação neste sentido, como por exemplo: não havia eleições para a coordenação dos grupos, ao que parece o que havia era indicação ou aproveitamento daquelas pessoas com uma certa liderança entre os companheiros. O nível elementar da prática democrática seria pelo menos a escolha dos seus dirigentes locais já que não se poderia

fazê-la a nível externo, ou seja com relação aos técnicos da ANCAR ou ao coordenador do Projeto Carqueija. Pelo depoimento dos ex-sócios, é verdade que foram poucos, podemos deduzir que as coordenações locais eram indicadas pelos técnicos. Este fato, ao nosso ver, impediu que o projeto contribuisse um pouco mais para com a formação do cidadão ou com a prática do exercício de cidadania do jovem rural. Isso não é de admirar, diante do quadro político em que estava inserido o projeto. Ou se quisermos ir mais longe, podemos relacionar esta prática anti-democrática com a própria natureza do organismo que dirigia o projeto, no caso, a ANCAR que fora criada logo após o movimento de 64 para abrir espaço para a participação do Estado na zona rural e como tal desfazer qualquer iniciativa de organização popular que contrariasse as classes dirigentes do país, naquele momento representadas pelos estratos mais reacionários da sociedade.

Ainda sobre o grupo de Carqueija, consta que havia, uma roça comunitária dos sócios e uma pequena criação de porcos. Não ficou claro como era dividida a produção, ou se não era dividida. E no caso dos porcos como se deu a sua repartição ou alienação quando o projeto se extinguiu. Ao que tudo indica o patrimônio do Clube Quatro S, (porcos e ou roça) foi se deteriorando sem que houvesse uma providência tomada coletivamente que decidisse sua destinação. Este fato prova que a questão democrática também não prevaleceu. Diante de tais circunstâncias o projeto foi entrando em



decadência. As pessoas iam desacreditando na sua eficácia, haviam murmúrios de acusações recíprocas o que concorreria para uma aceleração no processo falência do grupo a nível local.

Se nos demorarmos mais na análise da questão democrática do Clube QUATRO S, relacionando à sua literatura a atuação do grupo de Carqueija, podemos concluir que o seu "ideal democrático" fora atropelado, no caso local, por alguns fatores que relacionamos a seguir:

1º.- Os coordenadores do movimento a nível de Estado (intelectuais orgânicos do Estado e das classes dominantes da economia local) que atuavam a nível de ANCAR, não conheciam ou não tinham a prática política da democracia interna. Dentre os fatores que contribuem para essa despolitização é a própria origem, por exemplo, dos engenheiros agrônomos, que são formados por escolas que têm como objetivo a formação de mão-de-obra direcionada para "as políticas modernizantes propostas pelo desenvolvimento rural" como afirma Isaura Maia em estudo realizado sobre a formação do engenheiro agrônomo, apresentado como Dissertação ao Mestrado de Educação da UFC. Ainda segundo a autora :

"... A função do agrônomo está voltada para a concepção modernizante como se demonstrou até aqui, num percentual de 75%. E para estes a função básica é 'transferir tecnologia', 'conscientização' que fica traduzido como sendo um trabalho a ser realizado 'junto ao agricultor a fim de que ele acredite no governo tenha mais paciência e permaneça no campo.' Catequizar para que ele venha a produzir mais..."

(Maia, 1984 pgs. 17, 187 e 188. D.M.)

A própria natureza da instituição, criada pelo governo do Estado para atender a um modelo de modernização do campo, não permitia uma prática mais aberta neste sentido. Este modelo fora introduzido no Brasil na década de 40 com a criação a nível nacional de uma instituição de extensão rural CBAR - Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, sob orientação americana. Estava institucionalizado o desenvolvimento comunitário no Brasil. Fruto de um acordo entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a "Inter-American Educational Foundation, Inc." (Ammann, 1984, pgs. 30 e 31). Este programa que no Ceará era dirigido pela ANCAR, tinha por objetivo a expansão do capitalismo na zona rural, ou melhor, a modernização do campo. Se a ANCAR é da década de 60 é por que no Nordeste a institucionalização desta política se dá, um pouco mais tardiamente que no centro sul. Portanto, se a ANCAR era um organismo das classes dirigentes e estas não interessam a organização e conscientização política dos trabalhadores muito menos às classes dominantes do campo, (pelo contrário querem é destruir ou cooptar este tipo de iniciativa, como

ocorreu com as Ligas Camponesas.<sup>(25)</sup> Compreende-se, partindo desta matriz, que, no caso da ANCAR, não havia interesse pela democratização de suas ações.

2º. A tradição de liderança no Brasil, e no Nordeste em particular, era a de que o líder deveria ser sempre aquele mais abastado, geralmente grande proprietário rural, e que essa liderança implicava em um poder quase que absoluto sobre os demais. Uma cultura secular imposta pelos colonizadores. Podemos citar dois exemplos deste método político: Os "homens bons" que compunham as Câmaras Municipais do período colonial, e o "coronel", entidade institucionalizada pelo governo regencial ao criar no Brasil as patentes de coronel da Guarda Nacional, adquiridas pelos proprietários rurais, para exatamente sufocar os levantes populares, que eram muitos, naquele momento político (década de 1830). Apesar do esforço da extensão rural em modernizar o interior do país, este aspecto prevalecia e desproporcional à modernização técnica propriamente dita, que caminha de forma muito lenta.

(25) LIGAS CAMPONESAS - As Ligas Camponesas eram associações de trabalhadores rurais criadas no interior do Estado de Pernambuco, mais precisamente no Engenho Galiléia no ano de 1955, data do primeiro grupo (Antunes, 1989, pg. 73). Este organismo dos trabalhadores rurais teve uma importância fundamental na organização e luta da categoria pelos seus direitos sociais. Foi exemplar na luta dos trabalhadores rurais do Brasil, especialmente no Nordeste, no final da década de 50 e início da década de 60. Tinha o apoio do Partido Comunista do Brasil - PCB e em 64 seus núcleos são fechados e presos seus líderes, como aconteceu com a maioria dos líderes sindicais brasileiros. O principal líder deste movimento foi Francisco Julião.

Sobre a situação do campo assim registra historiador, citando José Medina Echeverria:

"...Ao crescimento urbano(...) não corresponde um desenvolvimento paralelo do meio rural. Enquanto as cidades cresceram num ritmo acelerado, a vida rural se desenvolveu num quadro de atraso geral. As mudanças e inovações introduzidas na agricultura não alteraram substancialmente as características tradicionais do sistema..."

E complementam:

" A estrutura social no campo basicamente permaneceu a mesma da República Velha: uma minoria de grandes proprietários contrapondo-se à uma maioria de não proprietários." (Domingues e Leite, 1983, ps. 297/298.)

É dentro desta estrutura ou dentro deste quadro cultural que o Clube QUATRO S vai atuar como tal, vai refletir a realidade social ainda que o seu discurso seja modernizante. Assim é que compreendemos a falta, por exemplo, de eleições, (além da questão política nacional a que já nos referimos, que não favorecia este tipo de procedimento, pelo contrário, desmobilizava-o ou quando permitia a sua utilização era de forma controlada capitalizando as lideranças.)

3º. Havia uma grande influência dos técnicos da ANCAR e dos coordenadores do projeto, que terminava por induzir a aceitação e acatamento das suas propostas, bem como influenciaria na indicação de líderes para o grupo.

Por conseguinte, a escolha da coordenação do clube Quatro S, a nível local, não era fruto de uma discussão sobre o assunto de sua finalidade, do seu caráter democrático que deveria imprimir ao grupo.

### 3.4.1 - REAÇÃO DA COMUNIDADE AO CLUBE QUATRO S

As reações ao projeto e aos programas desenvolvidos no Clube QUATRO S por parte de seus sócios, não chegaram a ser de forma ostensiva. Ao que parece, se houve discordância em algum momento da diretriz que o grupo imprimia, elas foram de forma silenciosa. Quer seja pelo caráter de seus participantes, crianças e adolescentes educados para obedecer, ou pela falta de capacidade de debater do grupo ou ainda, pelo fato de como as coisas eram conduzidas de forma não muito democrática, conforme já analisamos anteriormente. Mas ao que tudo indica, ao abandonarem as fileiras do Clube QUATRO S os jovens rurais estavam mesmo era denunciando uma de suas contradições fundamentais que era com relação à questão da terra. Este movimento propunha ensinamentos técnicos e de natureza educacional para o bom desempenho no cultivo da terra, mas não questionava o fato da grande maioria dos jovens rurais não disporem deste bem indispensável ao homem do campo e a que todos deveriam ter acesso. Se assim era, como ainda é no Brasil de hoje, dificilmente se incentivaria permanentemente a um grupo que sofre na pele este problema secular a abdicar desta luta que mesmo não sendo explícita em certas regiões como era o caso de Carqueija na época, ela sempre existiu de forma silenciosa, na resistência do camponês a todo tipo de sofrimento e exploração a que esteve submetido ao longo dos

séculos. Esta resistência silenciosa se manifesta quando o jovem sai do grupo sem dar satisfação aos seus líderes, ou até mesmo aos pais. É por que ele não acreditava mais no projeto do grupo, não encontrando identificação entre o projeto e a sua realidade. Quando eram os pais que decidiam pela saída dos filhos, também estavam percebendo esta dicotomia entre as duas realidades. Mas as reações ao Clube QUATRO S só estão sendo explicitadas hoje, duas décadas depois. Muitos dos entrevistados (26) fazem críticas aos coordenadores, naquela época não fizeram pelas várias circunstâncias aqui já descritas. Estas críticas são geralmente em cima do gerenciamento do projeto, apontando falhas na coordenação, nas lideranças e até insinuando que teriam ocorrido irregularidades, por exemplo, no patrimônio do Clube QUATRO S, durante a sua existência.

### 3.4.2 PONTOS POSITIVOS

Apesar de não ser um movimento para organização, conscientização e libertação das camadas populares do campesinato, o CLUBE 4S foi uma experiência positiva para a juventude de Carqueija. Proporcionou, ainda que

(26) Os entrevistados a que nos referimos foram alguns participantes do CLUBE QUATRO S, que na época atuaram no grupo apenas como membros, sem nenhum cargo ou participação na coordenação ou liderança do grupo. Esta entrevista se deu de forma coletiva, ou seja, foi uma espécie de seminário no qual todos podiam falar o que quisessem. Ela foi realizada em julho de 1990, no Centro Comunitário de Carqueija (o novo), e teve a participação de dezenas de pessoas, conforme está na bibliografia final.

precariamente, um tipo rudimentar de organização da juventude local. Fez com que essa massa de jovens e adultos tivesse acesso a informações até então não dominadas por eles nos campos da higiene, da saúde, da organização comunitária, e da vida em geral no sentido de uma formação mais humana no campo das relações sociais da comunidade como um todo. Por outro lado proporcionou também aos seus participantes e por extensão á comunidade técnicas, indispensáveis ao desempenho da agricultura, ampliando o cabedal de conhecimentos dos seus sócios neste campo. Por exe exemplo no setor de hortaliças que até então era impraticável na região. Sobre esta questão da agricultura podemos dizer que antes da implantação do Projeto Diocese, o trabalhador rural da região desconhecia as mais elementares técnicas agrícolas. O projeto Quatro S foi um dos dinamizadores da implantação destas técnicas que, verdade são essenciais para o cultivo do solo. Me refiro ao uso do arado que por mais antigo que possa parecer lá não se utilizava. A não ser os grandes proprietários. Não podemos negar que estes avanços são indispensáveis ao trabalhador rural. É evidente que não se tocando na questão, da terra não vai nunca se solucionar o problema do campesinato brasileiro mas não se pode limitar a reforma agrária apenas a distribuição de terras e deixar o agricultor totalmente despreparado para o cultivo dela. Se o projeto Quatro S não discutiu a questão da terra, era por que sua natureza como projeto das classes dominantes nacionais e internacionais

para modernizar o campo não admitiam esta questão, entretanto a sua contribuição na educação técnica do trabalhador é inegável, principalmente no estágio de atraso que esta população estava. Portanto devemos querer a reforma agrária mas não devemos perder de vistas a dimensão da qualidade técnica de nosso trabalhador para que ele se apropie da terra com o melhor domínio possível sobre ela, e quem detém este domínio são as classes dominantes, a burguesia agrária até porque só ela teve condições de se especializar no assunto posto que ao trabalhador foi negado o direito de ter acesso, ao saber técnico-científico, por não ter sido nem alfabetizado ou quando muito apenas isto. Com relação a questão da saúde proporcionou aos sócios uma orientação razoável em conjunto com os outros grupo do Projeto Carqueija, incentivando uso do filtro, uso melhor dos alimentos disponíveis, incentivo a uso de frutas e verduras na alimentação a apartir da produção do próprio quintal etc. Ainda neste campo uma orientação na higienização do corpo, exercícios físicos, toda uma gama de conhecimentos até então desconhecido pela maioria da população e em especial pelos jovens.

Como se tratava de um projeto que objetiva modernizar o campo ou prepará-lo para a modernização iminente do país, havia uma programação de visita a centros urbanos industrializados ou em vias disso. Dentro deste roteiro foi possível aos membro do grupo Quatro S conhecerem Fortaleza suas indústrias os pontos turísticos etc. Como se tratava de



uma viagem de estudo receberam instruções na Escola de Agronomia do Ceará sobre os mais variados assuntos, desde técnicas agrícolas até aqueles relacionados com a saúde como: esportes, lazer, cultura (filmes, jogos esquetes etc). Além de proporcionar o acesso aos principais pontos turísticos da cidade estas viagens possibilitavam um intercâmbio com os outros jovens do interior do Ceará, sendo assim muito interessante e motivo de alegria e satisfação tanto para os jovens como para os seus pais, e professores (vide fotos). É inegável que uma programação desta qualidade tenha contribuído para a socialização daqueles jovens: Na pior das hipóteses contribuiu para a sua desinibição.

Além da viagem de Fortaleza houve também em Canindé com o mesmo objetivo. Havia também viagens rotineiras a Baturité, mas só para os líderes de Grupo ou para Pacatuba para receberem cursos no convento dos padres. No caso a da viagem a Fortaleza, ela foi toda organizada e dirigida pelos americanos. Cada grupo por município era coordenado por um americano, que até o momento não soube se eram da Aliança Para O Progresso ou de outro grupo dos EUA atuando no Brasil. Havia, como que, uma grande veneração por estas pessoas que eram os líderes e guias na Capital, que eram admirados por todos, ou quase todos na Comunidade. Só para registrar esse fato, final da viagem à Fortaleza as crianças e adultos do 4 S receberam um mini poster do já falecido

pres. Kennedy dos EUA, que na época era muito venerado no Brasil, ou pelo menos em Carqueija - Capistrano.(27)

(27) Especificamente sobre esta viagem, podemos assegurar que foi mais ou menos como está relatado acima, posto que fomos um dos participantes das excursões, como ocorreu com a maioria das crianças da comunidade, na época, que participavam do Clube QUATRO S e também da escola local.

### 3.5 NASCE UM SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS

Levou-se alguns elementos	No âmbito municipal
Pra discussão sindical	Sindicato não havia
Sob a égide da Igreja	Seu primeiro presidente
Com a criação formal	Da Carqueija surgia
Do primeiro sindicato	Hoje o sindicato existe
De trabalhador rural	E luta no dia-a-dia
	(Alves 1990)

#### 3.5.1 - ANTECEDENTES DA AÇÃO SINDICAL DA IGREJA NO CEARÁ

Uma outra linha de ação desenvolvida pela Igreja nos anos 60. Junto aos trabalhadores rurais era a do sindicalismo. Historicamente a Igreja sempre se preocupou com o avanço do Comunismo no plano internacional, e no Brasil em particular. No Ceará, já em 1915 funda os Círculos Operários Católicos de Fortaleza com objetivo inicial de conter a expansão maçônica junto ao operariado cearense. A partir de 1930 porém, a Igreja se alia à Maçonaria para neutralizar a influência do comunismo junto ao operariado (Parente, 1989, ps. 339 a 340). Ainda nesta década, mais precisamente em 1931, foi criada por Severino Sombra, a Legião Cearense do Trabalho <sup>(28)</sup> que antecedeu à

(28) \* A Legião Cearense do Trabalho (LCT) foi uma organização política antiliberal e anticomunista que existiu no Ceará entre 1931 e 1937. Idealizada e fundada pelo tenente Severino Sombra, contou com a adesão de dezenas de associações de classe e categoria, o que possibilitou orientar e mobilizar grande parte dos trabalhadores cearenses" (Ponte, 1989 p.359)

Ação Integralista Brasileira em nosso estado e no país. A expansão da LCT foi possível, dentre outros fatores, pelo apoio que recebia da Igreja.

"Fundada por Severino Sombra, um intelectual católico disposto a exercer uma contundente ação social católica, a LCT recebeu total apoio do clero cearense. Ademais, os objetivos do ideário legionário de defesa e valorização do trabalho frente ao capital, e a condenação do liberalismo e comunismo se coadunavam com a visão que a Igreja tinha das questões operárias". (Ponte, 1989 p 362)

Este brevíssimo histórico mostra que a participação da Igreja no Ceará no meio operário era intensa na década de 30. Só que em relação ao trabalhador rural a ação da Igreja só veio a ser mais efetiva a partir dos anos 60. E o que a fez mais atuante neste período foi a proliferação das Liga Camponesas em Pernambuco, com o apoio do Partido Comunista. Digamos de passagem que a organização dos trabalhadores do campo no Nordeste começa a ser mais representativa exatamente com a fundação da primeira Liga Camponesa em 1954. Com a ampliação do movimento sindical no campo, novamente a Igreja tenta disputar aqueles espaços com o PC. No Ceará a Igreja teve um papel fundamental na organização de sindicatos, contribuindo inclusive para a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará - FRETAECE, em 1963. (29)

(29) Damasceno, Therrian et Alli. 1991, p. 73 - Relatório de pesquisa em andamento)

### 3.5.2 - A CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAPISTRANO

Com a instalação do Projeto Carqueija, foi desencadeado um processo de organização dos trabalhadores da região em vários grupos, conforme vimos nos capítulos precedentes, mas foi igualmente discutida a possibilidade de criação de um sindicato. Como o momento político não era propício às atividades sindicais, pois a ditadura estava investindo duramente contra o movimento Sindical, prendendo lideranças, intervindo e fechando sindicatos, a proposta de criação de um sindicato não foi efetivada de imediato. Por outro lado, a intensa mobilização da comunidade participando de vários grupos, possivelmente, concorreu para o adiamento da criação do sindicato.

No final da década de 60 começa a ressurgir o movimento sindical rural no Ceará, vários sindicatos foram reabertos e outros fundados. Dando prosseguimento às discussões sobre o tema, começa a surgir em Carqueija a idéia de criação do sindicato. A decisão de criar o sindicato vem após os trabalhadores perceberem que os grupos antes criados na comunidade, não atenderiam aos anseios de luta e organização dos trabalhadores rurais enquanto categoria. A partir daí, com o apoio da Arquidiocese os trabalhadores começam a organizar o seu sindicato. A prática de organização adquirida nos anos anteriores, nos vários grupos do Projeto Carqueija, facilitou a organização dos trabalhadores para a

criação do Sindicato. A fundação do sindicato se deu em 10 de outubro de 1971, na casa-grande e ali funcionou até 16 de janeiro de 1972. A decisão de transferência foi em função da impossibilidade do sindicato ficar restrito à comunidade de Carqueija. Percebendo que o sindicato não poderia ser restrito à Carqueija decidiram transferí-lo para a sede do município.

Outro dado importante é o fato do seu presidente, o agricultor Antonio Alves Custódio, ter sido um dos líderes comunitários de Carqueija com ampla participação no projeto da Igreja no local. Isso demonstra o envolvimento da Igreja no processo de criação do sindicato, posto que o presidente era uma pessoa em quem a Igreja poderia confiar, haja vista a sua familiaridade com os programas em que tomou parte no projeto, dirigido pela Igreja a nível local. De outra parte é compreensível a participação da Igreja no processo de criação do sindicato, primeiro por dirigir todas as ações sociais na localidade, ou ter influência sobre elas e depois por ser uma de suas metas aumentar a sua influência no meio sindical rural, na concorrência com os partidos comunistas. Demonstra de outra parte o nível de organização que a comunidade atingiu a ponto de ser pioneira na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e mais do que isso manter uma hegemonia sobre a direção do sindicato por cerca de cinco mandatos, o que, convenhamos, não deve ser interessante para o movimento sindical, mas por outro lado demonstra o destaque de uma comunidade sobre as demais.

Podemos concluir dizendo que a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capistrano é da mais alta relevância para a história do sindicalismo regional e para a História do Projeto Carqueija em particular.

CAPÍTULO 4



## CAPÍTULO 4

## A EDUCAÇÃO FORMAL NO PROJETO CARQUEIJA

## 4.1 - ESCOLAS REUNIDAS DE CARQUEIJA

Butei Juquinha na Iscola  
 Prá mode aprender a lê  
 Pois o saber é uma mola  
 Que a gente precisa tê  
 (...)

(J. Hélder França)

A escola foi uma das primeiras (se não a primeira) medidas de cunho sócio-cultural e educativo tomadas pela coordenação do Projeto Carqueija. De início, ela se instalou na sede da fazenda, no alpendre da Casa-Grande, onde morou seu patriarca, Pierre Aon. A nova escola surgiu da unificação das escolas isoladas existentes na localidade, que funcionavam nas próprias casas das professoras (uma do Estado, as outras municipais). Apesar do alpendre da casa ser muito extenso e arejado a própria natureza do mister da educação impedia que se realizasse um bom trabalho em um local aberto. Por vários aspectos, dentre eles a dispersão do aluno, o barulho externo e das outras turmas e a chuva. Além do mais, não existiam carteiras escolares, as crianças sentavam-se no chão, em bancos improvisados e no muro do alpendre.<sup>(1)</sup> Estes fatores foram preponderantes na decisão

(1) Vide fotografias no último capítulo.

da construção de um prédio próprio para escola, sendo aproveitado um galpão que servia de depósito da casa.

Percebendo a necessidade de melhorar as condições de instalação daquela escola a coordenação do projeto se dispôs a construir um prédio próprio para a mesma. O financiamento da obra ficou por conta da Arquidiocese, em parte, e com a renda da própria fazenda.<sup>(2)</sup> Também concorreu para este fim a organização de promoções culturais do tipo quermesses com rainhas dos partidos azul e "encarnado"<sup>(3)</sup>. A nova escola recebeu a denominação de ESCOLAS REUNIDAS DE CARQUEIJA. Além das professoras das escolas isoladas já existentes que passaram a compor a nova escola, foram contratadas outras professoras, atingindo um total de sete professoras. Não temos certeza se era a prefeitura ou o projeto quem pagava as novas professoras. Há depoimentos que afirmam que era o projeto. Mas quando o projeto se esvaziou a Prefeitura assumiu a escola. A direção da nova escola ficou a cargo da professora mais antiga do lugar, com assento na escola e a única professora do Estado.

(2) Praticamente todos os entrevistados se referiram à construção da escola da mesma forma, sendo os depoimentos mais detalhados os de Raimundo Holanda Farias e Lourdenise Pinheiro Alves, nos quais nos baseamos para escrever estes dois parágrafos.

(3) Encarnado era como as pessoas denominavam a cor vermelha.

Surgiu no momento, com as escolas unificadas numa espécie de Grupo Escolar, <sup>(4)</sup> uma nova metodologia no sistema de ensino local, representada pela divisão do trabalho entre as professoras. Passou-se a ter, a partir do 1º. ano primário, o ensino por áreas, antecipando-se inclusive à lei 5692/71, <sup>(5)</sup> que introduziu esta mudança no ensino básico. Mas a inovação não foi duradoura, pois os professores não estavam preparados para tal. Decidiu-se apenas pela divisão dos alunos por séries, cabendo a cada professora uma série. Assim sendo, deixaram de existir as classes multisseriadas como ocorria nas escolas isoladas. Outras questões que reputamos como importantes para o sistema educacional local, e que foram proporcionadas pelo advento da nova escola, foram aquelas relacionadas com a aparência e organização da escola. Exemplo: Definição de uniforme para os alunos da escola, horário de recreio (era assim que era chamado o intervalo), merenda escolar, reuniões do corpo docente da escola, reuniões de pais, dentre outras. Tudo

(4) GRUPO ESCOLAR era o estabelecimento oficial que continha no seu bojo todo o ensino primário, ou seja da alfabetização ao 5º. ano. Ao findar este estágio o aluno se submetia ao exame de admissão para o ginásial, ciclo intermediário entre o primário e o secundário. Este modelo vigorou até 1971, quando a legislação de ensino foi modificada e criados apenas os dois ciclos, 1º. e 2º. graus, conforme a lei 5692.

(5) A lei 5692 - 71 regulamentou o ensino de 1º. e 2º. graus. O primeiro grau passou a ser da 1ª. a 8ª. séries e as disciplinas são ministradas por área no 1º. grau menor (por exemplo: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais etc.) e cada área tem o professor...

isso dava um certo *status* à escola e a fazia diferente das escolas isoladas.

O fato da escola ter uma variedade de ações no seu currículo anual fez com que ela se destacasse dentre os grupos da comunidade, mesmo sem ser o grupo principal. Este destaque deve ser creditado ao trabalho, à dedicação ímpar do seu corpo docente, que atuava para além dos limites da sala de aula. Se é verdade que o professor, notadamente o professor primário, e em especial no meio rural tem uma carga de trabalho além da prevista no seu contrato, quando leva deveres para corrigir em casa, estas professoras teriam, o que se chama, na economia, de super trabalho.<sup>(6)</sup> Ou seja aquele trabalho que não está contabilizado pelo patrão, não aparece na carga horária do trabalhador, nem é hora extra, é acúmulo de tarefas, mas que são desenvolvidas, aparecem feitas, realizadas.

As atividades das quais estamos falando são aquelas relacionadas com as datas comemorativas, e outras, para manutenção da escola, em conjunto com o Clube de Mães e com o Clube Quatro S, que envolviam, além dos alunos, os pais e pessoas da comunidade em geral, como era o caso das quermesses, das quadrilhas, dos presépios vivos etc. Todas estas atividades vieram contribuir com o desenvolvimento cultural da comunidade. A descrição destes fatos por uma

(6) Super trabalho é definido por Francisco de Oliveira como sendo trabalho não pago. (Oliveira, 1987, pg. 35)

professora que os vivenciou nos dá uma idéia de como a coisa era dinâmica, para os limites de uma escola do interior, na zona rural, em 1965. Vejamos:

"A Escola Reunida tinha sete professoras...eu era do Estado e as outras seis... duas outras já eram de lá mesmo ( eram da Prefeitura) e as restantes ele ( Prof<sup>o</sup>. Raimundo Holanda) fez um concurso e tinha uma verba da Diocese pra escola. Então ele dava um ordenadozinho para as professoras. Fez um grupinho, organizou tudo, botou bancada, tudo. Aí a gente começou a ensinar. Lá era muito bom, movimentado, tinha muita criança, a gente fazia muita festa, muita coisa bonita, a gente comemorava o dia do ancião, fazia uma festa de encerramento no natal, muito bonita; a gente se organizava, duas vinham aqui para Fortaleza tirar prendas... levava muita prenda, muitas bonecas, muitas bolas, muita coisa... Fazia o menino Jesus que vinha entregar os presentes, pra não ser só a história do Papai Noel. Eu achei bom a gente fazer o Menino Jesus primeiro, depois o Papai Noel. Era pras crianças não ter só aquela noção de que só o velho Papai Noel dava presente, e quando era na festa de natal a gente fazia um menino Jesus muito bonito e ele vinha com um carrinho... de presente. Depois que ele vinha, que a gente festejava a chegada dele, era que vinha o Papai Noel com um saco de presente. E tinha som, era muito bom...O povo nunca tinha visto isso ... a gente fazia todas as festas. Nós fazíamos a festa da árvore, a gente plantava árvores, os meninos cavavam buracos outros plantavam, outros aguavam... A festa do ancião era muito bonita, a gente combinava com um ancião pra ele dizer uma poesia, a gente fazia pique nique, era muito animado. Os piqueniques eram no alpendre da casa grande, que é muito largo...muito grande. e a gente fazia piquenique noutros feriados que não tinham festa. Era uma coisa muito bonita, muito animado, muito participado. Ela foi uma escola muito organizada... as professoras tinham muito gosto, os pais. Os pais de aluno no interior, no meu tempo, não sei agora, ... participavam, tinham muito gosto com aquelas coisas, tudo que a gente pedia eles cooperavam, e vinham assistir as festinhas, era uma beleza, ... tenho muita saudade dessa época de minha vida. (L.P.A.)

Este depoimento contudente da diretora da escola, é uma mostra do papel social que a escola tem no interior, principalmente em uma época em que não haviam muitas oportunidades inclusive de diversão, de lazer, especialmente para as crianças. Não havia energia elétrica, nem televisão, portanto as festinhas da escola representavam um lazer tanto para os pais, os mais idosos, como para as crianças e adolescentes. Por outro lado representava muito trabalho para as professoras a vanguarda de toda essa programação.

Apesar de seu calendário letivo ser aquele das chamadas datas comemorativas, que fora organizado para enaltecer os feitos dos vultos dominantes da história pátria, no caso em estudo, pela característica do próprio meio rural em que o ancião tem mais valor e respeito que nos centros urbanos e este aspecto é mais contudente quanto mais primitiva for a comunidade. Dava-se destaque ao dia do ancião, numa demonstração de carinho e respeito aos velhinhos da comunidade. De outra parte a questão da árvore só agora, nos tempos atuais valorizada, aparece aqui como um dia de festa na escola, reflete a aproximação do homem do campo com a natureza. Não nos foi revelado qualquer tipo de comemoração no dia da pátria, por alguns motivos peculiares. Nessa época o feriado ainda era a Semana da Pátria, e não somente o dia sete de setembro. Segundo: este feriado, ou melhor, esta data, era comemorada mais nas tarefas escolares, que com festas. Não havia desfile, exceto na cidade, concorrendo

para que a data passasse mais despercebida, principalmente por ser exatamente na mesma época da festa da padroeira da cidade, N.S. de Nazaré, e esta liderar as atenções dos festejos do mês de setembro no município, principalmente na zona rural. Para se ter uma idéia, a Semana da Pátria coincidia com a semana de novenas e festas na sede do município de Capistrano, na qual, até o terceiro quartel da década de sessenta, ainda haviam leilões nas novenas e a festa era bem mais animada, terminando com uma grande festa dançante dia oito de setembro, sendo que a última novena era exatamente no dia sete, data da independência. Portanto na zona rural só se pensava em ir para a última noite de festa, o que inviabilizaria qualquer iniciativa contrária, e, evidentemente, nem era pensado pelas professoras, que também estavam envolvidas no clima de festa. Não estamos querendo dizer que a Escola de Carqueija era uma escola diferente das demais com relação à comemoração das datas cívicas. Como se sabe a ideologia nacionalista difundida principalmente no início do século, pelos militares que assumiam papel de destaque na direção do país, reforçada pela propaganda que Olavo Bilac desenvolveu a nível nacional, introduziu na escola brasileira, notadamente na escola primária, uma ampla carga de atividades intra-curriculares, tendo como objetivo enaltecer a pátria através do culto aos símbolos nacionais, quer em práticas cerimoniais, quer na literatura dos livros didáticos e tarefas outras como de iniciação artísticas (desenhos, pinturas, poesias, etc.). A escola seria ao lado

do Exército a instituição de difusão do nacionalismo e por conseguinte, do amor à pátria, do respeito aos símbolos nacionais.<sup>(7)</sup>

O culto à pátria foi reforçado por Olavo Bilac, como nos referimos anteriormente. Foi este quem defendeu um papel incisivo da escola na formação patriótica, ao lado do Exército. Esta bandeira de Bilac teve ampla repercussão nacional e foi incorporada pelo Exército que muito influenciou na política republicana e, em particular, na educação do povo, direcionando-a sempre para a ideologia do patriotismo. Olavo Bilac vai ser então um intelectual preferido pelo Exército pela sua postura patriótica e, dentro dela, por defender o serviço militar obrigatório. Para Bilac, escola e quartel eram as instituições fundamentais na formação do defensor da pátria (Bittencourt, 1988 pgs 48/49).

Estas considerações se fazem necessárias para compreendermos o grau de inserção na escola da ideologia

(7) Sobre este tema existe um estudo da historiadora Circe Bittencourt, onde ela analisa o período das primeiras décadas do século XX. Para ela:

"A escola, sob a ótica do nacionalismo vigente, era a instituição fundamental criada pela "nação" para formar o cidadão, possuindo, portanto, tarefas específicas que permeavam o conjunto das disciplinas com seus conteúdos e métodos.(...) Escola primária e Exército eram, dentro da perspectiva de Bilac, as instituições formadoras do "patriotismo". Militares e professores eram educadores identificados na missão de defender e salvar a pátria: 'A escola é o primeiro reduto da defesa nacional; a menor falha do ensino e o menor descuido do professor podem comprometer sem remédio a segurança do ensino do país'. A missão patriótica da escola deveria ser, desde o início, a de criar a vinculação militar-povo-nação" (Bittencourt, 1988, pg. 45 e 49).



do patriotismo, a qual foi reforçada com o triunfo do Golpe Militar de 64, época em que se instalara a escola em estudo. Com isso queremos inferir que a escola de Carqueija, como o sistema educacional brasileiro como um todo, fora instituído dentro da cultura nacionalista, que dava ênfase ao patriotismo. Isto é ponto pacífico. O que queremos destacar, porém, é que em alguns casos ou no caso em estudo, pelo menos no que se refere a semana da Pátria, elementos de natureza local interferiram para que as comemorações desta data não tivessem o principal destaque na comunidade, posto que havia um fato que despertava com muito maior intensidade as atenções da população e, como tal, da escola, que era a festa da padroeira. Assim sendo a festa das mães, do ancião, da árvore, o natal, tiveram muito mais peso e receberam muito mais atenção por parte da escola e da comunidade do que as comemorações da semana da Pátria.

#### 4.1.1 - PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

Insisto em ressaltar o papel socializador da escola em estudo. Ela foi o grupo social mais consistente na comunidade e que tinha mais autonomia dentre os grupos existentes, pela sua própria natureza, pela tradição que a escola tem. Refiro-me à autonomia perante a coordenação do projeto e à Prefeitura Municipal. Hoje essa autonomia é

muito restrita, em face da centralização que os setores de educação dos municípios exercem sobre as escolas interioranas. A prefeitura de Capistrano é um exemplo disso. (8)

#### 4.1.2 - DECADÊNCIA SEM CAPITULAÇÃO

A intensidade da programação escolar foi diminuindo, à medida que os seus alunos iam concluindo a quarta série primária. Aqueles que tinham condições de dar continuidade aos estudos, teriam que fazê-lo em Capistrano. Acontece que alguns professores logo tiveram seus filhos concluindo a 4ª. série e outros estavam também, neste nível escolar necessitando dar continuidade aos estudos. Assim sendo, eram obrigados a deixar o local e deslocarem-se para a sede do município. Esta migração era inevitável devido não haver transporte coletivo no local. Muitos passaram a ir para escola a pé ou a cavalo. Como o percurso era um pouco longo, aproximadamente 9 (nove) km, alguns pais resolveram passar a residir em Capistrano, ou nos dois locais ao mesmo tempo, ou melhor, a ter uma casa também na sede do município.

(8) Só para ilustrar, vou registrar um exemplo desta centralização hoje. Na comunidade de Carqueija, como aliás em muitas localidades as comunidades de base da Igreja utilizam as escolas para os trabalhos pastorais. Em uma das visitas que fizemos ao local encontramos um grupo reunido no alpendre da escola por que a diretora do Departamento de Ensino do município tinha proibido qualquer tipo de reunião na escola, que não as do cotidiano escolar.

Evidentemente que os que decidiram por morar na cidade por conta do problema da escola eram uma minoria na comunidade, haja vista que a grande maioria não teria como fazê-lo por falta de condições financeiras e por não poderem abandonar o seu trabalho na região que se constitui principalmente na agricultura.

Há por outro lado uma migração geral para a cidade, mas este fato não é preponderante nesta comunidade e nem é um caso específico dela. O êxodo rural é um fenômeno nacional e tem como causa a falta de condições mínimas de habitabilidade do homem no campo, em função da falta de terra, falta de incentivo à agricultura, a falta de oportunidade de escolarização para os seus filhos. Todos estes fatores contribuem para a fuga do homem da zona rural. Mas no caso das professoras e dos estudantes que terminavam o quarto ano e que tinham condições de dar continuidade aos estudos, o que mais contribuiu para sua transferência para Capistrano e, depois, para Fortaleza, foi, sem dúvida, a falta de escola. Não queremos dizer que se houvesse escola estes teriam ficado lá, apenas que a escola entra como um fator importante na tomada destas decisões e em alguns casos é preponderante, como acreditamos tenha sido para estes casos de Carqueija.

O certo é que a migração de cerca de 50% do corpo docente da escola, com ele suas famílias, principalmente os filhos e parentes próximos que os acompanhavam para dar continuidade aos estudos em Capistrano, tudo isso influiu

substancialmente na estrutura da escola, e, evidentemente, desfavorecendo-a. De outra parte, houve, concomitantemente, o declínio da ação da Arquidiocese na comunidade, influenciando negativamente na escola, uma vez que desestimulara os que ali trabalharam desde o início e que tanto deram de si para o progresso do movimento como um todo.

Mas a escola resistiu. Aliás, foi quem mais resistiu dos grupos da comunidade. Suas professoras foram contratadas pelo município (mesmo as que se transferiram para a sede) sem terem recuperado o tempo de serviço prestado a Arquidiocese, através da Fundação João XXIII, o que se constitui um obstáculo para as suas aposentadorias.

O prédio onde funcionava a escola foi desativado. Para substituí-lo a prefeitura construiu prédios mais adequados para escola, com salas mais amplas, um espaço para recreação razoável. A escola foi na verdade descentralizada, além de um prédio que fica no centro da comunidade, foram construídos dois outros na comunidade de São João dos Alves e outro na comunidade dos Mateus de Sousa (Carqueija de Baixo), que antes integravam o projeto da Arquidiocese, mesmo sem serem parte de sua propriedade, mas por serem da zona periférica. Com esta descentralização as Escolas Reunidas de Carqueija deixaram de existir como tal, sendo criadas na mesma área de abrangência três novas escolas: Escola Pedro Alves da Silva, no extremo norte da comunidade, Escola José Alves Casimiro, no centro (a maior) e escola dos

Mateus, Carqueija de Baixo. Quanto ao prédio desativado, foi transformado em duas residências dos moradores, hoje, proprietários do terreno. O mesmo aconteceu com a Casa-Grande que atualmente abriga três famílias.

Merece registro o fato de a maioria das atuais professoras das três escolas locais terem sido participantes como alunas ou ainda como professoras da escola mãe, as Escolas Reunidas de Carqueija. Hoje muitas das professoras da sede do município são também oriundas daquela escola. Algumas já se aposentaram, como as professoras Lourdenise Pinheiro Alves e Maria Suzete Santos. Esta última ocupa pela terceira vez o cargo de Secretária da Educação do Município. Outras estão próximas da aposentadoria, mas falta-lhes o tempo de serviço de Carqueija, como é o caso de Cleide Santos Custódio. Alguns ex-alunos daquela escola ocupam hoje espaços importantes na educação municipal como supervisoras de ensino, secretário de escola e professores em outras instituições do Estado e em outros Estados até, bem como exercendo outras funções na vida pública e privada do Estado (9).

Gostaria de registrar o esforço das atuais professoras em dar continuidade ao trabalho educativo na comunidade de

(9) Entendemos que este registro se faz necessário para dar um caráter de importância de uma escola em uma comunidade principalmente interiorana. Por outro lado fica registrado também a influência da escola na vida das pessoas, principalmente na época em que estamos estudando. E ainda o caráter grupal, social e de espírito público que a escola e o projeto como um todo imprimiu naqueles que receberam influência de sua formação.

Carqueija (centro e periferia). Hoje, este trabalho é desenvolvido sem que haja por parte do órgão gestor da escola pública municipal o menor incentivo. O exemplo disto é o salário que é ínfimo. Nem é salário, é uma gorjeta que a prefeitura dá aos seus professores demonstrando o quanto a educação não tem importância para estas classes dirigentes. Para se ter uma idéia, uma professora municipal recebia em janeiro de 1991, data de uma viagem nossa ao local, apenas Cr\$ 1.700,00, cerca de 14% do salário mínimo. Apesar do nosso estudo não abordar a questão da educação hoje, por ser um estudo histórico de um período determinado, entendemos que este registro seja imprescindível, por uma questão de natureza política e por considerarmos que o estudo do passado deve estar em sintonia com o presente. Mesmo assim, não estamos falando de um período tão distante, já que seus protagonistas estão aí dando continuidade às suas tarefas e, no caso dos professores, mesmo os aposentados são vítimas deste sistema de exploração. Depois de tanto trabalho, os profissionais da educação são obrigados a ter outro tipo de atividade para poderem sobreviver.

#### 4.2 - AS ESCOLAS RADIOFÔNICAS NOTURNAS DO MEB

Além das Escolas Reunidas de Carqueija, funcionaram, por influência do Projeto, três escolas noturnas do MEB (Movimento de Educação de Base),<sup>(9)</sup> as chamadas Escolas Radiofônicas. Duas na própria Casa-Grande e a outra em São João.<sup>(10)</sup> O trabalho do MEB em Carqueija se deu apenas no âmbito da alfabetização de adultos, posto que nesse período o organismo passava a sofrer duras transformações, impostas pelo regime militar implantado no país em 64.<sup>(11)</sup>

(9) O Movimento de Educação de Base-MEB, era coordenado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e mantido pelo governo Federal. Foi instituído pelo Decreto presidencial Nº 50.370, de 21/03/61. A sua origem está ligada à experiência de alfabetização da Arquidiocese de Natal, depois expandida à Arquidiocese de Aracaju e finalmente proposto pela CNBB ao Governo Jânio Quadros, como modelo de alfabetização de adultos, no que foi aceito. (Damasceno, 1990, pg. 97)

(10) Esta localidade fica na periferia da fazenda, nas extremidades leste e norte, respectivamente, e são integradas à comunidade em estudo.

(11) Na sua primeira fase (1961 à 1964), o MEB atuou inicialmente dentro de uma linha marcada pelo espiritualismo cristão, enveredando posteriormente para uma ação na área do sindicalismo rural, como forma de evitar a influência do comunismo no meio rural. Após o Golpe de 64, por pressão do governo militar, o MEB restringiu a sua atuação na área sindical, e passou a atuar apenas na alfabetização de adultos, através de suas escola radiofônicas. Na primeira fase o lema da cartilha (livro didático do MEB) era: "Viver é Lutar", na segunda fase o lema mudou para "Mutirão". Uma forma de se adaptar à nova ordem institucional. (Damasceno, 1990, pgs. 97 à 100) e (Paiva, 1987, pgs. 240 a 243 e 282 a 285).

Para implantação das escolas foram escolhidos três jovens da comunidade<sup>(12)</sup> para um treinamento em Barreiras, no município de Redenção. Sobre o treinamento de monitores existem depoimentos de membros do movimento a nível nacional publicado pela coleção Caderno de Educação Popular do qual selecionamos um trecho do depoimento de Maria Lúcia Moreira da Costa da equipe estadual de Pernambuco, que achamos bastante ilustrativo:

"Até hoje continuo a achar que, no MEB, a questão do treinamento foi fundamental. A capacitação através do treinamento era o que permitia dar ao movimento uma unidade dinâmica, embora atendendo a necessidade das áreas com toda a sua diversidade. Quando voltávamos dos Encontros Nacionais, tudo o que trazíamos como novidade era passado para toda a Equipe Estadual. Por sua vez, aquilo era transmitido às Equipes Locais e daí chegava aos monitores. Isso se processava também em sentido inverso..."(Costa e outros, 1986 p.67)

Apesar da seriedade e do empenho dos monitores, o trabalho desenvolvido por estes era voluntário, conforme nos assegura um dos monitores:

"Quando nós fizemos este trabalho, a gente dava aula à noite e era de graça, não tinha esse negócio de ordenado não, não recebia nada. Davam as aulas pelo rádio e a gente tirava as dúvidas."  
(M.S.S.)

O fato de não serem remunerados não implicou em desânimo e falta de responsabilidade por parte dos monitores. Evidentemente que quando começou haver falta de material, de visita por parte dos supervisores, diminuíram

(12) Os monitores foram: Maria Suzete Santos, Domingos Sávio Pinheiro Alves e José Roberto dos Santos.



os encontros e treinamentos, tudo isso implicou em desmotivação tanto para os monitores quanto para os alunos.

No início as escolas tiveram todo o apoio do MEB, receberam rádios com estação cativa (no caso, era a Rádio Assunção), lampião a querosene, as cartilhas e o material individual dos alunos (lápiz, caderno e borracha). A frequência era razoável como também era alto o nível de aceitação por parte da comunidade adulta.

As Escolas Noturnas teriam durado, aproximadamente, dois anos, entre 1966 e 1969. Este último ano foi marcado por dificuldades na manutenção das mesmas. O MEB padecia da falta de recursos e sua atuação era cada vez mais restrita, a nível nacional. É que a partir de 1966 amplia-se no Nordeste o programa educativo da Cruzada ABC <sup>(13)</sup>, com apoio do Governo Militar e, a nível internacional, da USAID (United States AID). Paulatinamente o governo vai retraindo o apoio ao MEB e transferindo-o para a Cruzada ABC, que no Ceará começou a atuar em 1967.

Isso posto, podemos inferir que a decadência das escolas noturnas locais está diretamente ligada a uma mudança na política governamental em relação ao ensino noturno, de adultos, que retirou do MEB o apoio necessário à

(13) A Cruzada da Ação Básica Cristã "identifica sua origem remota na iniciativa de um grupo de professores do Colégio Evangélico Agnes Eriskine de Pernambuco que, em 62 idealizou um trabalho de educação de adultos com o sentido apostólico... Em seguida, em convênio com o governo do Estado (gestão Cid Sampaio) foi lançada a 'Promoção Agnes' destinada à alfabetização de adultos... Esta experiência é a origem embriatária da Cruzada ABC." (Paiva, 1987, p. 271)

sua continuidade, enquanto programa de alfabetização no país, e que não houve substituto imediato, pelo menos em Carqueija, área de difícil acesso para um programa de orientação protestante, como consideramos a Cruzada ABC, por ser território da Igreja Católica.

A brevidade das escolas noturnas impediu que houvesse uma diminuição no índice de analfabetismo na localidade, mas como nos demais grupos da comunidade contribuiu para a socialização dos seus participantes e serviu de experiência para os seus monitores e auxiliares. (14)

(14) Convém ressaltar que, dado o caráter voluntário da escola do MEB, o monitor tinha sempre uma ou mais pessoas alfabetizadas que lhe ajudavam no momento das aulas, quer orientando os alunos na leitura, ou pegando na mão para escrever ou cobrir o nome, ou ainda corrigindo cadernos. Portanto o trabalho na escola noturna, como também nas escolas isoladas, nunca era desempenhado somente pelos seus titulares, haviam os auxiliares: irmãos, filhos, sobrinhos ou vizinhos. (Nota do autor)

CAPÍTULO 5

## CAPÍTULO 5

## A DIMENSÃO LÚDICA DO PROJETO CARQUEIJA

## 5.1 - TRABALHO E DIVERSÃO COMO FORMA DE LUTA

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas.

Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustificada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz.

Ferreira Gullar

Dedicamos este capítulo à parte lúdica do Projeto Carqueija.<sup>(1)</sup> Sobre este ponto, ao longo do texto, já tivemos oportunidade de tecer algumas considerações, entretanto, achamos oportuno fazer um relato específico destas atividades, que consideramos muito significativas para as pessoas envolvidas no projeto, pois o lúdico, como que permeava o conjunto das atividades ali desenvolvidas.

(1) As informações contidas neste capítulo vão além daquelas obtidas nas entrevistas gravadas. Elas foram obtidas ao longo do período da pesquisa nas mais diversas formas. Ouvimos pessoas dentro dos ônibus, no percurso Fortaleza-Carqueija e vice-versa; nos caminhões paus-de-arara que fazem o percurso Capistrano-Baturité; Capistrano-Pesqueiro; nas bodegas da região; nos caminhos do lugarejo; nas casas e até na beira dos açúdes, nas manhãs, quando o pessoal "bota água". Portanto ele é fruto de conversas informais, nas quais as pessoas ficam mais à vontade para falar.

O primeiro aspecto que nos chamou atenção foi o fato de estarem associadas ao trabalho atividades de lazer, na maioria dos grupos ali existentes. Eram promoções que tinham objetivos financeiros, exatamente para angariar fundos para dar andamento as tarefas planejadas. Mas elas não tinham só este objetivo. Elas se constituíam em momentos de encontro e reencontro entre as pessoas. Eram, para a maioria a única oportunidade de lazer. Além destas promoções híbridas (lazer & trabalho) haviam aquelas exclusivamente de lazer. Vê-se que a comunidade se preocupava com o seu lazer, o que é compreensível principalmente numa época em que não havia televisão e nem energia elétrica no local. As atividades de caráter lúdico eram: festas juninas, festas dançantes, festa natalina piqueniques e excursões, quermesses, futebol. Vamos descrever cada uma delas tentando mostrar o significado para a comunidade local e como se situam dentro do contexto sócio-educativo.

#### 5.1.1 - AS FESTAS JUNINAS

"Festa animada prá quem sabe aproveitar,  
 puxe esse fole que eu quero me espaiar,  
 a meia-noite quero ver soltar balão,  
 prá dá viva a Santo Antonio meu S. Pedro e S. João"  
 (Guimarães. "O Maior Tocador")

As festas juninas constituíam uma das principais diversões de Carqueija, na época do projeto. O padroeiro da

capelinha é S. Pedro, portanto, as festas eram no final do mês de junho, após as festas de São João que ocorriam em uma fazenda vizinha. O que mais atraía as pessoas para o local era a quadrilha e a festa dançante. Haviam as novenas, mas não eram muito concorridas, talvez, em face da existência da outra festa na capela de S. João.<sup>(2)</sup> Portanto, somente a partir do dia 25 de junho é que as novenas começavam a ter uma maior frequência, culminando com a apresentação da quadrilha e a festa dançante, ambas na véspera do dia do padroeiro.

#### 5.1.1.1 - QUADRILHAS.

"Prá dançar quadria  
no sertão é mais mió  
Sanfoneiro e violeiro  
Tomam conta do forró  
Não precisa orquestra  
Prá animar a festa  
O fungado da sanfona  
Vai até o nascer do sol..."

(J. Silva e A. Rangel, "Pirirí")

Apesar de parecer uma banalidade registrar neste trabalho uma quadrilha, coisa que hoje é tão comum, principalmente nos centros urbanos, como Fortaleza, consideramos que no caso em estudo tem importância por se

(2) Hoje não existem mais festas, pelo menos nas capelas citadas. As festas juninas no local não estão mais vinculadas aos padroeiros das capelas, elas estão pulverizadas. Nas capelas citadas, o que há é apenas a novena com a participação de familiares e pessoas mais próximas do local.

tratar de uma coisa inédita para a juventude local.<sup>(3)</sup> O fato de ser inédito tornou a quadrilha um grande atrativo para a juventude e as vagas altamente disputadas.

Para os jovens os ensaios e a apresentação final tinham um caráter de diversão, mesmo sendo aquela aguardada com muita ansiedade, por ser a apresentação oficial. Assim é que durante os ensaios na semana os mesmos se transformavam em festa, principalmente para aqueles jovens que eram muito presos em casa, por ser uma oportunidade de passear, se divertir, paquerar, etc.

Além da quadrilha dos jovens e adultos, havia a das crianças. Esta chegou a se apresentar até fora da Casa-Grande, pelo menos uma vez, o que não chegou a ocorrer com a dos adultos.

A quadrilha, que é a adaptação de uma dança europeia trazida pelos colonizadores para o Brasil, teve no interior deste país aceitação e como tal, foi enriquecida pelo povo, à medida que passou a retratar o seu cotidiano, a sua realidade. No casamento, por exemplo, se retrata a postura patriarcal da sociedade brasileira, notadamente a nordestina. Hoje com o fenômeno da urbanização da sociedade recebeu outros ingredientes. Naquela época porém o destaque era para o casamento matuto estando presente o autoritarismo

(3) Estamos nos baseando em depoimentos dos jovens de então. A exemplo de Domingos Sávio, que nos informou textualmente: "Eu nunca tinha visto uma quadrilha na minha vida" (D.S.P.A.).

paterno, o machismo do noivo, a submissão da mulher, porém o respeito que a solenidade requer e é dada, na realidade.

Podemos dizer que a quadrilha foi uma novidade para os jovens e adolescentes da localidade, mas que facilmente foi absorvida dado o conhecimento da sua música e a divulgação pelo rádio e pelos sanfoneiros locais da sua melodia. Ou seja, o que faltava era prática da dança em si, além de um grupo organizado para ensaiar a dança. A reunião da comunidade em diversos grupos, a instalação de energia elétrica na Casa-Grande, o espaço amplo da casa e a sua abertura para o público local criaram as condições materiais para a organização da quadrilha, incentivada pelos dirigentes do projeto.

#### 5.1.2 - FESTAS DANÇANTES

"O tocador já tá tocando  
 Já tão butando as caboca prá quebrar  
 Eu tô sentindo aqui uma dor  
 mas entrar não vô  
 Que ela tá lá"

(Luiz Gonzaga, "Matuto")

Antes de entrarmos na descrição das festas dançantes na Casa-Grande, sede do projeto, gostaríamos de comentar um pouco sobre esta atividade cultural tão comum no interior. Trata-se de uma festa em que o som é produzido pela sanfona (nome popular do acordeon), pandeiro e triângulo. Estava formado o conjunto. O sanfoneiro, nesta época que estamos estudando, tocava a noite toda, ou pelo menos até ter um



público grande e que insistisse na sua permanência. O repertório era: Luís Gonzaga, Jackson do Pandeiro, Marinês, Noca do Acordeon etc. Não havia, em Carqueija, cantores, muito menos auto-falantes que amplificassem o som. Era só o som da sanfona.

Capistrano tinha o que de melhor existia em termos de sanfoneiros do Ceará, no caso, o sanfoneiro Francisco Justino (Chico Justino) que na década de 60 foi descoberto pela Rádio Assunção, através do radialista Everardo Sobreira. Participou de um concurso de sanfoneiro e foi o campeão cearense. Além dele existiam outros, como o seu tio Sabiá, que animavam as festas locais. As festas de Carqueija, que foram poucas, eram animadas por "bons sanfoneiros".

Ao contrário da quadrilha, as festas dançantes eram conhecidas e frequentadas pelo povo antes mesmo do Projeto Carqueija, se não na Casa-Grande, em outras residências. No caso em estudo, elas não foram mais frequentes pela facilidade com que ocorriam atritos entre os participantes, motivados por questões banais, como não ceder a parceira para o outro dançar e, quase sempre, pelo excesso da bebida, especialmente a cachaça. Em umas das festas locais no período junino chegou a ocorrer um pequeno acidente em que um rapaz "puxou faca para outro", entretanto o impasse foi resolvido pelas pessoas mais respeitadas, inclusive na presença do vigário local.

### 5.1.3 - FESTAS NATALINAS

Apesar de já termos comentado sobre este tema quando abordamos as Escolas Reunidas, voltamos a ele apenas para registrar que mesmo sendo uma atividade predominantemente coordenada pelos professores, extrapolava os limites da sala-de-aula, passando a constituir uma atividade da comunidade.

Além do caráter religioso e de propaganda comercial que, em geral, sempre ocorreu no natal, na sociedade capitalista, no caso em estudo, as comemorações natalinas tinham um componente cultural e educativo, quando utilizava práticas teatrais, que na época os promotores chamavam de drama.<sup>(4)</sup> Portanto, as festas natalinas eram ilustradas com a dramatização do tema de natal. A representação da história do nascimento de Cristo era feita pelos alunos da escola, numa apresentação para toda a comunidade com direito a uma platéia de dezenas de pessoas, no grande alpendre da casa-grande. Isso com palco e tudo.

Não fosse a participação dos outros segmentos da comunidade e dos demais grupos que compunham o projeto, estas apresentações se restringiriam ao âmbito da escola ou, quando muito, de alguns pais de alunos.

(4) A prática da dramaturgia na região não existia. Entretanto, na cidade de Aratuba, bem próximo de Carqueija era cultivada pelas jovens da sociedade local desde os anos 30. Uma das participantes deste movimento cultural em Aratuba, era incentivadora dos dramas em Carqueija. Convém ressaltar que, além das peças natalinas, realizavam-se shows humorísticos e os atores eram os jovens do local.

Percebe-se também o esforço dos protagonistas, professores, alunos, em superarem as suas limitações ao tentarem dar estes passos. Sem dúvida, eles são dignos de registro por se constituírem na história da luta do povo camponês em busca de uma vida mais digna, que não se constitua apenas de trabalho material, de sofrimento, mas que também tenha suas tentativas de fazer cultura, de lazer, o que no fundo é trabalho intelectual e, portanto, também, uma forma de produzir conhecimento.

#### 5.1.4 - PIQUENIQUES E EXCURSÕES

Pic-nic, nic, nic, pela estrada vai cantando,  
 E as árvores respondendo,  
 O Mateus com o violão  
 Vai cantando uma canção  
 Que nos faz pensar em Deus. (5)

Nesta mesma linha de diversão e produção cultural, eram organizados piqueniques. Estes ocorriam na Casa-Grande, como já foi mencionado quando analisamos o papel da escola, mas também havia outros fora da sede, como na serra de Cajuás, por exemplo, organizados por jovens locais, com a participação daqueles que estudavam fora, geralmente no

(5) Texto adptado à música da época, utilizado pelos jovens locais nos piqueniques. (Informação de Raimundo Nonato Pinheiro Alves, um participante dos piqueniques.)

período de fêria (6). Até nas músicas dos piqueniques estava presente o elemento religioso. Quando falamos em música, nos referimos às adptações feitas a estas como no caso da estrofe acima.

As excursões tinham caráter mais de aprendizagem do que propriamente de lazer, mas havia o seu lado lúdico também, pelo menos para os jovens e crianças. Registram-se duas excursões, a de Canindé em que foram conhecidos os santuário de São Francisco: Casa dos Milagres, Basílica, fonte, bem como, o açude, o zoológico e ainda uma fábrica de algodão, talvez de descaroçamento. Esta última dentro daquela meta de preparar o jovem para a modernidade iminente. Mas tudo era festa para as crianças, jovens e seus pais, que se orgulhavam em preparar as coisas dos seus filhos.

Na excursão à Fortaleza os participantes se alojaram na Escola de Agronomia e afora os exercícios físicos, para os quais o jovem camponês não estava preparado, as palestras sobre saúde, higiene etc, que, segundo eles, eram cansativas, haviam os passeios às tardes pelos pontos principais da cidade que se constituíam em momentos de lazer. Conheceram o mar (de longe, de cima de um edifício), tomaram refrigerante em uma determinada fábrica de

(6) Segundo nos foi informado, apenas dois jovens estudavam fora, em Fortaleza, no seminário. Um já foi citado, Raimundo Nonato e o outro era Antonio Mateus Viana. Por suas ligações com a Igreja, quando estes estavam no local participavam das atividades.

engarraffamento, passearam muito de carro, seja Ônibus ou Kombi, etc.

Não negamos o caráter ideológico (7) destas programações, notadamente dirigidas para uma educação modernizante do camponês, como é o caso do projeto em estudo. Uma modernização dentro dos padrões da sociedade capitalista e com o evidente apoio dos EUA que atuavam tanto nos órgãos oficiais, fornecendo modelos como era o caso da ANCAR, do Clube Quatro S, como de forma extra-oficial, ou comunitária, como no caso dos voluntários da Paz, etc. Entretanto, apesar de estes jovens estarem sendo "catequisados" ideologicamente, eles tiravam proveito desta "catequese," dada a falta de informações que eles tinham, tanto no campo da saúde, como na educação e, por conseguinte, mais imediatamente no aspecto do lazer, pois estavam desfrutando de algo absolutamente inviável, para o momento, caso tentassem fazê-lo independentemente. Além da diversão programada, oficial dos roteiros pré-estabelecidos, havia a diversão interna, a brincadeira, e principalmente a cooperação, que era intensa, pelo fato de estarem juntos e fora de casa.

(7) O objetivo dos programadores desta atividade, ANCAR, Universidade, com apoio de um grupo de voluntários americanos, financiados pela Aliança Para o Progresso, era o de preparar o jovem camponês para a modernização do campo e, conseqüentemente, para ampliação do modelo capitalista de produção. É este o sentido ideológico da programação.

### 5.1.5. - QUERMESSES

Quermesses são festas organizadas, geralmente, por uma pessoa que dispõe de um serviço de som: amplificador com saída para toca disco, microfone e auto-falantes, estes últimos conhecidos como radiadora.<sup>(8)</sup> Na época em que estamos estudando, o proprietário destes equipamentos deveria ter um gerador de energia, a óleo diesel, já que não existia energia elétrica no local. O mais conhecido "quermesseiro" da região era o Sr. Efraim Bezerra.

Instalados os equipamentos, a festa começava por volta de dezoito horas, indo até 23 horas, aproximadamente, e consistia, mais ou menos, no seguinte: Organização de dois grupos de jovens para comporem os partidos azul e encarnado (vermelho), cada grupo escolhia uma rainha que iria, com a sua corte, vender votos: laços de fitas, corações, beijos etc - todos esses objetos sempre identificados com a cor do partido. O objetivo desta disputa era financeiro. Mas era muito bem aceito pelo público. A cada noite era divulgado o resultado do dia e os pontos iam se acumulando durante todo o período. No final era divulgado o resultado da temporada e, conseqüentemente, a rainha vencedora era conhecida. Essa disputa era revidada nas quermesses seguintes naquele local. Geralmente as quermesses duravam nove dias, começando no sábado e terminando no domingo seguinte.

(8) O som utilizado na quermesse não é o mesmo utilizado por conjuntos musicais, é menos complexo, como se pode ver.

Compunha o universo de lazer da quermesse os jogos de azar na periferia do terreiro e o programa de músicas selecionadas, oferecidas pelos casais de namorados ou paqueras, geralmente músicas apaixonadas, que hoje conhecemos por "brega". O repertório era Texeirinha, Núbia Lafaiete, Waldik Soriano, Nelson Gonçalves, etc. Paralelo a tudo isso havia uma intensa bebedeira e a cachaça era a bebida preferida, talvez por ser mais acessível ao poder de compra do trabalhador camponês.

Com o advento do Projeto Carqueija, a sua coordenação adquiriu um equipamento de som para utilizá-lo, exatamente, neste tipo de atividade. Passou a realizar, pelo menos duas vezes no verão, uma quermesse na Casa-Grande, nos moldes descritos anteriormente. Só que, nestas, a arrecadação era dos grupos do projeto, geralmente a escola, o Clube de Mães, o Clube Quatro S. Esta prática de quermesses foi uma das mais utilizadas pela coordenação do projeto e com os recursos destas colocava-se em andamento projetos como o da construção da escola, cuja verba nem sempre era suficiente.

Para concluir a discussão sobre as quermesses, queremos ressaltar o seu alto índice de aceitação popular e destacar que, no caso específico de Carqueija, estas festas populares, organizadas pelos grupos do projeto, em nada deixavam a desejar em relação às do mesmo tipo organizadas por um particular.

### 5.1.6 - FUTEBOL

Seria, inverdade afirmar que com o projeto da Arquidiocese surgiu o esporte ou o futebol na região; na verdade este esporte é o único popular no Brasil, praticado em quase todos os recantos do país. Entretanto, temos informações de que, o fato da comunidade estar se organizando em vários grupos de trabalho do interesse dela própria, os líderes dos times de futebol, evidentemente que com o apoio da coordenação do projeto, decidiram organizar um time de futebol que representasse a "Diocese", como era chamada popularmente a comunidade. Foi então construído um campo de futebol por trás da Casa-Grande, dentro dos padrões normais e cercado de palha de coqueiro para que fosse possível a cobrança de ingressos, o que não era comum na região, até então.

Como os demais grupos, o time da "Diocese" procurou se organizar, comprou o seu uniforme e passou a fazer jogos tanto externa como internamente. Foi um período de euforia do esporte local, surgiu até locutor esportivo para transmitir os jogos pela "radiadora" (sistema de rádio com amplificação, já mencionado). O fato de ter um locutor, achamos da maior importância, pois demonstra a capacidade de aprendizagem que o camponês, ou o trabalhador comum tem. Portanto, por ser trabalhador do campo, ou operário na cidade, o homem simples que vive de sua força de trabalho não está impedido de ocupar espaços em outros níveis da



atividade, que talvez fosse acessível somente àqueles que estão na faixa da pequena burguesia ou acima dela.

O locutor, conhecido como Lailson, um camponês como qualquer outro de sua região, vivia do trabalho da roça, mas depois do trabalho, aos domingos exercia a sua capacidade de locução narrando o jogo dos seus colegas de vida cotidiana.

O time de Carqueija ainda hoje existe, mas não faz jogos no campo acima citado, que, aliás, só funcionou no início do Projeto Carqueija.

#### 5.1.7 - REFLEXÃO ACERCA DESTES FATOS HISTÓRICOS

Todas estas tentativas de elaboração de um espaço lúdico na sua vida cotidiana, de trabalho e de luta, que, no caso, o camponês tentou construir faz-nos relacioná-las com aquilo que Marx diz sobre o futuro trabalhador na futura sociedade, ele é trabalhador na indústria ou nos serviços, na vida diária e à noite ele é pintor ou faz outra atividade artística. Aliás, não só o locutor está dentro deste parâmetro traçado por Marx, para a relação do trabalhador com as artes, mas todos aqueles que desenvolviam tarefas extras na sua participação no projeto, no aspecto artístico-cultural, e que na sua vida diária trabalhavam em uma atividade qualquer, estão, ao nosso ver, relacionados com esta máxima do filósofo. O que significa que, em alguns

momentos, mesmo sem teoria, os trabalhadores, aqui no seu mais amplo aspecto, do campo e da cidade estão na busca desta sociedade mais justa, na qual todos tenham oportunidades iguais de trabalho, de lazer, de instrução.

No caso específico dos moradores de Carqueija podemos dizer que apesar dos limites de um projeto de desenvolvimento comunitário, como o do presente estudo, eles conseguiram, em alguns casos, e no lazer especificamente, ultrapassar as fronteiras do projeto, e com sua criatividade fazê-lo menos formal, menos rotineiro e cansativo.

CAPÍTULO 6

## CAPÍTULO 6

## MEMÓRIA ICONOGRÁFICA DE CARQUEIJA

"Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. Memória visual do mundo físico e natural, da vida individual e social. Registro que cristaliza, enquanto dura, a imagem escolhida e refletida de uma ínfima porção do espaço do mundo exterior. É também paralização súbita do incontestável avanço dos ponteiros do relógio; é pois o documento que retém a imagem fugida de um instante de vida que flui ininterruptamente."

(Kossoy, 1989, p. 101)

## FLAGRANTES FOTOGRÁFICOS DO PROJETO, ONTEM E HOJE

Nossa preocupação com o resgate da memória local, nos levou a levantar junto aos entrevistados e pessoas que participaram do Projeto Carqueija, fotografias da época de maneira a proporcionar ao nosso trabalho um flagrante do momento histórico vivido por alguns daqueles que participaram do projeto em estudo. Para completar este quadro, selecionamos algumas fotografias recentes, da localidade, bem como fotos individuais dos participantes. Este aspecto iconográfico é de suma importância para a história local em particular e para a compreensão do projeto como um todo. Cada fotografia recebe um comentário do autor, dando conta de sua contextualização, bem como da forma de aquisição e procedência.

**PRIMEIRO GRUPO:**  
**FOTOS DO CLUBE QUATRO S E DA ESCOLINHA DE CARQUEIJA NA**  
**ÉPOCA DO PROJETO (DÉCADA DE 60)**

**FOTO 1: PASSEIO NA CAPITAL**

Foto panorâmica dos membros do Clube Quatro S no momento em que participavam de uma excursão em Fortaleza. Ao que tudo indica, esta foto é na Escola de Agronomia do Ceará, onde se hospedaram os mesmos. Estão presentes garotos e jovens de alguns municípios, haja vista serem muitos os presentes, superior ao número de integrantes do Clube de Carqueija que era em torno de 10 a 15 jovens. Vemos os cinco americanos por trás do grupo, algumas bandeirantes e as professoras, extensionistas que acompanhavam os grupos. Identificamos as professoras Cleide Santos Custódio e Maria Suzete Santos, as duas primeiras, do lado direito de quem vê, Roberto Santos, professor do MEB (único adulto masculino, afora os americanos), Vilauba Santos, um pouco abaixo do primeiro americano visto na direção anteriormente indicada. Reconhecemos ainda o terceiro e quinto garotos da primeira fila, agora da esquerda para a direita, como sendo, Francisco Justino, que não é o sanfoneiro, e o autor deste trabalho, com o polegar esquerdo levantado. A foto é de 1965, não tem o autor e a original foi adquirida no álbum da professora Lourdenise Pinheiro Alves, que doou ao autor. Foi reproduzida, clandestinamente, no Foto Flash, por João Augusto, fotógrafo profissional.



## Fotos 2 e 3: ALPENDRE COMO SALA DE-AULA - 1

As fotos abaixo mostram as professoras da alfabetização no momento da aula. São as professoras Maria Suzete Santos (em cima e embaixo) e sua irmã Maria Suzene Santos (foto de baixo, à esquerda). O quadro-de-giz, ao que parece preparado para a foto, registra o número de alunos da escola, bem como o seu nome no princípio: Grupo Escolar de Carqueija (depois mudado para Escolas Reunidas). Neste momento a escola funcionava no alpendre da Casa-Grande. (Fotos do álbum de Maria Suzete Santos)

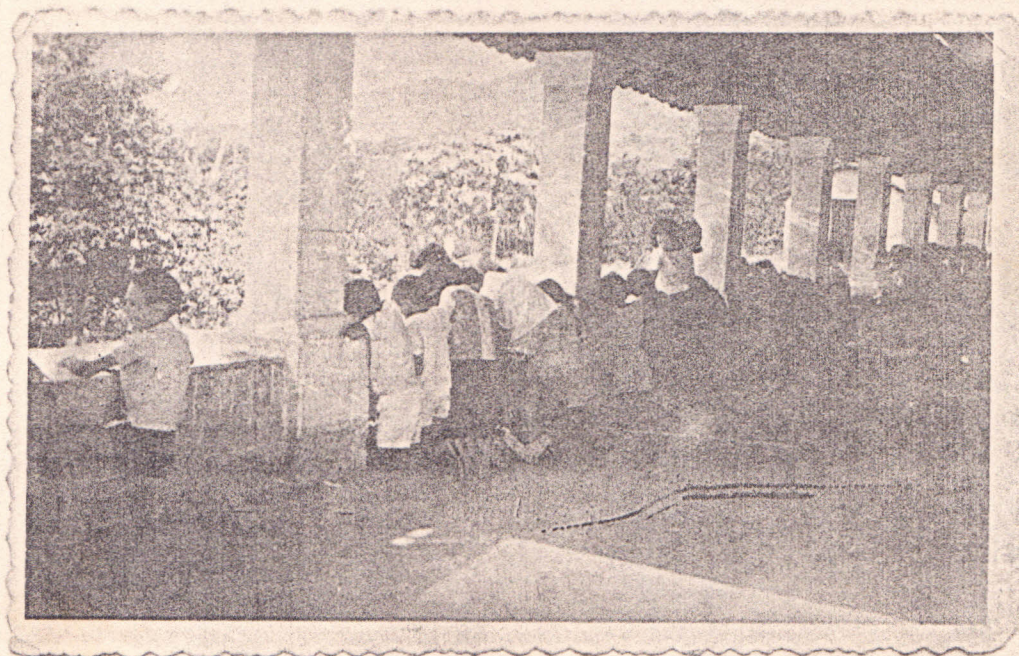


**Foto 4: ALPENDRE COMO SALA DE AULA - 2**

Nesta fotografia percebe-se que um visitante participa da aula, ao que parece dando um aviso ou simplesmente se deixando fotografar. Os alunos, crianças, de sete anos, aproximadamente, se mantêm no muro do alpendre, que servia de assento e mesa de estudo. (Foto do álbum de Maete).

**Foto 5: ALPENDRE COMO SALA DE AULA - 3**

Outra foto da escolinha quando funcionava no alpendre da Casa-Grande, vemos os alunos escrevendo de joelhos no para-peito do alpendre.



**Foto 6: CRIANÇAS REUNIDAS NO ALPENDRE**

Vista panorâmica das crianças no alpendre da Casa-Grande, provavelmente no horário da aula. Havia um visitante na Comunidade, posto que há um jeep estacionado (lado esquerdo) e não havia, no local, alguém que possuísse automóvel.





## SEGUNDO GRUPO :

### O COMPLEXO ARQUITETÔNICO SEDE DO PROJETO CARQUEIJA, ONTEM E HOJE

Foto 1: CASA-GRANDE E ESCOLA

Foto panorâmica da Casa-Grande com sua Capela e Escola, esta, construída após o início do Projeto Carqueija, como já mencionamos no capítulo sobre a escola. Vê-se, ao fundo, uma parte da Serra da Carqueija, no sopé da qual está instalado este complexo arquitetônico. O carro, provavelmente uma caminhoneta Ford, não sabemos a procedência.

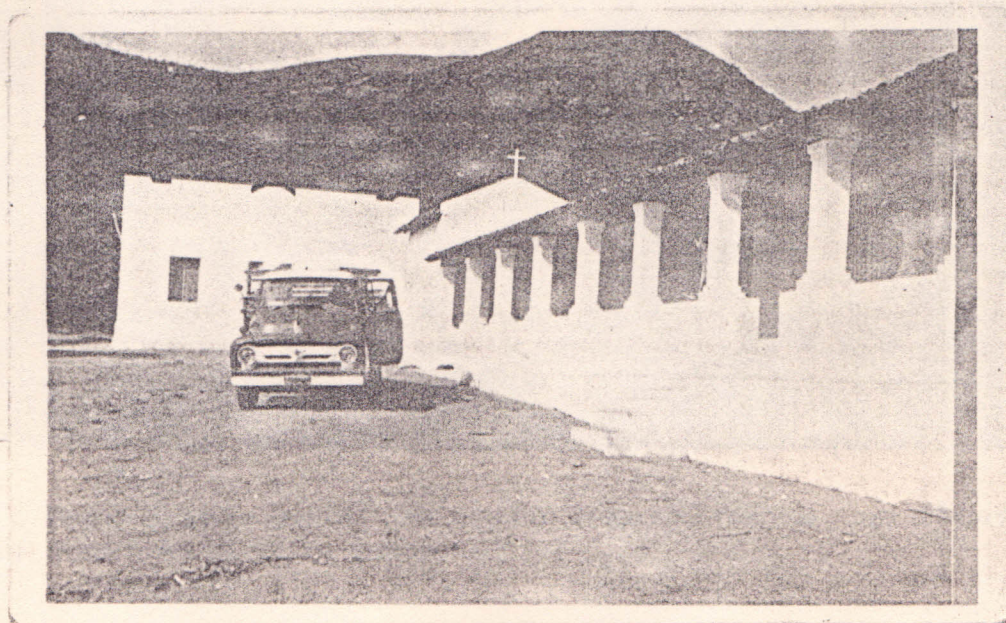


Foto 2: ESCOLA

Nesta pequena foto, vê-se a escolinha recém construída pelo Projeto Carqueija. No fundo está a Serra da Carqueija, a qual já nos referimos anteriormente neste trabalho. O prédio era composto de quatro salas, duas de cada lado, com um pequeno corredor no centro. A construção que aparece no canto direito é da Capela.

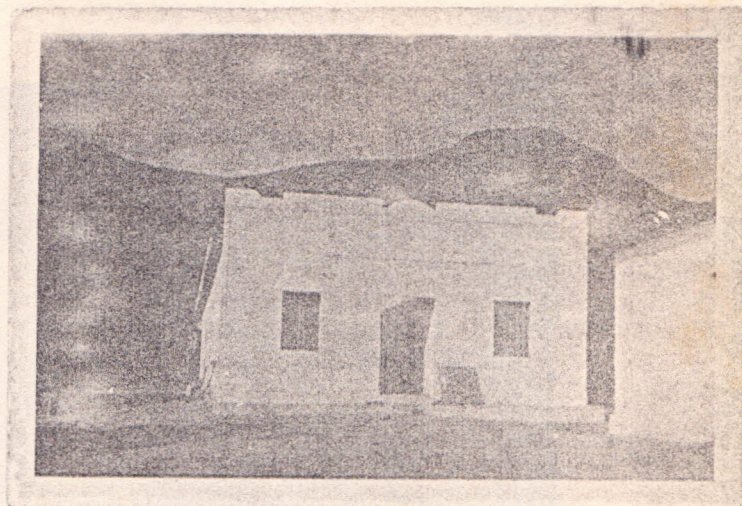


FOTO 3: Casa-Grande e prédio da antiga escola hoje, a primeira vista, quase nenhuma diferença. Apenas a ausência de uma das janelas do prédio da antiga escola, hoje residência de duas famílias.

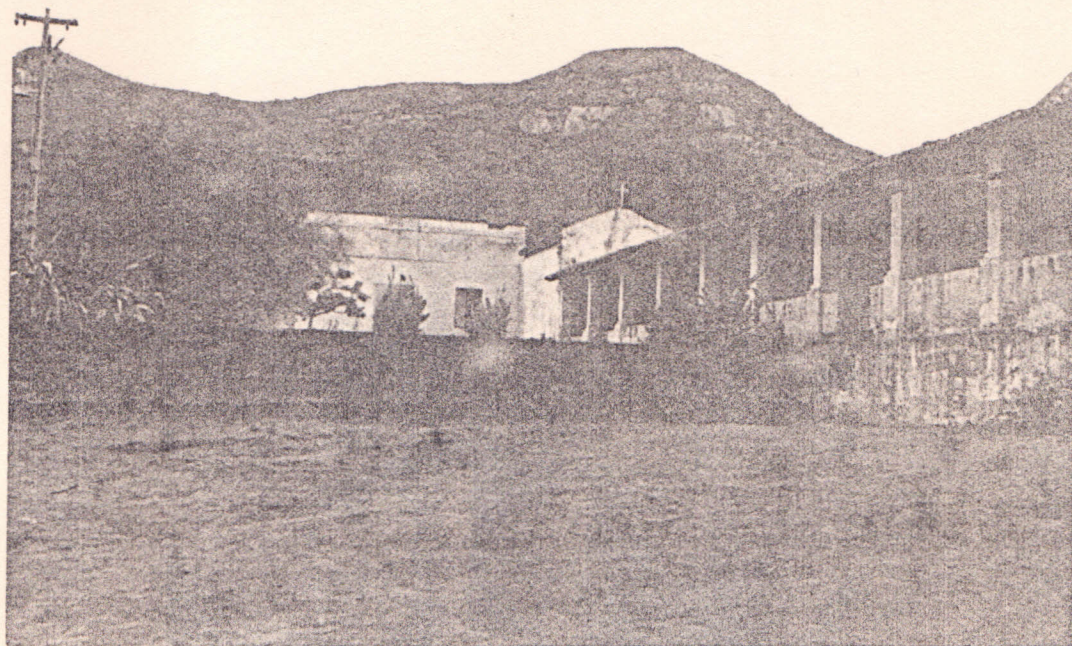


FOTO 4: Casa-Grande hoje, em outro ângulo. Vê-se, no final, uma cisterna construída pelo projeto.

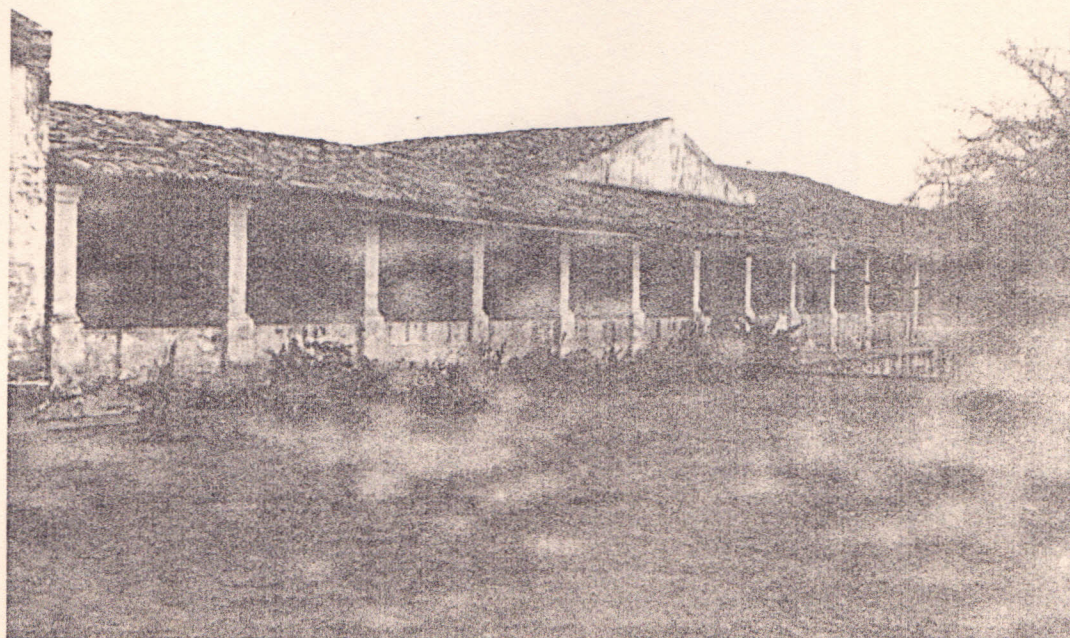


FOTO 5 : Caixa d'agua da SAPEL, única construção existente hoje, da SAPEL.

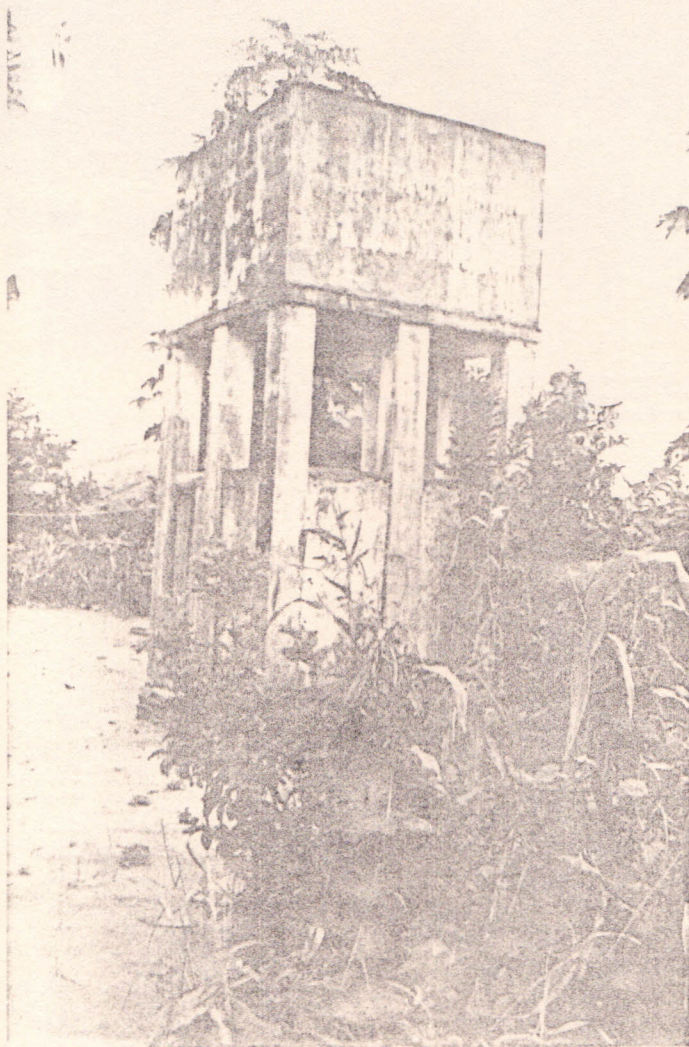
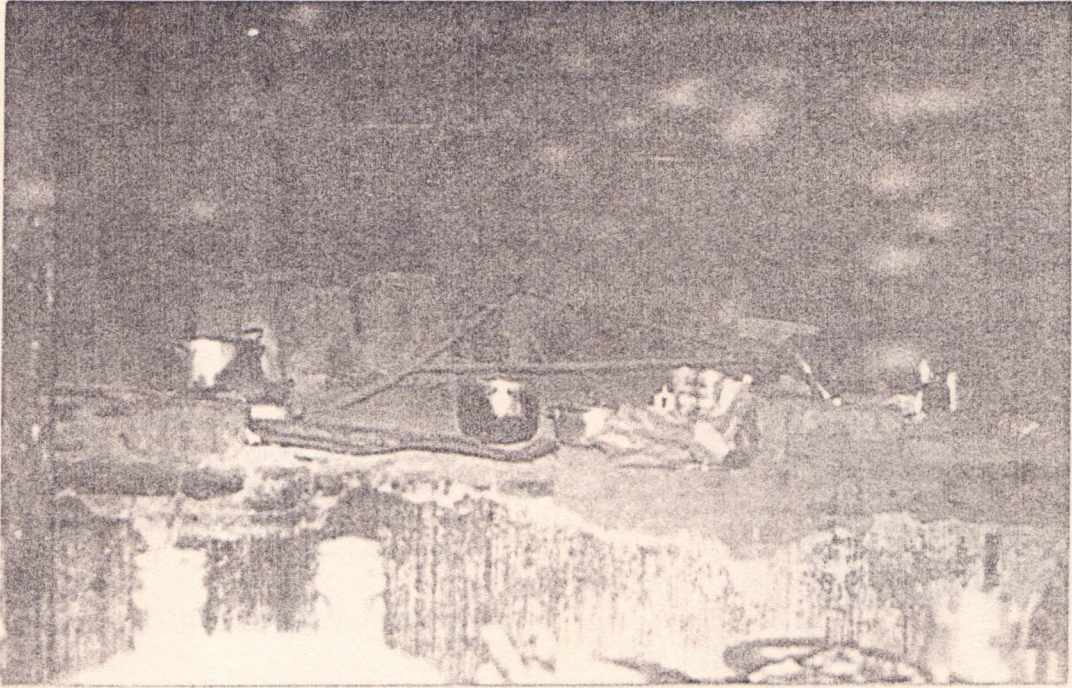


FOTO 6: Forno iniciado e não concluído de uma padaria que pretendia-se construir no interior da Casa-Grande.



## TERCEIRO GRUPO:

### HOMENS E MULHERES DO PROJETO CARQUEIJA

#### Foto 1: A ULTIMA PRESIDENTE

Fotografia 3x4 cm, da sra. Rute Martins Cruz, que presidiu o Clube de Mães nos últimos seis anos de sua existência (1969 a 1975). Foto cedida pela mesma.



#### Foto 2: PARTICIPANTES DO PROJETO

Esta foto registra cinco participantes do Projeto Carqueija, reconhecemos a sra. Iaiá e sua irmã Francisquinha Mesquita, nas extremidades da fotografia da esquerda para direita, respectivamente. O jovem não foi identificado.



#### Foto 3: DIRETORIA DA CAMICA

Vemos na foto abaixo, os seguintes componentes da diretoria da cooperativa, segundo depoimento de terceiros. Da esquerda para a direita de quem vê a foto temos: sr. Waldec Saraiva, sr. Luís Firmino, sr. Anastácio Mateus, sr. Narciso de Lima, sr. Teto, sr. João Firmino. O último, de chapéu na cabeça, não deu para identificar.



**Foto 4: HOMENS OBSERVAM ALGO**

Temos nesta foto uma visão do lado oposto da Casa-Grande, lado leste. Percebe-se um grande número de homens e meninos, observando alguma coisa muito interessante. Pelo que pude me informar tratava-se de uma cacimba que tentaram cavar naquele local, mas que não houve sucesso. A curiosidade fica por conta do tipo de construção, inédito no local. Identificamos o sr. João Firmino, presidente da cooperativa, no canto direito da casa, todo de branco.



**Foto 5: CRIANÇAS BRINCANDO DE RODA**

Esta foto mostra as meninas brincando de roda no pátio externo da escola. É no intervalo da aula, no "recreio", como se dizia. Nota-se nesta e nas fotos anteriores que são crianças simples, a maioria de sandália "japonesa", como eram chamadas as primeiras sandálias de borracha com cabresto.





Foto 6:

Professora Lourdenise Pinheiro Alves, primeira presidente do Clube de Mães e Diretora das Reunidas de Carqueija, desde sua fundação até 1970, quando transferiu-se para Capistrano.

Foto 7:

Dr. Raimundo Holanda Farias, coordenador geral do projeto, de 1965 até 1969.



## Foto 8 :

Alguns dos principais participantes do Projeto Carqueija nesta fotografia de 1972, em Capistrano, numa reunião com representantes de outras escolas e comunidades, vê-se:

da direita para a esquerda, fila de cima:

6<sup>ª</sup>. Estela Ribeiro, 10<sup>ª</sup>. Ruth Martins Cruz (presidente do Clube de Mães), 14<sup>º</sup>. Ivan (filho de morador local);

Fila da frente:

2<sup>ª</sup>. Paz Matos, 3<sup>ª</sup>. Galba Cruz (do Clube 45 e aluna da escola), 6<sup>ª</sup>. Fátima Mateus (professora da escola), 7<sup>ª</sup>. Maria Luiza Barbosa (membro da direção do Clube de Mães), 8<sup>º</sup>. Toinho (Antonio Alves Custódio), 9<sup>ª</sup>. Cleide Santos Custódio (membro da diretoria do Clube de Mães várias vezes), 10<sup>ª</sup>. Margarida da Mata, 11<sup>ª</sup>. Auristelina - filha do Alcides (barbeiro local).





FOTO 9: D. José de Medeiros Delgado, Arcebispo de Fortaleza. Sob seu bispado iniciou-se o Projeto Carqueija.



FOTO 10: Casal Pierre e Emília Aon, proprietários da fazenda doada à Igreja em 1930, que foi sede do Projeto Carqueija.



## QUARTO GRUPO: SUINOCULTURA

Foto 1: PORCA PARIDA

Vemos uma porca parida recentemente, em sua dependência, na porcilga. Os filhotes estão juntos no canto direito da foto no fundo. Observa-se que as instalações já começam a se deteriorar no momento desta foto, que não temos a data precisa.

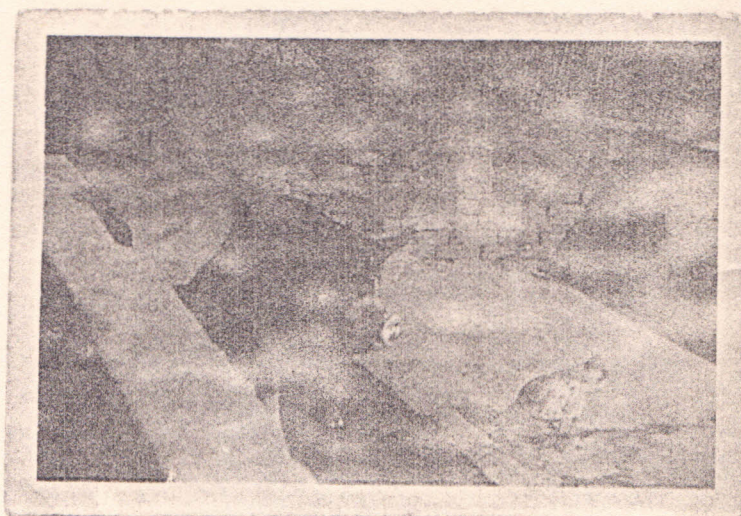
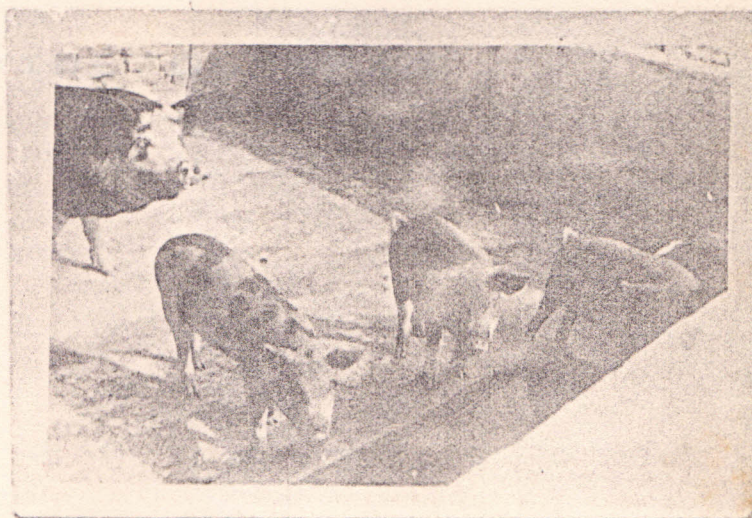


Foto 2: VISÃO PARCIAL DE UMA COUXEIRA

Vemos na foto um grupo de porcos aproximadamente da mesma idade, em sua couxeira, numa das dependências da porcilga. (Foto do álbum de Maria Suzete).



BIBLIOGRAFIA

## À GUISA DE CONCLUSÃO

A título de reflexão final gostaria de chamar atenção para três aspectos que entendemos ser da maior importância serem reiterados neste trabalho. Dizem respeito: 1) Registro de aspectos que contribuíram para a descontinuidade do Projeto Carqueija, no ritmo e com a estrutura inicial. Estas questões, são a essência deste relatório, que em última instância é o registro da história daquela comunidade, neste período específico. 2) Refere-se ao caráter de importação do modelo adotado em Carqueija e suas consequências. 3) Ao aspecto educativo do projeto Carqueija, que, enquanto experiência histórica, nos pareceu uma possibilidade vivenciada pela comunidade, dentro daquela máxima do "aprender fazendo."

### 1 - ASPECTOS DA DECADÊNCIA DO PROJETO CARQUEIJA

Até aqui, preferimos salientar mais o aspecto positivo da experiência vivida no projeto. Entretanto, cabe reafirmarmos alguns pontos que entendemos terem contribuído na desativação daqueles subprojetos mais ousados, como foi o caso da SAPEL, da CAMICA e o conseqüente fim do Projeto Carqueija.

No caso da SAPEL é evidente que um projeto do porte do instalado em Carqueija, nas condições já descritas dificilmente daria certo. Haviam alguns inconvenientes como já colocamos: distância e falta de transporte permanente para a capital; falta de qualidade na mão-de-obra local para empreender um projeto daquela natureza, e, ao mesmo tempo, falta de acompanhamento técnico permanente, *in loco*, haja vista que o agrônomo Raimundo Holanda, que não era veterinário, só estava presente alguns dias por semana, e nem todas as semanas. Com a sua saída do Ceará, as dificuldades se agravaram. Também a questão da água: segundo o administrador da SAPEL, Narcísio Lima, a água era de péssima qualidade (salgada), no que era prejudicial ao plantel. Tinha o problema de ser uma associação, este tipo de organização que ainda não era bem compreendido e praticado nem no meio urbano, quanto mais no rural. O fato de não se trabalhar para si individualmente, de certa forma, causou desestímulo, falta de interesse, e os problemas iam se acumulando. Mas o mais grave, no caso da SAPEL, foi o fato de se ter optado por um tipo de criação difícil de se tratar, que requeria um certo grau técnico e alimentação cara. Os sócios entrevistados, hoje percebem que se fosse bovino teria sido mais proveitoso e mais fácil o tratamento. Também a caprinocultura teria sido menos onerosa e mais propícia à região, pelo seu baixo índice de exigência. Com relação ao bovino, sentimos que o agricultor fala deste rebanho com um certo orgulho ou melhor com uma reverência,

ao passo que o suíno é uma criação de segunda categoria, para eles. Entretanto não aprofundamos esta relação. Tudo isso teria contribuído para o descontrole do programa, agravado com a gestão administrativa e financeira, que não foi bem orientada, acompanhada, e faltou qualidade técnica.

Quanto à Cooperativa, o que mais contribuiu para o seu fracasso prematuro foi a falta de recursos. Evidentemente que inserida em uma localidade de pessoas de baixa renda, sem a injeção permanente de recursos por órgãos do governo, tenderia à falência. Foi mais um ideal a criação da CAMICA, do que um projeto dentro da realidade econômica daquele momento, na localidade.

Os grupos Quatro S e Clube de Mães, perduraram enquanto os órgãos externos que os patrocinavam, no caso a ANCAR, e a Caritas Diocesana, respectivamente, deram este apoio. No momento que estes grupos se afastaram do local, cessou a vida dos grupos. A comunidade não conseguiu absorver a filosofia destes grupos, dentro do modelo e da disciplina imposta pelos organizadores externos. Aliás, só aderiu a estes no momento em que estava havendo retorno.

Com sindicato foi diferente, pois dizia respeito aos trabalhadores rurais de todo o município. Mas mesmo este se manteve no início devido ao seu caráter assistencialista. A partir de 1970, com o FUNRURAL, os hospitais começaram a receber pacientes encaminhados pelo sindicatos, então filiar-se ao sindicato e pagar a mensalidade era um ato previdenciário. Por outro lado havia a possibilidade de

aposentadoria, que era facilitada pelo sindicato. Este porém não é um caso específico de Capistrano, se dá a nível nacional.

A manutenção da Escola foi uma exigência da comunidade perante a Prefeitura, que deu as costas para o Projeto Carqueija. Aliás a Prefeitura de Capistrano não teve nenhuma ação positiva em Carqueija na época do projeto. Reinava na administração municipal a mediocridade e o interesse mesquinho, o clientelismo na sua forma mais brutal. A própria prefeitura não tinha projeto algum, não pagava os seus funcionários em dia, atrasava até três meses e a máquina administrativa ficava nas mãos dos apadrinhados dos prefeitos. O fato de assumir a escola foi por uma questão de contingência eleitoral, mas o fez sem nenhum tipo de incentivo, de melhoramento nas instalações etc <sup>(4)</sup>.

Todas estas questões contribuíram para o fracasso ou desaceleração dos programas instituídos pelo Projeto Carqueija. Quanto às festividades elas eram uma decorrência dos outros programas. Na hora em que os grupos foram sendo desativados, as festividades, na Casa-Grande, foram igualmente deixando de existir, passando a ocorrer somente a missa, e até esta pouco tem sido celebrada no local. Entretanto o espírito lúdico do povo continuou em outras manifestações, diluído na própria comunidade. Com a eletrificação da região, o problema da diversão melhorou significativamente, pois proporcionou a vinda da televisão e

(1) Estamos nos referindo ao período em estudo, 1965 a 1975.



facilitou a realização de festas, quermesses e outras atividades lúdicas na comunidade.

## 2 - A IMPORTACÃO DE UM MODELO

A idéia central que norteou o Projeto Carqueija foi a do desenvolvimento comunitário, uma forma de introduzir a modernização no interior do Brasil, conforma já ressaltamos anteriormente. Entretanto, cabe ressaltar que este projeto tinha como referencial o modelo capitalista das economias centrais, dos países do Primeiro Mundo, onde o capitalismo está em sua fase avançada. Para os teóricos deste modelo:

"Os processos econômicos são concebidos como se fossem parte de um sistema natural. Descoberto um princípio explicativo, ele teria valor para todos os sistemas e econômicos. Acresce que, se tais princípios são válidos para as "economias centrais", entende-se que eles deveriam aplicar-se igualmente às economias periféricas, que absorvem os padrões, as instituições e as técnicas das economias centrais. Contudo há uma diferença óbvia entre as economias centrais e hegemônicas e as economias periféricas e heteromônicas. Essa diferença consiste em que as segundas são caudatórias das primeiras e se organizam para beneficiar de uma forma ou de outra o seu desenvolvimento" (Fernandes, Florestan, 1975, p. 181).

Conclui-se que o modelo de desenvolvimento importado, colocado nuclearmente em uma pequena comunidade interiorana de um país, uma região com características sócio/econômicas completamente adversas às da origem deste modelo, é uma fórmula que tende a falir, do ponto de vista dos objetivos daqueles que o conceberam. O que não nega a nossa tese de proporcionar muitos ganhos à comunidade beneficiada, no caso, saldo da comunidade beneficiada com o Projeto Carqueija foi o da organização e conscientização da mesma.

O que queremos dizer é que para desenvolver o interior, ou seja, mudar o padrão de vida sub humano do homem do campo (que é o que estamos estudando) e da periferia das grandes cidades, o modelo de desenvolvimento de comunidade isolada de políticas globais que modifiquem radicalmente a estrutura agrária, que é latifundiária, e a estrutura econômica que é concentradora, o modelo educacional, que é excludente, não conseguirá reverter o quadro de miséria em que vivia e ainda vive o homem do campo, que sem alternativa migra, continuamente, para as capitais.

### 3 -- APRENDER FAZENDO: A CONSTRUÇÃO DE UM SABER POPULAR

Estamos seguros de que um importante método para a politização, aprendizagem técnica e educação do homem, é o "aprender fazendo". Na caminhada do homem do campo, no caso particular dos camponeses de Carqueija, o que de mais

positivo podemos encontrar em sua história é a tentativa de acertar. Significa a busca de novos caminhos, ainda que guiados ou orientados por pessoas e instituições externas ao seu meio e à sua condição de classe, ou com interesses diferentes. Num balanço final, podemos inferir que o Projeto Carqueija deixou um legado de experiência política e de vida comunitária aos seus participantes. E, por conseguinte, um saber produzido na luta do cotidiano, na procura de sua libertação, na busca de melhores condições de vida, digna e compatível com o gênero humano. Os erros e acertos nesta caminhada são inerentes ao seu aprendizado que é difícil de ser avaliado.

No caso estudado, entendemos que a melhor contribuição que o Projeto Carqueija deixou foi uma abertura para que as pessoas da localidade se organizassem, procurassem resolver os seus problemas em comunidade, utilizando o método da reunião constante, do debate etc. Apesar do esforço da Igreja, enquanto instituição hegemônica, em conduzir os passos da comunidade, controlar os grupos pioneiros, chegou um momento em que este poder se esvaziou e a comunidade aprendeu o método de organização. De posse deste saber, a comunidade, composta na sua grande maioria de trabalhadores rurais, passou a atuar sobre diversos ângulos, como por exemplo: na luta pela repartição da terra, posto que descobrira que era inviável para os seus interesses continuar na condição de moradores da fazenda, sem título de propriedade, pois isto lhes impedia, na prática, adquirir

qualquer empréstimo agrícola, por exemplo. De outra parte, não seria confiável, deixar para depois a resolução de um problema destes, mesmo porque no meio eclesialístico havia um setor que fazia uma forte oposição à repartição da terra, (2) e este setor uma vez no poder poderia dificultar esta transferência. Como já nos referimos anteriormente é um desejo, uma aspiração do homem do campo a posse da terra, neste contexto, a experiência de reunir-se para debater, para discutir problemas, favoreceu aos moradores, instrumentalizando-os para uma luta mais concreta e do seu interesse: a luta pela repartição da fazenda da Arquidiocese.

Convém ressaltar o papel do sindicato nesta luta. Portanto, mais uma vez, vemos aí um instrumento de luta nascido no seio da comunidade local contribuir para a sua própria emancipação perante a instituição que o criou. Apesar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capistrano não ser dos mais tradicionais nas lutas camponesas locais, neste embate não teve outro caminho senão apoiar seus associados, que enfim foram os seus criadores.

Outro aspecto que fortalece nossa convicção de que foi sensível a contribuição do Projeto Carqueija para a formação política e educacional de sua gente, é com relação ao

(2) Os que eram contrários à repartição da terra dificultavam (e ainda dificultam) o desenrolar deste processo. Figura como membro deste grupo o Pe. Giovanni Sabóia, ex-vigário de Capistrano, membro do Projeto Carqueija, como representante do Ministério da Agricultura na época, e depois do INCRA, onde alcançou a direção regional no governo.

relativo sucesso de iniciativas posteriores nesta mesma linha de Ação Comunitária. Um exemplo concreto, neste sentido, é o caso do Projeto São Vicente que tem sido bem gerenciado pelo grupo de moradores da comunidade, que são, na sua maioria, os mesmos, acrescidos de seus descendentes, que participaram do Projeto Carqueija. No grupo denominado Carqueija I, que fica no centro da comunidade, ao contrário de outros na região, o trabalho vem dando certo e a "reunião", a discussão em grupo, tem sido o que mais contribuiu para este sucesso. Neste grupo as decisões são tomadas em reunião, desde a compra de equipamentos, até a sua instalação e uso (3).

É evidente, também, que ficou alguma coisa positiva, em relação às pequenas técnicas agrícolas incentivadas pelos diversos programas do Projeto Carqueija. A diversificação da agricultura local, plantando-se pimentão, tomate, urucum, milho, alho, etc, quando no período do projeto, ou melhor, quando do seu início, só se produzia milho, feijão e algodão. É claro que concorreram para isso outros fatores, como o crescimento urbano de Fortaleza e o conseqüente mercado consumidor; por outro lado, contribuiu também o extensionismo rural continuado pelo governo do Estado. Hoje a própria televisão já dá esclarecimentos sobre como

(3) Nos baseamos em conversações que tivemos com moradores, após alguns encontros que mantivemos com eles e nas entrevistas, especialmente no depoimento do trabalhador Luís Saraiva Neto.

produzir e os cuidados que se deve tomar, etc.<sup>(4)</sup> Entretanto estes dois aspectos tiveram solo fértil na região, que passara por uma experiência rica em extensão rural. Esta herança foi proporcionada, sem dúvida nenhuma pelos grupos atuantes nesta área, como a SAPEL, o CLUBE QUATRO S, e a própria COOPERATIVA, mesmo com a efemeridade que lhes marcou a existência.

Um outro aspecto que queremos realçar neste final é o da educação fundamental, proporcionado pelas Escolas Noturnas e pelas Escolas Reunidas. A escola em Carqueija teve um papel importante na formação educacional dos filhos dos moradores locais, instruindo aquelas que são as professoras da localidade hoje, e contribuindo para a formação de dezenas de jovens e adultos que de lá saíram para concluir o segundo grau e até faculdade em outras cidades, e hoje estão atuando na vida pública e privada do nosso Estado e fora dele.

Por fim, podemos assegurar que, do ponto de vista da educação popular, o Projeto Carqueija foi uma grande experiência educativa para os seus participantes. Os ensinamentos técnicos, as tentativas de organização, a vivência em cada grupo, os erros cometidos e as decepções

(4) Devemos ressaltar que houve um problema muito sério na economia cearense a partir de 1983 que foi a praga do bicudo, que forçou o agricultor a tomar outras providências, buscar alternativas etc. Apesar de não termos estudado este período, supomos que ele proporcionou alguma mudança de hábito na agricultura e, em particular, em Carqueija, tendo aquelas iniciativas, da época do projeto contribuído para essa nova fase. Mas isso será motivo de uma nova pesquisa.

vivenciadas, contribuíram e irão contribuir para a organização, a elevação cultural dos participantes do projeto. De outra parte, o registro desta experiência, a discussão dela no meio comunitário, com as novas gerações, certamente favorecerão a este aprendizado educativo das pessoas da localidade.

CONCLUSÃO



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ALVES, Francisco Artur Pinheiro, Síntese da História Política de Capistrano, Fortaleza, 1985, Monografia, datilografada
- 2 - AMMAN, Safira Bezerra, Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. São Paulo, Cortez, 1981.
- 3 - ARGUMENTO, Manuel Alberto. Relação Educação e Trabalho - O Caso das Técnicas Agrícolas no Estado do Ceará. Fortaleza, 1985, Dissertação de Mestrado.
- 4 - BITTENCOURT, Circe,
- 5 - BURSZTYN, Marcel; O Poder dos Donos, planejamento e clientelismo no nordeste. Petrópolis, Editora Vozes, 1985, segunda edição.
- 6 - CARDOSO, Ciro Flamarion S.; Uma Introdução à História. São Paulo, Brasiliense, 1986, sexta edição.
- 7 - CUNHA, Luiz Antonio e GOES, Moacir, Os Movimentos de Cultura Popular, in O Golpe na Educação. Jorge Zahar Editor, 1985.

68

8 - COSTA, Beatriz. Para Analisar Uma Prática de Educação Popular, in Cadernos de Educação Popular - 1, quarta edição. Petrópolis, Vozes & Nova, 1984.

9 - DEMO, Pedro, Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo, Atlas, 1985.

10 - DOMINGUES, Joelza Ester e LEITE, Loyola Paranhos. Brasil uma Perspectiva Histórica - Segundo Reinado e República. São Paulo, FTD, 1983.

11 - FAZENDA, Ivani (organizadora) e outros; Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo, Cortez, 1989.

12 - FAVERO, Osmar. Memória Histórica do Movimento de Educação de Base, 1961-1971. São Paulo, PUC, 1982 - Tese de Doutorado.

13 - Organização Cultura Popular e Educação Popular, Memória dos anos 60, Rio de Janeiro: Graal, 1983.

14 - FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, 1975. Zahar Editores.

15 - FIRTH; Raymond; Elementos de Organização Social - Antropologia Social (Tradução de Dora Flaksman e Sérgio Flaksman). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

16 - FREIRE, Paulo; A Alfabetização de Adultos: é um Que Fazer Neutro? in Revista Educação e Sociedade, CEDES Nº.1 setembro de 1978.

17 - GADDOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo, Ática, 1978.

18 - HELLER, Agnes; O Cotidiano e a História, tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konde. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, terceira edição.

19 - MAIA, Isaura e Amélia de Sousa Rosado. Engenheiro Agrônomo: Formação Universitária X Experiência Profissional no Contexto do Desenvolvimento Rural. Fortaleza, 1984 - Dissertação de Mestrado.

20 - MOCHOCOVICH, Luna Galano; Gramsci e a Escola. São Paulo, Ática, 1989.

21 - LE GOFF, Jacques. A História Nova (Tradução: Eduardo Brandão). São Paulo, Martins Fontes, 1990.

22 - LOPES, Eliane Marta Teixeira; Perspectivas Históricas da Educação. São Paulo, Atica, 1989, segunda edição, série Princípios.

- 23 - KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, segunda edição.
- 24 - KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo, Ática, 1989, Série Princípios.
- 25 - PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo, Edições Loyola, 1987.
- 26 - Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista. Fortaleza, coedição Civilização Brasileira e Edições UFC.
- 27 - PARENTE, Josênio Camelo. *O Movimento Operário Cearense na Primeira República* in Sousa, Simone - *História do Ceará*, Fortaleza, Edições UFC e Fundação Demócrito Rocha, 1989.
- 28 - PONTE, Sebastião Rogério da. *A Legião Cearense do Trabalho*. in Sousa, Simone - *História do Ceará*, Fortaleza, edições UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1989.
- 29 - RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil - Introdução Metodológica*. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.
- 30 - SADER, éder e GARCIA, M. Aurélio. *Do Populismo ao Militarismo*. In éder Sader, *Um Rumor de Botas*.

31 - VIEIRA, Maria do Pilar Araújo e Outros; A Pesquisa em História. Série Princípios. São Paulo, Ática, 1989.

32 - WANDERLEY, Luís Eduardo (organizador) e outros; A Questão Política da Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1984.

33 - -Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular - Conferência - Datilografada.

## FONTES DIVERSAS:

- 1- ANCAR-CE, Plano Integrado entre a Secretaria de Educação do Ceará e o Serviço de Extensão Rural do Ceará - ANCAR-Ceará. Fortaleza, ANCAR-CE, 1968, datilografado.
  
- 2 - Sugestões Para o Trabalho com a Juventude Rural, Fortaleza: ANCAR-CE, 1969, mimeo.
  
- 3 - Projeto de Treinamento e Uso de Líderes Rurais. Fortaleza: ANCAR-CE, 1967. datilografado.
  
- 4 - Certidões do Cartório do segundo Ofício de Baturité comprovando:
  - 4.1 Aquisição do Sítio São Pedro, Lagoa Seca e Pau de Sebo, por parte da Arquidiocese de Fortaleza em 1930.
  - 4.2 Aquisição por parte da Cooperativa Agrícola Mista de Carqueija de uma propriedade de 15000 m<sup>2</sup> com as benfeitorias.
  - 4.3 Aquisição por parte da Sociedade Agropecuária SAPEL, da propriedade para sua instalação, cuja área é de 110 ha.
  
- 5 - Livro de Atas do Clube de Mães D. Francisca Delgado, de 1965 a 1969.
  
- 6 - Jornal O POVO - ano de 1965 - pág. "Interior".

7 - Jornal "Correio da Semana", Arquidiocese de Sobral, 1965  
- microfilmado pelo Núcleo de Microfilmagem da Secretaria de  
Cultura do Ceará.

8 - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -  
CENSOS de 1960, 1970, 1980 (Ceará).

9 - ALVES, Francisco Artur Pinheiro. Uma História de  
Carqueija, Quixadá. Edição do Autor, Literatura de Cordel,  
1990.

## PESSOAS ENTREVISTADAS

Para se ter uma idéia do grau de representatividade das pessoas entrevistadas, em relação ao Projeto Carqueija, registramos o tipo de participação que teve direta ou indiretamente no mesmo.

1. Manuel Tavares do Nascimento conhecido como MANEL RUFINO. Foi um dos participantes ativos do projeto Carqueija, fez parte da SAPEL, do Sindicato, chegando a ser seu presidente.

2. Alice

3. Isaide

4. Manuel conhecido como Manim Anjo, também participou da SAPEL e do movimento de Carqueija como um todo. Era morador da fazenda da Arquidiocese.

5. José Nilton, conhecido como Zé Nilton, filho de moradores da comunidade, viu tudo como criança, chegou a participar do Clube Quatro S.

6. Helena Uchoa, caseira do fazendeiro Pierre Aon desde criança, conta, com muita lucidez, como era o seu patrão. Apesar de ser da casa da fazenda, não ficou com um pedaço de terra como os demais.



7. Nazaré Alves dos Santos, membro do Clube de Mães já na fase de decadência do Projeto.

8. Francisca Viana membro do Clube de mães

9. José Ailo aluno da escola já no fim do projeto.

10. Luís Saraiva Neto, mais conhecido por Luís Anjo, irmão do Manim, participou do projeto com seu pai Francisco Saraiva (Chico Anjo) um dos mais antigos moradores da localidade. Luís é atualmente um dos coordenadores do projeto São Vicente.

11. Manuel Alves Custódio, conhecido na comunidade como Sinoca, foi participante do Projeto Carqueija desde o início, foi membro da SAPEL e um dos beneficiados com a divisão da terra

12. Domingos Sávio Pinheiro Alves conhecido como Sassá, participou do projeto como professor da Escola Radiofônica do MEB, além das festividades lúdicas como membro ativo.

13. Antonio Alves Custódio, conhecido com Toinho Ramos, foi membro ativo do Projeto Carqueija, atuou como gerente da fazenda e foi um dos fundadores do sindicato, sendo seu primeiro presidente.

14. Maria Suzete Santos conhecida como Maete, foi professora do MEB e da Escola além de ser uma das coordenadoras do Clube Quatro S.

15. Rute Martins de Lima Cruz, participou do Projeto Carqueija desde o princípio, sempre no Clube de Mães foi sua presidente de 1969 até 1975, quando o mesmo deixou de existir.

16. Lourdenise Pinheiro Alves, foi uma das fundadoras do Projeto, primeira presidente do Clube de Mães e dirigente da Escola até 1969.

17. Raimundo Narciso de Lima, foi um dos coordenadores da SAPEL, chegando a ser o gerente da porcilga.

18. José Olavo Rodrigues, ex-padre, foi o secretário particular de D. Delgado.

19. Raimundo Holanda Farias, foi o grande articulador do Projeto Carqueija, a quem o arcebispo confiou a coordenação do mesmo, cargo que ocupou até 1969.

20. Marineuda

21. Dulce

## ABREVIATURAS

D.S.P.A. - Domingos Sávio Pinheiro Alves

L.P.A. - Lourdenise Pinheiro Alves

M.A.C. - Manuel Alves Custódio

M.S.S. - Maria Suzete Santos

M.T.N. - Manuel Tavares do Nascimento

R.H.F. - Raimundo Holanda Farias

R.N.L. - Raimundo Narciso de Lima

ANEXOS

## ANEXO 1

Ata de Fundação do Clube (de Mães) D. Francisca Delgado do Centro Comunitário) de Carqueija em Capistrano -

Aos 12 dias do mês de junho de 196(5)... no prédio do Centro Comunitário de Carqueija, reuniu-se um grupo de senhoras, com o ... de fundar e instalar um Clube de Mães. Inicialmente foi apresentado um estatuto ao ... para ser discutido item por item, o que ... pela leitura da extensionista da ANCAR-Baturité, senhorita Jóia Monteiro. Depois de lido o estatuto e aprovado pelo grupo. Depois usou (da) palavra o Dr. Raimundo Holanda Farias, presidente do centro, que elogiou a iniciativa daquelas senhoras, ao mesmo tempo que ... a ajuda ao Clube. Terminou suas palavras agradecendo ao grupo pela a ajuda que aquelas ... senhoras prestando ao Centro e a Fundação João XXIII. Em seguida procedeu-se a eleição da diretoria do Clube, tendo sido eleita por aclamação e formada pelas seguintes sócias: Presidente: D. Lourdenise Pinheiro Alves; vice-presidente: D. Belisa F(irmino); Secretária D. Cleide Santos Custódio; Tesoureira D. Maria Zená Pereira; Zeladora- Francisca Alves Viana; Conselho Fiscal D. Terezinha Batista R..., Maria Luiza Barbosa, Ruth Martins Cruz. Em seguida foi escolhido um nome para o Clube por indicação (do dr.) Raimundo, tendo sido aceito por unanimidade. Ficou marcada uma reunião da diretoria para estudo ... dia da posse. Nada mais havendo a tratar ... encerrada a sessão e ... , ... secretária ad hoc lavrei ... , ... assinada por toda a diretoria ... Lourdenise Pinheiro Alves, Maria Belisa Firmino Cleide Santos Custódio, Maria Zená Pereira Francisca Oliveira Viana.

Carqueija, 15 de junho de 1965.

Presidente: Lourdenise Pinheiro Alves  
 Vice-presidente- Maria Belisa Santos  
 Secretária- Cleide Santos Custódio  
 Tesoureira- Maria Zená Pereira  
 Zeladora- Francisquinha Oliveira Viana  
 Fiscal- Rute Martins Cruz  
 Fiscal- Maria Luísa Barbosa Alves  
 Fiscal- Teresinha Batista Rodrigues.

A presente ata foi retirada do livro de Atas do Clube de Mães, o qual se encontra em poder do pesquisador. As reticências e os nomes entre parênteses foram recursos utilizados pelo pesquisador para preencher as palavras dos espaços estragados da folha do livro, que teve sua margem direita danificada.



DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA AO COOPERATIVISMO  
E ORGANIZAÇÃO RURAL

CERTIFICADO DE REGISTRO

CERTIFICO ter sido registrada sob o n.º 318, em 22 de  
OUTUBRO de 1965, a Sociedade Cooperativa de responsabi-  
lidade LIMITADA, denominada: COOPERATIVA  
AGRICOLA MISTA DE CARUJUIA-CAPISTRANO

sediada em CAPISTRANO  
Estado do Ceará, constituída em 18 de JULHO de 1965, de  
acôrdo com o Dec. lei n.º 22.239 de 19 DEZEMBRO de 1952,  
e com a área de ação circunscrita AOS MUNICÍPIOS DE CAPISTRANO,  
ARACOLABA, DATURITÊ, ITAPIUNA E ARATUBA NO ESTADO DO CEA  
RA

O referido é verdade; dou fé. Eu TEREZINHA BEZERRA  
GUERRA

funcionário encarregado do registro o certifico e assino.

Fortaleza, 22 de outubro de 1965

*Terezinha Bezerra Guerra*

VISTO:

*Alcides C. F. ...*  
Diretor

CONFERE:

*Idnilo L. ...*  
Diretor da Divisão de Assistência ao  
Cooperativismo

VISTO:

*Evaldo ...*  
Secretário de Agr., Indústria e Comércio

CARTÓRIO "NELSON LIMA" 2.º OFÍCIO  
Av. Dom Bosco, 653 — Fone: 347-0306  
CEP - 62.760 — CX. POSTAL 005  
BATORITÉ — CEARÁ

FLS 01 - 181  
2.º Cartório  
Baturité - Ce

ESTADO DO CEARÁ  
COMARCA DE BATORITÉ

ANTÔNIO NELSON DE LIMA, Titular e Oficial de Imóveis, Títulos e Documentos, Protestos de Títulos, Tabelião de Notas e Anexos, do Cartório do Segundo Ofício da sede da Comarca de Baturité - Ceará, por nomeação legal, na forma da lei, etc.,  
PAULO CÉSAR CAVALCANTE LIMA, Escrevente Substituto, por nomeação legal, na forma da lei, etc.,

CARTÓRIO "NELSON LIMA" 2.º OFÍCIO  
ANTÔNIO NELSON CAVALCANTE LIMA  
Titular Efetivo  
CEP 62760 - BATORITÉ - CE.

:- CERTIDÃO IMOBILIÁRIA :-

CERTIFICO, para fins e efeitos legais, que dando busca em meu Cartório, Setor Imobiliário, encotrei no Livro 3-J, fls. 27ev, o registro seguintes:- Nº DE ORDEM:- 11.066. DATA:- 18.2.66. CIRCUSCRIÇÃO:- Baturité. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO:- "São Pedro", situado no lugar "Carqueija", do município de Capistrano, desta Comarca. CARACTERISTICOS E CONFRONTAÇÕES:- A casa, de tijolo e telhas(sede), do sitio denominado "São Pedro", situado no lugar "Carqueija", do Município de Capistrano, desta Comarca, e o terreno onde a mesma se acha encravada, medindo esse terreno quinze Mil Metros quadrados(15.000m2) ou seja um hectare e meio, e assim extremado:- ao Nascente, poente, norte e sul, com terras restantes do referido sitio que assim se extrema em uma totalidade:- ao nascente, com terras de Francisco Firmino dos Santos; ao poente com terras de Francisco Araujo Sobrinho, Angelo Ferreira, Antonio Batista e herdeiros de Manoel dos Reis de Araujo, digo de Andrade; ao sul, com terras de Manoel de Araujo e João Morbrto; e ao norte, com terras de Marcos Matheus, herdeiros de Antonio Saraiva, herdeiros de Antonio José dos Santos e o Riacho dos Boi, cuja sitio mede em sua totalidade, aproximadamente, cento e sessenta e oito hectares(168ha), adquirido por compra na conformidade da transcrição número seis mil, setecentos e quarenta e oito(6.748), do Cartório Imobiliário desta Comarca. NOME, DOMICILIO, PROFISSÃO ESTADO E RESIDENCIA DO ADQUIRENTE:- A Cooperativa Agricola Mista de Carqueija, com sede no lugar do mesmo nome, do Município de Capistrano, desta Comarca. NOME, DOMICILIO, ESTADO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE:- A Arquidiocese Metropolitana de Fortaleza, representada por seu Arcebispo Dom José de Medeiros Delgado. TITULO DE TRANSMISSÃO:- Doação pura e simples. FORMA DO TITULO, DATA E SERVENTUARIO:- Escritura pública lavrada em notas deste Cartório, em data de hoje(18.2.19-66), pelo Escrevente Substituto- Luiz Castelo Branco dos Santos. VALOR DO CONTRATO:- Cr\$ 10.000.00(Dez Milhões de Cruzeiros). CONDIÇÕES DO CONTRACTO:- não há. O Sub-Oficial José Ferreira Lima, Subg

crevo. No imp. de Oficial - O Escrevente Substituto. Luis Castelo  
Branco dos Santos. AVERBAÇÕES: Nada consta. Esté conforme. Dou'  
fô.

BATORIC (u) *Oh* *07* de 19 *81*

*u*  
Antonio Nelson Cavalcante Lima  
Titular do 2º Cartorio

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
ANTONIO NELSON CAVALCANTE LIMA  
Titular Eletivo  
CEP 62760 - BATORITÉ - CE.



CARTÓRIO "NELSON LIMA" 2.º OFÍCIO  
Av. Dom Bosco, 653 — Fone: 347-0306  
CEP - 62.760 — CX. POSTAL 005  
BATURITÉ — CEARÁ

ESTADO DO CEARÁ  
COMARCA DE BATURITÉ

ANTÔNIO NELSON DE LIMA, Titular e Oficial de Imóveis, Títulos e Documentos, Protestos de Títulos, Tabelião de Notas e Anexos, do Cartório do Segundo Ofício da sede da Comarca de Baturité - Ceará, por nomeação legal, na forma da lei, etc.,

PAULO CÉSAR CAVALCANTE LIMA, Escrevente Substituto, por nomeação legal, na forma da lei, etc.,

CARTÓRIO D: 2º OFÍCIO  
ANTONIO NELSON CAVALCANTE LIMA  
Titular Efetivo  
CEP 62760 - BATURITÉ - CE.

CERTIFICAÇÃO IMOBILIÁRIA:-

CERTIFICO, para fins e efeitos legais, que dan do busca em meu Cartório, Setor Imobiliário, encontrei no Livro 3-J, fls. 42, e registro seguinte:- Nº de Ordem:- 11.120. DATA:- 20.5.66. CIRCUNSCRIÇÃO:- BATURITÉ. DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO:- "São Pedro", situado no lugar "Carqueija", do Município de Capistrano, desta Comarca. CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES:- Um(1) terreno denominado "São Pedro", com benfeitorias, situado no lugar "Carqueija", do município de Capistrano, desta Comarca, medindo cento e dez(110) hectares, e assim extremado: ao Norte, com terras de sítio "São Pedro", da Arquidiocese Metropolitana de Fortaleza, em cercas de arame e marcos de pedra; ao Sul, com terras de João Firmino dos Santos e herdeiros dos Sarsiva; ao Nascente, com terras do aludido Sítio "São Pedro" e terras de João Firmino dos Santos, em cercas de arame e marcos de Pedra; e, ao Poente, com terras de Raimundo Alves, em cercas de Pedra, digo, cercas de arame e marcos de pedra, de sítio denominado "São Pedro", outrora "Carqueija", situado no lugar "Carqueija", do Município de Capistrano, desta Comarca, adquirido na conformidade da transcrição nº 6.748, deste Cartório. NOME, DOMICÍLIO, PROFISSÃO ESTADO E RESIDÊNCIA DO ADQUIRENTE:- Sociedade Agropecuária Limitada "SAPEL", com sede no lugar "Carqueija", do Município de Capistrano, desta Comarca, sociedade por quotas de responsabilidade limitada. NOME, DOMICÍLIO, ESTADO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE:- A Arquidiocese Metropolitana de Fortaleza, representado por dom José de Medeiros Delgado, Arcebispo Metropolitano. TÍTULO DE TRANSMISSÃO:- Incorporação. FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO:- Escritura pública de constituição de sociedade por cotas de responsabilidade limitada lavrada em notas deste Cartório pelo escrevente Substituto - Luis Castelo Branco dos Santos, em data de hoje (20.5.1.966). VALOR DO CONTRACTO:- Cr\$ 10.000.000(Dez Milhões de Cruzeiros). CONDIÇÕES DO CONTRACTO:- não há. digo, CONDIÇÕES DO CONTRACTO:- A "

quantia de Cr\$ 10.000.000 (dez Milhões de Cruzeiros) como justa de capacidade transitada no adquirente é objeto da incorporação de imóvel ora transcrito. O Sub Oficial- José Ferreira Lima. Subscreve' No imp. e cSSIONAL do Oficial- O Escrevente Substituto Luis Castelo Branco dos Santos. AVERBAÇÕES:- Certifico e dou fé que, nos termos da escritura pública de transformação de sociedade por quotas' de responsabilidade limitada em sociedade anônima, lavrada em Actas desta Cartório em data de quinze (15) de corrente, firmado pelos " quotistas que compoem a Sociedade Agro-Pecuária Limitada SAPEL , com sede no lugar "Carqueija", do Município de Capistrano desta " comarca, adquirente do imóvel objeto desta transcrição (11.120) para ser a formar uma sociedade anônima, recebendo a denominação de Companhia Agro-Pecuária de Carqueija, com sede no mesmo lugar, respondendo esta pela ativa e passiva da sociedade transformada. O referido é verdade. Dou fé. Baturité, 23 de junho de 1.967, O Sub-Oficial:- Maria Joselia Ferreira, Subscreve. Resp. pelo cargo de Oficial O Escrevente Substituto:- Luis Castelo Branco dos Santos." Está conforme. Dou fé.

DATUM (CL) 04 de 07 de 1971

Antonio Nilson Cavalcante Lima  
 Titular do 2º Cartório  
 CEP 62737-53-34

CARTÓRIO D. 2º OFÍCIO  
 ANTONIO NILSON CAVALCANTE LIMA  
 Titular Titulo  
 CEP 62760 - BATURITÉ - CE.

**CARTÓRIO "NELSON LIMA" 2.º OFÍCIO**  
 Av. Dom Bosco, 653 — Fone: 347-0306  
 CEP - 62.760 — CX. POSTAL 005  
 BATURITÉ — CEARÁ

2.º Cartório  
 Baturité - Ce

ESTADO DO CEARÁ  
 COMARCA DE BATURITÉ

ANTÔNIO NELSON DE LIMA, Titular e Oficial de Imóveis, Títulos e Documentos, Protestos de Títulos, Tabelião de Notas e Anexos, do Cartório do Segundo Ofício da sede da Comarca de Baturité - Ceará, por nomeação legal, na forma da lei, etc.,  
 PAULO CÉSAR CAVALCANTE LIMA, Escrevente Substituto, por nomeação legal, na forma da lei, etc.,

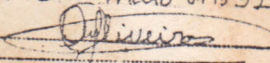
CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO  
 ANTONIO NELSON CAVALCANTE LIMA  
 2.º Tabelião Escrivão Oficial do Reg.  
 de Imóveis e Anexos  
 BATURITÉ - CEARÁ

CERTIDÃO IMOBILIÁRIA

CERTIFICO para fins e efeitos legais, que ao dando busca em meu Cartório Setor Imobiliário, encontrei no Livro III 3-FA, fls.138 o registro seguinte: NÚMERO DO CRED.: 6.248. DATA: 29 de agosto de 1930. FREGUESIA DO IMÓVEL: Baturité. DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL: Sítio São Pedro, outrora Carquiija, Lagoa Secca e Pau de Sebo. CONDIÇÕES E CARACTERÍSTICO DO IMÓVEL: O Sítio São Pedro, outrora Carquiija, Lagoa Secca e Pau de Sebo, com todas as benfeitorias existente de cercas, cercados, e tudo até sua exclusão de coisa alguma, havidos por compra a herdeiros, extremado São Pedro, ao Nascente, com Francisco Firmino dos Santos; ao Poente, com Francisco Araújo Sobrinho, Angelo Ferreira, Antonio Baptista e herdeiros de Manoel dos Reis de Andrade; ao Sul, com Manoel de Araújo e João Roberto, e, ao Norte, com Marcos Matheus, herdeiro de Antonio Saraiva, Herdeiros de Antonio José dos Santos e o Riacho dos Brás; Lagoa Secca, extrema-ao Nascente, com Manoel Matias Freire; ao Norte, com Francisco Bezerra Campelo, Rio do Pesqueiro e a Estrada do Pesqueiro; ao Poente, João Pavio, Adalberto Pavio e Francisco Bezerra Campelo, ao Sul, com Francisco Firmino dos Santos; Pau de Sebo extrema ao Nascente, com o Rio Pesqueiro; ao Poente, com Antonio Ribeiro de Maria; ao Norte, com Francisco Ribeiro; ao Sul, com José Fernandes. NOTA DO DOMICÍLIO DO ADQUIRENTE: A Arquidiocese Metropolitana de Fortaleza, representado por seu Arcebispo D. Manoel de Silva Gomes. NOTA DO DOMICÍLIO DO TRANSMITENTE: Pierre Aou e seu mulher Estélla Freire Aou, brasileiros, residencia neste termo. TÍTULO: Compra e Venda. FORMA DO TÍTULO: Tabelião Lee o fez. Escritura Pública de 25 de Agosto de 1930, Tabelião Inbº Rubens Theodoraturo, neste Estado. VALOR DA COMPRA: 14:000,000 (quatorze conto de réis). CONDICÃO DO TÍTULO: Não Há. O Oficial- João Ramos, filho. REMARKS: Ver Transcrição Nº 11.1666, onze cento e vinte. Vendeu o terreno "Pau de Sebo", Transcrição Nº 11.290. Certifico que conforme comunicação feita pela Oficial nos Registro Público do Terço e Judiciário de Baturité, o Imóvel "Lagoa Secca", objeto da transcrição ao lado, foi vendido, transcrito naquele

Cartório sob Nº 23, às fls.09, do Livro 2-A, de transcrições, em data de 31 de julho do corrente ano. Baturité, 1º de outubro de 1974. O Oficial.(a) Antonio Néilson de Lima." Está conforme.Deu fé.

BATURITÉ, 13 de maio de 1991

  
Ana Maria Gamaes Oliveira  
Escrevente Compromissado

